

PROJETO DE COLONIZAÇÃO

JUINA

Primeira Fase

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PROGRAMA ESTADUAL DE COLONIZAÇÃO

PROJETO JUINA

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Engº Civil José Garcia Neto - Governador

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Engº Agrº Bento Souza Porto - Secretário

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

- CODEMAT -

- . Bento Souza Porto - Diretor Presidente
- . Tito Alves de Campos - Diretor Técnico
- . Newton Moraes Palma - Diretor Administrativo

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

- . Mauricio Lúcio Nantes - Economista
CORECON - 0031 - 14ª Região
- . Jair Rodrigues de Carvalho - Engenheiro Agrônomo
CREA - 2479/D - 14ª Região
Registro nº 6.327 - 7ª Região - Visto nº 843 - 14ª Região
- . Cristovam M. Siqueira de Figueiredo - Engenheiro Civil
CREA - 749/D - 14ª Região
- . Paulina Antunes de Barros Guimarães - Técnica de Administração
CRTA - 4254 - 8ª Região
- . Juraci Gutierrez Wuerzius - Assistente Social
CRAS - 371 - 8ª Região
- . Edeckson Luiz de Medeiros - Desenhista Projetista

COORDENAÇÃO

- . Mauricio Lúcio Nantes

SECRETARIA

- . Amélia Simone Mano de Incrocci

PARTICIPAÇÃO

1. Equipe Técnica

- . Jesus da Silva Brandão - Economista
CORECON - 0212 - 14ª Região
- . Dioleta Maria C. Mendes - Economista
CORECON - 0115 - 14ª Região
- . Maria da Conceição Calçada - Economista
CORECON - 0374 - 14ª Região
- . Domerkes Lázaro dos Santos - Economista
CORECON - 0117 - 14ª Região
- . Arantes Rodrigues de Arruda - Economista
CORECON - 034 - 14ª Região
- . Luiz Nazareno Teixeira - Engenheiro Civil
CREA - 786/B - 14ª Região
- . Josefina Franco do C. B. Pinto - Téc. Administração
CRTA - 2489 - 8ª Região

2. Apoio Técnico

- . Roberto Rodrigues de Jesus - Datilógrafo
- . Gonçalves Candido da Rosa - Desenhista Projetista
- . Arnaldo Ferreira da Silva - Desenhista
- . Cleber Gomes Tavares - Desenhista

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

- . Dejair Hortenci de Barros - Desenhista
- . Rose Helena Lescano - Desenhista
- . Márcia Albuquerque - Desenhista
- . Benedito José de Campos - Topógrafo
- . Aldemir de Aquino - Topógrafo
- . Francisco Carlos M. S. Zaque - Estagiário
- . Dinaldo de Lima - Estagiário

3. COLABORAÇÃO

- . Dr. Vicente Herculano da Silva
Médico - Secretaria de Saúde
- . Gislane Moreno
Técnica em Educação - Secretaria de Educação
- . Antonio Carlos D. Sales
Engenheiro Civil - Secretaria de Segurança
- . Maria Amélia Pacheco de Albuquerque
Advogada - CODEMAT

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

1. Divisão de Colonização
Chefe - Adejã de Aquino - Economista
2. Modelo Agrônômico
Lauro Mituo Kuroyanagi - Engenheiro Agrônomo
3. Plano Urbanístico e Projetos Arquitetônicos
 - . Walter Cavalcante Peixoto - Arquiteto
 - . Nilson Caminha de Azeredo - Arquiteto
 - . José Antonio Lemos dos Santos - Arquiteto
4. Assessoria Jurídica
 - . Benedito Flaviano de Souza - Advogado
 - . Alfredo Ferreira da Silva - Advogado

COLABORAÇÃO ESPECIAL

- 1-Equipe Técnica da SUDECO
- 2-Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT.

GERÊNCIA DO PROJETO

1. Philemon Borges da Silva - Engenheiro Civil
2. Hilton de Campos - Engenheiro Civil
3. Robustiano Domingos de Oliveira - Engenheiro Civil

ÍNDICEVOLUME - I

	PAG.
<u>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO</u>	I
1. Antecedentes	I - 1
2. A Concepção do Programa	I - 1
3. Bases para o Estudo	I - 2
<u>CAPÍTULO II - RESUMO DO PROJETO</u>	II
<u>CAPÍTULO III- A EMPRESA</u>	III
1. Nome	III - 1
2. Endereços	III - 1
3. Registros	III - 1
4. Data de constituição	III - 1
5. Histórico da Evolução da Sociedade	III - 2
6. Capital Social	III - 2
7. Diretores da Empresa	III - 2
8. Localização do Projeto	III - 5
9. Denominação do Projeto	III - 6
<u>CAPÍTULO IV - ASPECTOS GERAIS</u>	IV
1. Objetivos Gerais	IV - 1
1.1. Objetivos sócio-políticos	IV - 1
1.2. Objetivos sócio-econômicos	IV - 1
2. Diretrizes básicas	IV - 2
3. Seleção e Assentamento	IV - 3
3.1. Critérios de Seleção	IV - 3
3.2. Critérios de Assentamento	IV - 3
3.3. Assistência Inicial aos parceiros	IV - 4
4. Alienação dos lotes	IV - 4
4.1. Condições Gerais de Venda	IV - 4
4.2. Titulação	IV - 5
4.3. Emancipação	IV - 5

CAPÍTULO V - DIAGNÓSTICO V

1. Características Gerais da Região	V	-	1
1.1. Infraestrutura	V	-	2
1.1.1. Rodovias	V	-	2
1.1.2. Hidrovias	V	-	3
1.1.3. Aérodromos	V	-	3
1.1.4. Estação de Rádio	V	-	3
1.2. Economia e Mercado	V	-	3
1.2.1. Recursos Florestais	V	-	3
1.2.2. Potencialidades Agropecuárias	V	-	6
1.2.3. Mercado e Comercialização	V	-	7
1.3. Recursos Humanos	V	-	10
1.3.1. Fluxos Migratórios	V	-	10
1.3.2. Excedente Populacional Interno	V	-	11
1.4. Estrutura de Atendimento Social	V	-	12
1.4.1. Educação	V	-	12
1.4.2. Saúde	V	-	12
2. Caracterização Geográfica e Física da Área do Projeto	V	-	13
2.1. Localização	V	-	13
2.2. Vias de Acesso e Comunicação	V	-	14
2.3. Relevo	V	-	14
2.4. Hidrografia	V	-	14
2.5. Cobertura Vegetal	V	-	14
2.6. Clima	V	-	15
2.7. Solos	V	-	15

CAPÍTULO - ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL VI

1. Estradas	VI	-	1
1.1. Estradas de Acesso	VI	-	1
1.2. Estradas Rurais	VI	-	2
1.3. Caminhos Vicinais	VI	-	2
1.4. Custos totais de Construção	VI	-	2
2. Loteamento Rural	VI	-	3
2.1. Diretrizes do Parcelamento	VI	-	3
2.2. Dimensionamento	VI	-	3
2.3. Regime de Exploração	VI	-	4
2.4. Demarcação de Lotes e Assentamento	VI	-	4

2.5. Custo da Demarcação	VI	-	4
2.6. População Rural Prevista	VI	-	5
3. Núcleo Urbano e Sub Núcleos	VI	-	6
3.1. Aspectos Gerais	VI	-	6
3.2. Núcleo Urbano	VI	-	6
3.3. Sub Núcleos	VI	-	7
3.4. População	VI	-	8
3.5. Custos de Implantação	VI	-	8
4. Reservas	VI	-	9
4.1. Reservas Florestais e Ecológicas	VI	-	9
4.2. Outras Reservas	VI	-	9
5. Áreas de Experimentação e Demonstração	VI	-	9

CAPÍTULO VII - ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA VII

1. Atividades Previstas	VII	-	1
2. Aspectos Técnicos	VII	-	2
2.1. Seleção de Culturas	VII	-	2
2.2. Culturas Permanentes	VII	-	2
2.2.1. Café	VII	-	2
2.2.2. Cacau	VII	-	8
2.3. Culturas Temporárias	VII	-	11
2.3.1. Arroz	VII	-	11
2.3.2. Milho	VII	-	14
2.3.3. Feijão	VII	-	17
2.3.4. Mandioca	VII	-	20
2.4. Culturas Alternativas	VII	-	22
2.5. Sede e Residência do Parceleiro	VII	-	23
2.6. Lote Chácara	VII	-	23
3. Justificativa	VII	-	23
4. Plano Geral de Ocupação do Lote	VII	-	25
4.1. Desbravamento e ocupação da área por cultura	VII	-	25
4.2. Aspecto Econômico e Financeiro	VII	-	29
4.2.1. Investimentos	VII	-	29
4.2.2. Custos e Receitas	VII	-	30
4.2.3. Previsão de Crédito	VII	-	34
4.2.4. Disponibilidades Anuais e Capacidade de Pagamen tos	VII	-	36

4.2.5. Análise Econômica	VII - 36
4.3. Valor e Modalidade de Amortização das parcelas	VII - 40
4.4. Mercado e Comercialização da Produção	VII - 41
4.4.1. Estudo de Mercado	VII - 41
4.4.2. Sistema de Comercialização da Produção	VII - 42
4.4.3. Vias de Escoamento	VII - 43

CAPÍTULO VIII - PROJEÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E SOCIAL VIII

1. Administração	VIII- 1
2. Educação	VIII- 2
3. Saúde	VIII- 3
4. Segurança	VIII- 4
5. Organização Social	VIII- 4
6. Cooperativa	VIII- 5
7. Habitação	VIII- 6
8. Assistência Técnica e Financeira	VIII- 7
9. Campo Experimental	VIII- 8

CAPÍTULO IX - DEMONSTRATIVO ECONÔMICO-FINANCEIRO IX

1. Inversões Totais	IX - 1
1.1. Inversões Fixas	IX - 1
1.1.1. Estudos e Projetos	IX - 1
1.1.2. Discriminatória	IX - 2
1.1.3. Topografia	IX - 3
1.1.4. Estradas e Caminhos	IX - 3
1.1.5. Construções Cíveis	IX - 4
1.1.6. Campo Experimental	IX - 4
1.1.7. Equipamentos Diversos	IX - 4
1.1.8. Veículos, Embarcações e Máquinas Rodoviárias ...	IX - 7
1.1.9. Núcleo Urbano	IX - 8
1.1.10 Sub Núcleos	IX - 8
1.2. Inversões Financeiras	IX - 8
1.2.1. Administração do Projeto	IX - 8
1.2.2. Custos Operacionais	IX - 8
1.2.3. Promoção de Vendas	IX - 9
2. Estimativas de Custos e Receitas	IX - 9
3. Financiamento	IX - 10
4. Justificativas dos preços dos lotes	IX - 10

CAPÍTULO X - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO X

CAPÍTULO XI - EXECUÇÃO DO PROJETO XI

1. Estrutura da Empresa XI - 1
2. Assinatura dos Contratos de Compra e Venda dos lotes XI - 1
3. Entidades Participantes do Projeto XI - 1

VOLUME II

1. Memorial Descritivo - Lotes Rurais e Chácaras

VOLUME III

1. Memorial Descritivo - Núcleo e Sub-Núcleo

VOLUME IV

1. Mapa Situação e Localização
2. Mapa Perímetro Geral
3. Mapa Secção "J"
4. Mapa Secção "B2"
5. Mapa das Chácaras
6. Mapa Secção "H"
7. Mapa Secção "I"
8. Mapa Secção "D"
9. Mapa Secção "B1"
10. Mapa Secção "L"
11. Mapa do Núcleo Urbano

VOLUME V

1. Planta do Módulo Pioneiro (Núcleo Urbano)
2. Plantas do Complexo Administrativo
3. Planta da Residência tipo "A"
4. Planta da Residência tipo "B"
5. Plantas da Escola - 4 salas de aula
6. Plantas do Hospital - 20 leitos
7. Planta da Cadeia e Delegacia de Polícia
8. Planta do Armazém e Cooperativa

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

- 9. Planta do Sub-Núcleo Urbano "A"
- 10 Planta do Sub-Núcleo Urbano "B"
- 11 Planta da Escola - 2 Salas de Aula
- 12 Plantas do Posto Distrital de Saúde

A N E X O S

1. Ficha Cadastral do Ministério da Fazenda (CGC)
2. Certidão de Inscrição na Receita Federal
3. Certidão da FUNAI
4. Certidão e Portaria de Discriminatória, Registro do Imóvel e Convênio Para Colonização da Área
5. Certificado de Registro de Empresa de Colonização Particular
6. Lei nº 3.307 de 18 de dezembro de 1.972
7. Lei nº 3.744 de 10 de junho de 1.976
8. Minuta do Cadastro Geral de Colonos
9. Minuta do Contrato de Compra e Venda
10. Análise de Solos
11. Estrutura Prevista da Cooperativa
12. Organograma Funcional da CODEMAT

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAPÍTULO - I

INTRODUÇÃO

1. ANTECEDENTES

O Decreto nº 411 de 10 de novembro de 1962, reserva para colonização todas as terras devolutas, de domínio Estadual e existente em Mato Grosso. A partir de então, embora sem muitos estudos de viabilidade econômica, alguns programas de colonização foram desenvolvidos, mais no sentido de regularização fundiária de áreas de acesso favorável, já ocupadas por "posseiros". Ficando desocupadas as terras mais distantes e de difícil acesso. O maior remanescente destas, em volume de áreas contínuas, ainda hoje, estão localizadas no Município de Aripuanã.

Já a Lei nº 3.307 de 18 de dezembro de 1972,^{1/} reserva a CODEMAT, todas as terras devolutas do Município de Aripuanã, para fins de colonização.

Em 1973, sentindo a responsabilidade de participar da Integração da Amazônia, o Governo Estadual resolveu dar início à ocupação da área através da iniciativa privada. Assim, foram alienados, pela CODEMAT, dois milhões de hectares no nordeste e leste do Município, a quatro empresas colonizado^{ra}s que se propuseram a executar projetos de colonização.

Com o advento do Programa POLAMAZÔNIA, pôde então o Governo pensar na colonização das terras remanescentes diretamente pela CODEMAT, que é o órgão responsável pela execução da política de colonização no Estado.

A CODEMAT, já com atuação na área, como executora de projetos do Polo Aripuanã em convênio com a SUDECO, começou a estudar em conjunto o novo sistema de ocupação.

2. A CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

Como estratégia de ação, o processo de ocupação foi concebido no sentido sul-norte, devendo acompanhar o desenvolvimento das obras do sistema viário de penetração.

Neste sentido, a partir de um mapeamento da área global utilizando-se de fotografias aéreas e imagens do RADAM, dividiu-se a mesma em blocos mais ou menos homogêneos. Estas, deverão constituir-se em etapas de ocupação, cujos estudos e

^{1/} Ver anexo Lei nº 3307

projetos poderão ser desenvolvidos em uma ou mais fases para cada etapa, dependendo de sua dimensão.

3. BASES PARA OS ESTUDOS

Os estudos preliminares foram desenvolvidos com base nos levantamentos feitos através de fotografias aéreas, coletas de amostras de solos no eixo da Rodovia AR-1 em seu primeiro trecho e pesquisas florestais do CNPq e CODEMAT.

Tais estudos, revelaram que nem todas as terras da área eram de fertilidade suficientes para a implantação de projetos específicos de colonização. Deste modo, o Governo sancionou a Lei nº 3744 de 10 de junho de 1976 destinando às terras à colonização e alienação. Entendendo-se que a alienação poderá ser feita por licitação pública em lotes de até 3.000 ha para fins agropecuários, independente de projetos de colonização e de comprovação da capacidade de uso do solo para lavouras.

A partir daí, tratou-se de definir as diretrizes para ocupação da 1ª etapa localizada na região do Juína no Alto Aripuanã. Estas diretrizes foram sistematizadas no "Documento Básico", elaborado pela então Assessoria de Planejamento da CODEMAT ^{1/}, em julho de 1976. Ficou definido aí, três dimensões de lotes, de acordo com a capacidade de uso potencial dos solos.

Com o prosseguimento dos estudos, chegou-se a conclusão de que o projeto deveria ser executado em duas fases, dada a dimensão da área.

Deste modo, este projeto refere-se somente a 1ª fase de execução e destina para fins de colonização propriamente dita, apenas as terras de alta fertilidade, onde foram programados os lotes menores.

Visto que será executado pela CODEMAT, empresa registrada no INCRA como colonizadora particular, o projeto foi elaborado conforme o Roteiro Para Elaboração de Projetos de Colonização Particular do INCRA, embora admitindo que dada as suas características de execução e, notadamente, no que se refere ao processo de titulação, tem muito a ver com o setor público.

^{1/} - hoje - DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

- i. Com os projetos de colonização a serem desenvolvidos no Aripuanã pelo Governo do Estado através da CODEMAT, pretende-se promover a ocupação racional do potencial colonizável identificado nos vazios demográficos constituídos pelas terras públicas estaduais existentes naquele Município, complementando a ação do Governo Federal na área, cujos objetivos e metas foram definidos no Programa POLAMAZÔNIA, constante do II PND:

Dentro dessa concepção foi definido o Projeto Juina cujo objetivo básico, em sua primeira fase de execução, é a ocupação e conômica de uma área de 248.239,50 ha através de colonização.

Serão ocupadas inicialmente 182.151,74 ha através do assentamento de colonos e o desenvolvimento de uma comunidade urbana de apoio, visando o desenvolvimento de uma economia agrícola local, fundamentada na produção de culturas permanentes destinadas, principalmente, à exportação. O restante 66.087,76 ha, serão mantidos como remanescente para posterior definição.

- ii. O custo total do projeto foi estimado, em E\$83.032,2 mil distribuído em inversões fixas (E\$65.948,9 mil) e inversões financeiras (E\$17.083,3 mil), conforme mostra o Quadro 9.01, Imputando o valor da terra nua, estimado em E\$850,00 por hectare, ascendem a E\$234.725,7 mil. Uma análise mais detalhada dos custos é mostrada no item 2 do capítulo IX.
- iii. A execução do projeto será feita com recursos de 4 fontes: POLAMAZÔNIA, Governo do Estado, Recursos do Orçamento da CODEMAT e receitas provenientes da venda dos lotes. Destas, o POLAMAZÔNIA, cujos recursos programados atingem a E\$26.465,1 mil destinados a parte das estradas rurais, ao total da infraestrutura urbana do módulo pioneiro do núcleo e o Complexo Administrativo. O Governo do Estado destinou recursos para topografia no total de E\$4.000 mil. O restante das obras e serviços correrão por conta do orçamento da CODEMAT (Recursos Orçamentários e de Venda de Terras). A partir de 1978 as obras civis, operação e manutenção das unidades concluídas, bem como a administração do Projeto, serão financiadas com recursos originários das vendas das terras. (Ver Quadro 9.04 e 9.05 item IX.).

- iv. Os estudos preliminares destacaram uma área de 927 mil hectares, dos quais 500 mil seria mantido como reserva florestal, ficando, portanto, uma área útil de 427 mil hectares. Posteriormente, uma retificação nas medidas, concluiu que o total da área útil é de 411 mil hectares. Deste total, foram destacados 248.239,50 hectares para esta primeira fase do Projeto, ficando 163.560,50 ha para a 2ª fase. Dos 248.239,50 ha foram deixados 66.087,76 ha como remanescente visto a sua fertilidade não satisfazer as exigências do modelo econômico adotado. Deste modo a área total do Projeto a ser ocupada inicialmente é de 182.151,74 hectares, distribuídos em lotes rurais 95,8%, chácaras 1,6%, Núcleo Urbano 1,7%, Sub Núcleos 0,5% e Campo Experimental 0,4%.
- v. O número total previsto de lotes, distribuídos em chácaras e lotes rurais é de 1126 unidades (265 e 861 respectivamente), estimando-se que serão ocupados por 1987 famílias até 1980. A população total prevista no período é de 11.922 habitantes na área rural, incluindo chácaras. A população total (urbana e rural), estimada para o 3º ano é de 15.378 pessoas, prevendo-se uma elevação desse número para 20.622 em 1980.
- vi. A principal fonte de receita do colono será a produção de Café e Cacau ou outras culturas tidas como alternativas da Amazônia (Pimenta do Reino, Guaraná, etc.). Prevê-se que o colono produzirá ainda arroz, feijão, milho e mandioca para sua subsistência, devendo o excedente ser vendido. Este excedente deverá ter um volume maior nos primeiros anos, diminuindo a partir do 6º ano quando as culturas permanentes, que darão o suporte econômico da parcela, já estiver apresentando resultados econômicos positivos. Uma outra fonte de renda do colono será a venda de madeira, com boas perspectivas, principalmente na fase de abertura do lote.
- vii. O prazo de execução do projeto foi previsto para 3 anos a contar de maio de 1977. Portanto já foram executadas as obras relativas a estradas rurais, demarcações de lotes e sistema viário do Núcleo Urbano. Para efeito de alocação de recursos, foram considerados os exercícios financeiros de 1977, 78 e 79, embora admita-se que a consolidação física do projeto será atingida em 1980, quando completará o prazo previsto para execução.

CAPÍTULO III

A EMPRESA

1. NOME

Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso é a atual razão social da Empresa, que sucedeu a CPP.- Comissão de Planejamento de Produção e a Comissão de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

2. ENDEREÇOS

Sede - Palácio Paiaguás - C.P.A. - Cuiabá-MT.

. Escritório em Vilhena - RO, Rua Barão do Rio Branco, s/n Porto Velho-RO.

. Ermat - São Paulo - Rua Augusta, 2516, 19 andar - Edifício Pombo.

. Ermat - Brasília - Centro Comercial Conic, Sala 501, 19 andar - Brasília-DF.

3. REGISTROS

. C.G.C. - 03.474.053/001 - 32

. Inscrição Estadual - 13.059.875-5

. INCRA - Registro nº 23, Portaria 683 de 13.04.72

4. DATA DA CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA

A CODEMAT foi constituída pela Assembleia Geral de 03 de janeiro de 1968, publicada no Diário Oficial de 04 de Janeiro de 1968.

. Forma Jurídica Atual - Empresa de Economia Mista, sob forma de Sociedade Anônima.

. Prazo de Duração e Exercício Social - Indeterminado, de acordo com a Lei nº 565 de
07.07.53.

5. HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A empresa teve a sua origem através da Comissão de Planejamento da Produção CPP., criada pela Lei nº 148 de 05 de outubro de 1.948, com base no artigo 146 da Constituição Estadual de 11 de julho de 1.947. O Dec. 851 de 12 de janeiro de 1950 instala os trabalhos da CPP., cujas atribuições foram anteriormente reguladas pela Lei nº 235 de 13 de Dezembro de 1.948, subordinado a CPP ao Governador do Estado. A lei 565 de 07 de julho de 1.953, além de regular as atribuições da CPP, transformou o seu caráter de duração e ela passa a existir por tempo indeterminado. Porém esta Comissão de Planejamento de Produção desaparece, surgindo a Comissão de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, criada pela Lei nº 2.615 de 23 de maio de 1.966. O Decreto 128 de 12 de Agosto do mesmo ano, regulamenta a referida comissão. Através do Decreto 486 de 29 de Dezembro de 1.967, o Governo do Estado nomeou uma Comissão encarregada de promover a Constituição de uma Sociedade de Economia Mista, nos termos dos artigos 10 e 19 da Lei 2.626 de 07 de julho de 1.966. A 03 de janeiro de 1.968 ficou constituída, através de Assembleia Geral, a CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, sucedendo a Comissão de Desenvolvimento.

6. CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$1.287.490,00 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e noventa cruzeiros), conforme Assembleia Geral Extraordinária de 14.10.1970.

7. DIRETORES DA EMPRESA

A Companhia é administrada por uma Diretoria composta de três diretores, eleitos pela Assembleia Geral e com mandatos de dois anos.

7.1. DIRETOR PRESIDENTE

Bento Souza Porto, brasileiro, casado, nascido aos 21 de março de 1943, natural de Poxoréu-MT., filho de Elesbão Souza Porto e Ernestina de Souza Porto; residente à rua

das Hortênsias, 373 - Jardim Cuiabá-MT; Carteira de Identidade - RG nº 237845; CREA nº 112/D, 14ª Região; CIC 004.018.971/00.

CURSOS REGULARES

Mestria Agrícola - Escola Agrícola Gustavo Dutra, São Vicente, MT; Técnico Agrícola - Escola Agrotécnica de Viçosa-MG; Engenheiro Agrônomo - Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural do Estado de Minas - Viçosa-MG; "Master Science" em Economia Rural, Escola de Pós - Graduação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - Viçosa-MG.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Análise de Projetos Agrícolas, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas/OEA e Secretaria da Agricultura de São Paulo, Campinas-SP; Empresas Comunitárias - Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA - 1973, Panamá - América Central.

VIDA PROFISSIONAL

Assessor Técnico da Secretaria da Agricultura do Estado de Mato Grosso; Diretor do Departamento de Planejamento da Secretaria de Governo e Coordenação Econômica; Coordenador do Programa de Estudos para o Desenvolvimento do Pantanal; Assessor Técnico da Diretoria da CODEMAT; Chefe do Setor de Colonização da CODEMAT; Assessor do Ministro da Agricultura-DF; Secretário de Planejamento e Coordenação Geral/Diretor Presidente da CODEMAT - Cuiabá-MT.

7.2. DIRETOR TÉCNICO

Tito Alves de Campos, brasileiro, casado, nascido aos 06 de fevereiro de 1944, natural de Poconé-MT; filho de Bartolo de Campos e Maria Duarte de Campos; residente no bairro Shangrilá, Lote 8, Quadra 18 - Cuiabá-MT; Carteira de Identidade - RG nº 225210, SSP/MT; CREA nº 247/D - 14ª Região; CIC 021654651/68.

CURSOS REGULARES

Mestria agrícola - Escola Agrícola Gustavo Dutra, São Vicente-MT; Técnico Agrícola - Colégio Universitário de U.R.B. , Guanabara; Engenheiro Agrônomo - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Planejamento e Projetos de Desenvolvimento - CENDEC/IPEA/SE PLAN/PR, Brasília, Projetos Agropecuários - CENDEC/IDE, Brasília.

VIDA PROFISSIONAL

ACARMAT: extensionista rural - Cáceres-MT; Chefe do Setor de Informação - sede; Coordenador do Programa de Informação - sede, CODEMAT; técnico; Chefe do Setor de Planejamento; Chefe da Assessoria de Planejamento e Diretor Técnico da CODEMAT - Cuiabá-MT.

7.3 DIRETOR ADMINISTRATIVO

Newton Moraes Palma, brasileiro, casado, nascido aos 16 de março de 1929, natural do Rio de Janeiro-RJ; Filho de Vasco Roiz Palma e Severina Violeta de Moraes Palma; residente à rua Joaquim Murтинho 789, Cuiabá-MT; Carteira de Identidade - RG nº 437.253, MIN. EX; CIC 008242321/QO.

CURSOS REGULARES

Secundário - Colégio Felisberto de Menezes, Rio de Janeiro -RJ; Colégio Estadual de Mato Grosso, Cuiabá-MT; Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo; Curso de Infantaria da Academia Militar de Agulhas Negras; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em 30 de março de 1976 - Tenente Coronel R/1.

VIDA PROFISSIONAL

Comandante de Pelotão, Comandante de Companhia e Chefe de

Seção no 16º BC - Cuiabá-MT; Comandante do 14º Contingente do Batalhão de Suez; Chefe de Seção na Inspetoria Geral das Polícias Militares em Brasília-DF; Chefe de Seção no Departamento Geral do Pessoal no Rio de Janeiro e Brasília; Sub Comandante do Batalhão da Guarda Presidencial e do 16º Batalhão Logístico em Brasília-DF.

FUNÇÕES CIVIS

Diretor Administrativo da Construtora Vargas Júnior, Brasília-DF; Diretor Administrativo da CODEMAT - Cuiabá-MT.

8. LOCALIZAÇÃO DO PROJETO 1/

Esta situada na região do Alto Aripuanã definida na mesopotâmia formada pelos rios Aripuanã e Juruena, no eixo da Rodovia AR-1 e sua área de influência, sendo área útil do projeto, as terras existentes entre o km-180 e o Rio Perdido.

Os principais fatores que levaram a essa localização foram:

- a) Complementar a ação do Governo Federal na área, cujos projetos definidos no Polo Aripuanã, tiveram aí seu início;
- b) Estudos preliminares de pedologia realizados por técnicos do Ministério da Agricultura, através de exploração "in loco" juntamente com técnicos da CODEMAT, coletando material para análise no eixo da Rodovia AR-1, evidenciam a boa fertilidade das terras;
- c) Um estudo florestal realizado pelo IPT, por delegação do CNPq, revelou a existência, na área, de um grande potencial explorável de madeira, sendo identificada inclusive, mais de 30 espécies de árvores próprias para extração de madeira, até então desconhecidas;
- d) A presença destes recursos naturais em uma grande área contínua de terras públicas;

1/ Ver desenho I

- e) As possibilidades de ocupação desordenada desta área, estimulada pelos programas federais, basicamente pela abertura da Rodovia AR-1, que já oferece facilidade de acesso;
- f) A necessidade de estabelecer um sistema racional de povoamento, visando evitar o possível aparecimento de um foco de tensão social, a exemplo de outras áreas.

9. DENOMINAÇÃO DO PROJETO

Sua denominação, JUINA, deve-se ao Rio Juina-Mirim, que corta a área no sentido Sul-Norte.

DESENHO I - MAPA DE LOCALIZAÇÃO

Map of Mato Grosso do Sul, Brazil, showing its geographical location and major infrastructure. The map includes neighboring states (Amazonas, Pará, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Paraguai) and countries (Bolívia, Argentina). Key cities like Cuiabá, Cáceres, Corumbá, Campo Grande, and Rondonópolis are marked. Major rivers (Rio Teles Pires, Rio Araguaia, Rio Paraguai, Rio Taquari, Rio Miranda, Rio Negro, Rio São Francisco, Rio Paraná) and highways (BR-163, BR-364, BR-070, BR-637) are shown. A legend indicates 'RODOVIA' (Highway) and 'FERROVIA' (Railway). The scale is 1:1,000,000.

CAPÍTULO IV

ASPECTOS GERAIS

1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.1. Objetivo Sócio-Político

Em determinadas áreas do Estado de Mato Grosso e Rondonia, observa-se um clima de tensão social, surgido com o fluxo migratório espontâneo e desordenado, causado pela saturação de certas comunidades rurais do sul e leste do País.

A implantação do projeto criará condições para minimizar este problema, seja pela transferência de uma parte do contingente populacional das áreas de tensão, seja pelo deslocamento do fluxo migratório para a área do projeto. O que poderá conseguir com a consecução dos seguintes objetivos definidos no projeto:

- a) Criação e desenvolvimento de comunidade rural e urbana, com toda a infra-estrutura econômica e social que assegure a população, condições dignas de vida;
- b) Fixação de famílias de trabalhadores rurais em chácaras e lotes agrícolas, assegurando-lhes situação econômica definida;
- c) Criação de condições para instalação de empresas agro pecuárias, agroflorestais e agroindustriais, no sentido de garantir a consolidação da economia regional e manter a oferta de empregos diretos, seja pela utilização da mão de obra assalariada;
- d) Promoção do homem rural, proporcionando-lhe reais oportunidades de trabalho, organização de comunidades, assistências sociais e econômicas.

1.2. Objetivos Sócio-Econômicos

Além dos objetivos especificados, tais como o aproveitamento dos investimentos em execução na área e a ocupação de vazios demográficos, outros objetivos sócio-econômicos que o projeto se propõe atingir são os seguintes:

- a) Desenvolvimento de uma economia regional rural e urbana, no sentido de um aproveitamento racional dos recursos naturais existentes;
- b) Criação de condições no sentido de garantir ao trabalhador

remuneração necessária e suficiente à subsistência da família e seu progresso social e econômico;

- c) Introdução progressiva do uso de tecnologia nas atividades produtivas, visando o aumento da produtividade rural e o conseqüente aumento dos níveis de vida;
- d) Criação de condições para o aumento progressivo do nível de vida da população, pela efetiva participação no desenvolvimento do processo produtivo local.

DIRETRIZES BÁSICAS

O projeto faz parte de um programa global de ocupação das terras devolutas existentes no Município de Aripuanã através de colonização e licitação pública, definida na Lei nº 3.744 de 10 de junho de 1976 ^{1/}, e, objetiva a adequação à função social e econômica do uso da terra.

Inicialmente, foram efetuados estudos preliminares de pedologia por interpretação de fotografias aéreas e análise química de amostras colhidas no eixo da Rodovia AR-1, e, após constatação da qualidade das terras foi elaborado um mapa de uso potencial dos solos.

Este projeto refere-se especificamente a uma área de 182.151,74 ha, que será a 1ª fase de execução do programa e foi elaborado segundo as diretrizes básicas assim definidas:

- a) Divisão da área em seções de acordo com a definição do uso potencial dos solos.
- b) Implantação do projeto em 3 anos, quando todas as obras previstas deverão estar concluídas;
- c) Parcelamento no sentido de atender os lotes rurais e chácaras, os quais terão finalidade de satisfazer as exigências de uma Propriedade Familiar;
- d) Programação da exploração agrícola nessas áreas, utilizando tecnologia adequada à região, visando uma obtenção de melhores índices de produção e produtividade;
- e) Atividades de exploração agrícolas racionalizadas e integradas com a finalidade de obter o pleno emprego da mão de obra disponível no conjunto familiar;

^{1/} Ver anexo Lei nº 3.744

- f) Implantação de uma adequada infraestrutura física, social e econômica para o desenvolvimento de uma comunidade rural social e economicamente organizada;
- g) Trabalhos executados interligados com outros órgãos estaduais e federais a fim de obter uma maior operacionalidade, visando atender de maneira satisfatória os vários setores econômicos e sociais da colônia.

3. SELEÇÃO E ASSENTAMENTO

3.1. Crêterios de Seleção

A seleção dos candidatos aos lotes será realizada com base nas informações contidas no Cadastro Geral do colono ^{2/}, devendo constar os seguintes critérios básicos de seleção:

- a) Declaração que irá residir efetivamente no lote adquirido;
- b) Possuir comprovadamente ou apresentar condições de alocar a través de crédito, recursos suficientes que venham garantir o desenvolvimento e a subsistência do lote adquirido ^{3/};
- c) Comprovar experiência em atividades agrícolas, através de documento fornecido por cooperativas agrícolas, sindicatos rurais, ou Banco do Brasil;
- d) Apresentar atestado de bons antecedentes;
- e) Comprovação de maior idade;
- f) Comprovar maior força de trabalho através do conjunto familiar.

3.2. CRITÉRIOS E ASSENTAMENTO

No km 100 da Rodovia AR-1, será instalado um Posto de Orientação, Fiscalização e Triagem com a finalidade de receber os colonos devidamente munidos do Cartão de Identificação; dando-lhes acesso legal à área do Projeto. Após liberação, o colono será encaminhado à Administração Central onde lhe serão proporcionados os meios necessários para a fixação em seus respectivos lotes.

^{2/} Ver anexo: Cadastro Geral do Colono

^{3/} As condições de obter crédito deverão ser comprovadas com um documento fornecido pelo Banco do Brasil ou instituições financeiras de Crédito Rural.

3.3. ASSISTÊNCIA INICIAL AOS PARCELEIROS

A CODEMAT concederá ou propiciará, inicialmente, os seguintes serviços:

- a) Promover e criar condições de acesso do colono ao lote;
- b) Aberturas de estradas de acesso e de penetração na área a ser colonizada;
- c) Demarcar os lotes com picadas e respectivos piqueteamentos;
- d) Implantar um Núcleo Urbano e cinco Sub Núcleos, visando dar apoio comercial a toda área do projeto, onde, serão executadas as obras civis de construção de escolas, postos de saúde, hospital e unidades de segurança, devidamente equipados;
- e) Recepcionar os colonos e seus dependentes, no Núcleo, oferecendo condições de alojamento, por tempo determinado, até a efetivação do assentamento;
- f) Assistência Técnica e garantia de fornecimento de mudas, sementes e outros insumos.

4. ALIENAÇÃO DOS LOTES

4.1. CONDIÇÕES GERAIS DE VENDAS

Após o processamento da seleção os colonos aprovados deverão firmar com a CODEMAT um contrato de Compra e Venda, cuja forma de pagamentos terá base na proposta constante do "Cadastro Geral do Colono" preenchido anterior a seleção 4/.

Os lotes serão vendidos diretamente ao colono conforme o exposto acima, ou através do PROTERRA, utilizando-se do crédito fundiário. No caso desta última modalidade, as vendas serão feitas à vista, obedecendo as normas específicas do Programa. Neste caso, a CODEMAT tomará todas as providências para facilitar o acesso do colono ao banco.

As vendas diretas poderão serem efetuadas a vista ou a prazo, dependendo das condições proposta pelo colono.

No caso de vendas a prazo será exigido um inicial de no mínimo 40% do valor da parcela no ato da assinatura do contrato de

4/ Ver anexo - minuta de Contrato de Compra e Venda.

compra e venda. O restante deverá ser amortizado em parcelas até o prazo máximo de 3 anos. Serão cobrados juros de 12% ao ano sobre o saldo devedor e, ocorrendo atraso nas amortizações, juros de mora de 1% ao mês sobre a parcela em atraso.

O Capítulo VII, item 4.3. deste documento, mostra o preço dos lotes e os respectivos planos de pagamentos.

4.2. TITULAÇÃO

Os lotes cujas vendas foram efetuadas através do PROTERRA terão sua titulação definitiva processada no ato da venda, de acordo com as normas estabelecidas pelo Programa e pela instituição que efetuar o crédito, passando o colono a ter obrigações mais diretamente com esta.

No caso das vendas diretas pela CODEMAT, o documento hábil, inicialmente, será o contrato de compra e venda. O título definitivo só será fornecido após o pagamento total da parcela e comprovada a ocupação de pelo menos 20% da sua área. Esta exigência é extensiva, também para os casos de vendas à vista. Para ambos os casos a CODEMAT fornecerá cartas de anuências para que o colono tenha acesso ao crédito, destinado à exploração de sua parcela.

O processo de titulação terá seu ponto culminante na lavratura da Escritura Definitiva que será assinada pelo Governador do Estado e o Diretor Presidente da CODEMAT.

4.3. EMANCIPAÇÃO

A programação das obras e serviços previstas no projeto foi elaborada com a participação dos órgãos encarregados de cada setor específico, objetivando não só adequar às normas e padrões de cada órgão, como também envolvê-los na execução do projeto, comprometendo-os na operação e manutenção dos serviços após a conclusão das obras.

Deste modo, com exceção do sistema viário rural que desde sua implantação ficará a cargo do DERMAT - embora com recursos alocados no projeto - A CODEMAT se encarregará da execução de todas as obras civis, bem como da compra e instalação dos equipamentos das unidades. Com o término das construções, estas, devidamente equipadas, serão transferidas aos órgãos encarregados de cada setor, tais como: Secretarias de Saúde, Educação, Segurança, Viação e Obras, etc. Prevendo que esta transferência será gradativa, foi incluído no projeto, recur

tos para o primeiro ano de funcionamento. A partir daí, tais recursos serão consignados nos orçamentos das Secretarias ou órgãos vinculados.

Com a criação da Cooperativa, prevista para o 2º ou 3º ano do projeto, esta assumirá os serviços inerentes a sua função. O que deverá acontecer, também, com os órgãos de pesquisas e promoção agropecuária.

O Núcleo Urbano e Sub Núcleos deverão estar implantados e ocupados parcialmente até o 3º ano do projeto, assim como a área rural pelo menos em 2/3, embora esteja prevista sua ocupação total até o 3º ano.

Deste modo, a emancipação do projeto será gradativa, esperando sua consolidação até o 5º ano do projeto, quando todos os lotes deverão estar titulados.

QUADRO 4.01 - PROJETO JUINA - 1ª FASE - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

E S P E C I F I C A Ç Õ E S	LOTEAMENTO			SISTEMA VIÁRIO								ÁREA TOTAL	
	NÚMERO	ÁREA		ESTRADA DE PENETRAÇÃO (AR-1)		ESTRADA RURAL		CAMINHOS VICINAIS (C. PÚBLICO)		URBANOS			ÁREA TOTAL SISTEMA VIÁRIO
		MÉDIA	TOTAL	KM	ÁREA	KM	ÁREA	KM	ÁREA	KM	ÁREA		
A. ÁREA RURAL	1.126	-	176.568,08	37,40	224,40	66,99	200,97	455,95	455,95	-	-	881,32	178.947,40
.Lotes Rurais	861	201,79	173.743,05	36,74	220,44	65,80	197,40	412,95	412,95	-	-	830,79	174.573,84
.Lotes Chácaras	265	10,66	2.825,03	0,66	3,96	1,19	3,57	43,00	43,00			50,53	2.875,56
.Campo Experimental	-	-	-										650,00
.Sub Núcleo - (5 Reservas)	-	-	-										848,00
B. NÚCLEO URBANO	348		3.134,72	7,5	45	2,5	7,5	-	-	6,79	11,92	64,42	3.204,34
.Área Residencial ^{1/}	288	0,048	13,82	-	-	-	-	-	-	6,00	10,55	10,55	24,37
.Área Comercial ^{1/}	60	0,030	1,80	-	-	-	-	-	-	0,79	1,37	1,37	3,17
.Áreas verdes e comunitárias ^{1/}	-	-	7,44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,44
.Reserva Técnica ^{1/}	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,20
.Área Industrial	-	-	72,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72,90
.Cemitério	-	-	2,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,00
.Aeroporto	-	-	18,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18,00
.Área Remanescente	-	-	3.018,76	7,5	45	2,5	7,5	-	-	-	-	52,50	3.071,26
C. REMANESCENTE	-	-	-	23,1	138,6	21,86	65,58	5,8	5,8	-	-	209,98	66.087,76
TOTAL GERAL	-	-	179.702,80	68,0	408,0	91,35	274,05	461,75	461,75	6,79	11,92	1155,72	248.239,50

^{1/} Refere-se ao módulo pioneiro.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAPÍTULO - V

DIAGNÓSTICO

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REGIÃO

O município de Aripuanã, onde se localiza o projeto, fica na zona fisiográfica do Norte Matogrossense - Micro região 332.

Esta região constitui a chamada "Amazônia Matogrossense", com uma área de 625.001 quilômetros quadrados correspondente a 50,7% da área total do Estado.

Limita-se ao norte com os Estados do Amazonas e Pará, a oeste com o território de Rondônia, a leste e ao sul com diversos municípios matogrossenses.

O clima é tropical, quente e úmido, com estação seca pouco pronunciada, precipitação média anual de 2.000 mm, ocorrendo de janeiro a março as maiores precipitações.

A temperatura média anual é de 25°C e a umidade relativa apresenta-se entre 80% e 85%.

Grandes reservas florestais dominam a área, conforme levantamentos baseados em fotografias aéreas pelo RADAM, que revelaram indícios da presença de minérios diversos.

Muitos numerosos são também os rios e cursos d'água; todos fazem parte da bacia amazônica, alguns de apreciável caudal como os rios Jurueña e Teles Pires que formam o Tapajós, Xingú, Aripuanã, Roosevelt e mais de uma centena de afluentes.

A população da região, estimada pelo Departamento de Geografia e Estatística de Mato Grosso, para o ano de 1977 é de 91.880 habitantes, correspondendo a uma taxa geométrica de crescimento de 4,8%.

A densidade demográfica da região é ainda muito baixa, sendo de 0,15 habitante/quilômetro quadrado.

Esta taxa (4,8%) apresenta-se ainda inferior a taxa de crescimento populacional do Estado de Mato Grosso no período intercentário de 1.960/1.970 o qual acusou 5,96%.

O constante fluxo migratório que ultimamente tem se dirigido para a região, torna possível que esta taxa (4,8%) na

realidade seja ainda maior. Somente o próximo censo de 1.980 nos poderá dar uma informação precisa.

A conquista dessa imensa região somente agora começa a processar-se efetivamente, constituindo-se na última parcela do território matogrossense a ser desbravada.

Nos mapas mais antigos do Estado de Mato Grosso figuram essa região como terrenos pouco explorados.

1.1. INFRAESTRUTURA

1.1.1. Rodovias

Rodovia BR-364 - Cuiabá/Porto Velho, passa na região, servindo como ponto de partida da AR-1.

A rodovia AR-1 inicia-se na localidade de Vilhena-RD e corta um trecho da região norte matogrossense no sentido sul/norte até a "cidade científica" de Humboldt, passando antes pela localidade de Fontanillas. Seu projeto prevê seu prosseguimento até encontrar-se com a rodovia Transamazônia no Estado do Amazonas. Fica no município de Aripuanã e quando totalmente concluída terá 400 km de extensão em território matogrossense.

Rodovia BR-163 - Cuiabá/Santarém - corta a região no sentido sul/norte atravessando-a totalmente. Esta rodovia permite a ligação das bacias hidrográficas dos rios Amazonas e Paraguai.

Diversas rodovias estão programadas dentro do POLAMAZÔNIA, para a ligação com a BR-163 que funcionará como rodovia tronco.

Diamantino - Porto dos Gaúchos - liga as sedes destes dois municípios e ao restante do sistema rodoviário da área.

Rodovia BR-080 - atravessa a região no sentido sudoeste/noroeste até encontrar-se com a rodovia BR-163, onde termina

Estradas municipais - de acordo com os dados do Anuário Estatístico de 1.974 editado pelo DGE/MT., as estradas dos municípios da região somam um total de 6.775 quilômetros.

1.1.2. Hidrovias

Numerosos são os rios que apresentam condições de navegabilidade na região Norte Matogrossense. Todos eles fazem parte da bacia amazônica e se dirigem em direção daquele grande rio ou seus afluentes.

O rio Araguaia é o principal rio navegável da área, sendo aproveitável para este fim a maior parte da sua extensão.

Doutros rios, apesar de constituírem apreciável caudal, são navegáveis apenas em certos trechos, dado apresentarem-se encachoeirados, como os rios Xingú, Juruena, Teles Pires, Arinos e Aripuanã.

1.1.3. Aeródromos

A rede de aeródromos localizados na região amazônica matogrossense é constituída em sua maioria de campos de pouso de propriedade particular. Estes são em número bastante elevado, pois o transporte aéreo é ainda a única opção de acesso para muitos dos estabelecimentos da área.

1.1.4. Estações de Rádio

A maioria das empresas agropecuárias estabelecidas na região possuem estações de rádio próprias, operando na faixa de radiomadores. Comunicam-se com seus escritórios localizados geralmente em Cuiabá e São Paulo.

1.2. ECONOMIA E MERCADO

1.2.1. Recursos Florestais

a) Madeira

Fazem parte da floresta amazônica os recursos florestais da região, que ainda se apresentam em muitos pontos relativamente intactos.

A flora amazônica representa um enorme repositório de espécies de valor econômico muitas delas essenciais à vida moderna e de crescente importância estratégica.

Na verdade são vários tipos de florestas, que coexistem e se intercaleam, admitindo a seu lado outras formas de cobertura vegetal.

AMAZÔNIA - POTENCIAL MADEIREIRO ESTIMADO

TIPOS FLORESTAIS	SUPERF. (milhões de ha)	POTENCIAL média (m ³ /ha)	POTENCIAL total (bilhões de m ³)	VOLUME MÉDIO COMERCIALIZÁVEL	
				m ³ /ha	bi/m ³
.terra fir					
me	253,5	178	45,123	60	15,210
.várzea	6,5	90	0,585	30	0,195
TOTAL	260,0	-	45.708	-	15,405

Fonte: SUDAM/DRN/Revista Interior Nov/Dez/76.

Levantamentos baseados em fotografias aéreas, imagens fornecidas pelo projeto RADAM BRASIL e exploração local permitem estimar o potencial madeireiro da área Aripuanã- Roosevelt, contígua ao projeto de que trata este estudo, em 90 a 100 metros cúbicos por hectare.

O projeto RADAM BRASIL, tem realizado trabalhos valiosos para o aproveitamento dos recursos florestais e de solos da Amazônia, destacando-se, entre eles, o levantamento realizado na área programa de Aripuanã, em Mato Grosso.

Como parte das atividades coordenadas, na região de Aripuanã, pela SUDECO, e desenvolvidas também pela Fundação IPEA, a Universidade Federal de Mato Grosso e o Governo do Estado, o projeto RADAM BRASIL realizou, além de outras pesquisas sobre solos, exploração agropecuária e de recursos minerais, um completo levantamento das potencialidades florestais, identificando nada menos de 335 espécies entre 13.511 árvores medidas de acordo com critérios de amostragem. Os resultados podem ser encontrados no estudo "Recursos naturais na área - programa de ARIPUANÃ".

b) Castanha

No Norte Matogrossense, o "habitat" principal da castanha é o Juruena, e ao que a grosso modo se deduz em condições de sustentar uma iniciativa empresarial para operar nos mercados com boa margem de equilíbrio econômico.

A castanha-do-Pará corresponde a um tipo de matéria-prima extrativa que deve ser assimilada à economia moderna, industrial, mantido o princípio da transição progressiva do extrativo para o agrícola dado o seu altíssimo valor bioquímico ou bromatológico, e em vista da sua demanda consolidada no mercado externo.

Em termos de castanha, a experiência mais dominante é a sua venda "in natura", a amêndoa selecionada por imersão em água, sujeita depois a um beneficiamento elementar, constituindo em autoclavagem, descascamento em máquinas manuais, desidratação em estufas.

As vendas ao exterior, absorvendo mais de 80% da comercialização do produto, ocorreu a esse estágio de industrialização primária, ou mesmo em amêndoas com casca.

A castanha é uma oferta de safra em 5 meses/ano, e que resulta de estruturas econômicas e produtivas precárias.

c) Essências Florestais

Muito grande é a variedade de essências oferecidas pela floresta amazônica, dentre elas óleos, essências, seivas, resinas, princípios medicamentosos, corantes.

Entretanto não são exploradas em caráter econômico na região.

d) Palmito

Diversas palmáceas das variedades fornecedoras de palmito, ocorrem na área do projeto.

Duas fábricas de palmito em conserva, funcionaram próximos a região, respectivamente em Barra do Bugres e Arenópolis.

No Estado do Pará, em plena região amazônica, existem fá

bricas funcionando em Belém, Curralinha, Muaná, Breves e Anajás.

1.2.2. Potencialidades Agropecuárias

a) Cacau

Planta natural da Amazônia, nela encontrando-se em estado nativo e disseminada na mata, o cacau tem hoje um Programa Especial da Amazônia que visa implantar na região, a cultura em bases econômicas, a fim de aumentar a produção brasileira. O natural desenvolvimento dessa cultura no vizinho território de Rondônia, preconiza o seu cultivo em escala na área do projeto.

Doutros projetos de colonização que estão sendo desenvolvidos na região tem programada a sua cultura.

b) Café

Diversos núcleos de cafeicultura já se encontram implantados na região, dentre eles, SINOP e Tangará da Serra, os quais foram ultimamente visitados pelo presidente e técnicos do IBC., com vistas a formulação de planos específicos para Mato Grosso.

Segundo o periódico Diário de Cuiabá (05/04/77) que veiculou a notícia estima-se em 7 milhões de pés a lavoura daquelas áreas.

As variedades arábica e robusta pelas qualidades de adaptação ao clima, resistência e produtividades, notadamente o arábica, por sua larga utilização na indústria, são as preconizadas para a área.

c) Culturas de Subsistência

Arroz, milho, feijão e mandioca à nível de subsistência, são culturas adequadas para a região Norte Matogrossense, conforme se note pelo seu razoável desempenho nos estabelecimentos agropecuários ali existentes.

d) Pecuária

Muito se tem escrito a respeito da vocação natural da

"amazônia matogrossense" para o criatório bovino.

A comprovação desse conceito acha-se evidenciada no elevado número de projetos agropecuários aprovados pela SUDAM em Mato Grosso, num total de 215 até maio de 1973.

Esses projetos envolvendo investimentos da ordem de R\$... 1.657,6 milhões propõe-se a ocupar 7.340.928 hectares e produzir 3.553.647 cabeças de bovinos.

1.2.3. Mercado e Comercialização

Em todos os níveis (regional, nacional, internacional) os mercados para os produtos da região são potenciais, de vez que não existe presentemente uma oferta regular desses produtos.

Apenas, madeira e gado para abate apresentam um incipiente fluxo comercial, ambos comercializados a nível regional, com esporádicas participações no mercado nacional e internacional no caso de madeira.

a) Mercado Regional

Entende-se por mercado regional do projeto as áreas correspondentes ao norte do estado de Mato Grosso, o território de Rondônia, parte dos Estados do Amazonas e Pará e fim a Amazônia Ocidental.

O crescimento populacional dessas áreas tem sido muito e levado, sendo que Mato Grosso (5,96%) e Rondônia (5,12%) apresentaram a 1ª e 4ª colocação em Taxa Média Geométrica de Incremento Populacional no período de 1.960/1.970. No mesmo período a Tx. M. G. de incremento populacional do Brasil foi de 2,90%.

POPULAÇÃO RECENTEADA

DISCRIMINAÇÃO	1960	1970	TX.M.G.
Mato Grosso	910.262	1.597.090	5,96%
Rondônia	70.783	111.064	5,12%

Fonte: Anuário Estatístico - 1.975 - IBGE.

Cuiabá, Manaus, Porto Velho, Santarém, constituem os principais centros consumidores e em plena expansão.

População Recenseada

DISCRIMINAÇÃO	1.960	1.970
Cuiabá	57.860	100.860
Manaus	175.343	311.622
Porto Velho	51.049	84.048

Fonte: Anuário Estatístico - 1.975 - IBGE

b) Mercado Nacional

Todos os produtos fornecidos pela região podem ser absorvidos pelo mercado nacional, que os consomem ou exportam depois de industrializados.

A diminuição dos recursos florestais da região Centro-Sul do país, e a expansão do mercado nacional abrem e normes perspectivas para esses recursos, principalmente madeira.

O natural desenvolvimento agrôpecuário da região, que contava com 215 projetos aprovados pela SUDAM até maio de 1.973, fazem dela um novo centro de criação dinâmica, com tendência do rebanho de reprodutores dobrar a cada 2 anos.

O Estado de São Paulo sobressai como o maior centro de abate de bovinos oriundos dos Estados vizinhos. Nos últimos anos, o contingente de gado em pé que demanda São Paulo, vindo de Mato Grosso tem caído sensivelmente, em decorrência da implantação de zonas de engorda e maiores abates junto às fontes de produção. Quanto à castanha as estatísticas disponíveis, muito genéricas em relação aos diversos tipos comercializados de castanha, não permitem muita precisão na avaliação do produto que vai ao consumo no círculo do mercado interno.

Conquanto o balanço entre o volume anual das "safras" e as exportações apresente um excedente não exportado

da ordem de 40%, tudo faz crer que o mercado interno absorve realmente a média de 20% da produção obtida em cada ano; as perdas, desperdícios e as diferenças por conta das estatísticas de castanha, com casca e descascada, desfiguram os pesos registrados.

(Fonte: Processamento Industrial de Castanha no Juruena /Teles Pires.

Esboço do Projeto de Viabilidade, Antonio A. Noronha-Serviços de Engenharia S.A.).

c) Mercado Internacional

O mercado mundial de madeira apresenta-se, ainda, sob demanda insatisfeita.

O consumo dos produtos madeireiros vem se situando acima dos níveis da oferta mundial, razão pela qual os preços relativos desses produtos tem se mostrando, via de regra, firmes e em crescente ascensão, no mercado externo.

É fato igualmente conhecido que a oferta mundial de madeiras tropicais está declinando dado o esgotamento progressivo das reservas naturais para sustentação dos estoques de matéria prima.

Estimativas disponíveis indicam que no atual ritmo de derrubada tanto as florestas africanas como as do Sudeste Asiático não durarão mais de trinta anos.

Assim é que, dentro desse quadro de escassez relativa, a Região Amazônica poderá vir a assumir o comércio internacional de madeiras tropicais, a partir do ano de 1.980, se para tanto organizar e implementar a sua produção e comercialização.

O mercado de castanha caracteriza-se por forte irregularidade, um pouco nos fluxos, mas notadamente nos preços.

BRASIL - EXPORTAÇÃO DE CASTANHA DO PARÁ

ANOS	QUANTIDADE(ton.)	VALOR US\$1.000	US\$/ton.
1972	38.572	20.229	1.858,00
1973	33.848	22.763	1.487,00
1974	20.664	20.222	1.022,00

Fonte: Anuário Estatístico 1975 - IBGE.

Os tradicionais importadores são os Estados Unidos e a Inglaterra, sendo que a Alemanha Ocidental e o Canadá correspondem a mercados novos, com uma participação significativa.

d) Vias de escoamento

A rodovia BR-364 Cuiabá/Porto Velho constitui-se na grande via de escoamento da região, tanto no sentido norte do país, através do seu prosseguimento para o Estado do Acre e fronteira com a República do Peru e da ligação com a rodovia Porto Velho/Manaus.

No sentido centro-sul do país essa rodovia prossegue através de Goiás e Minas Gerais permitindo a ligação com os grandes centros do país.

A rodovia BR-163 Cuiabá/Santarém, recentemente concluída permite a articulação com o grande sistema viário do rio Amazonas desde o porto de Santarém. Constitui-se no "corredor de exportação" de todo o norte matogrossense, e para ela convergem diversas rodovias que estão sendo construídas e formarão a malha viária da região.

Na área do projeto, cortando-a no sentido sul/norte, a rodovia AR-1 permite ligação com a BR-364 na localidade de Vilhena-RD.

Seu projeto inclui o prosseguimento até encontrar-se com a Transamazônica no Estado do Amazonas.

e) Armazenamento

No presente a região apenas conta com uma unidade armazenadora, da rede estadual da CASEMAT, localizada no município de Barra do Garças e com capacidade estática de 3.000 toneladas.

1.3. RECURSOS HUMANOS

1.3.1. Fluxos migratórios

O censo demográfico revela que em 1970 mais de 30 milhões de pessoas mudaram de residência, atravessando assim, pelo menos uma vez, as fronteiras municipais. Desse total, mais de 50% corresponderam a migrações de origem e destino urbanos.

As migrações campo-cidade, na mesma época, atingiram 18% do

total, o que não representa uma expressão pouco significativa do fenômeno pois no contingente dos migrantes urbano há naturalmente componentes de origem rural.

Uma pessoa ao mudar do seu local de origem para qualquer lugar de destino pode estar sendo submetida à ação de duas forças (expulsão e atração) ou de apenas uma, qualitativamente bem distintas.

As forças de expulsão se caracterizam por fatores de mudança e por fatores de estagnação.

A introdução de novas relações de produção no campo em particular quando se busca o aumento da produtividade do trabalho, pode dar origem a processos migratórios determinados pelos fatores de mudança, afetando consequentemente os trabalhadores sem terra e os assalariados.

Já os fatores de estagnação se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável, como pelo monopólio de grande parte da mesma pelos grandes proprietários, como ocorre por exemplo na Zona do Agreste nordestino.

As áreas de expulsão mais características, contraindo as impressões mais correntes, não estão localizados no Nordeste, mas particularmente na Região Sudeste.

Os fluxos inter-regionais mais importantes podem ser assim caracterizados:

- . Da região Nordeste para a Região Sudeste: migração de destino urbano;
- . Das regiões Nordeste, Sudeste e Sul para a Região Sul: migrações de destino rural;
- . Das regiões Nordeste, Sul e Sudeste para o Centro-Oeste, que são tanto de destino urbano (em especial para o Distrito Federal), como de destino rural, para as zonas de expansão das fronteiras agrícolas de Mato Grosso e Goiás.

1.3.2. Excedente populacional interno

A substituição da agricultura pela pecuária e a introdução de inversões tecnológicas no campo, que implicam em econo

mia de mão de obra, tem-se constituído no principal gerador de excedente populacional interno em Mato Grosso.

A "pecuarização da agricultura" é um fenômeno que vem se verificando em diversas regiões do nosso Estado, fácil de ser observado nos municípios de Rondonópolis, Dom Aquino e Jaciara.

1.4. ESTRUTURA DE ATENDIMENTO SOCIAL

1.4.1. Educação

O anuário Estatístico 1.975 do DGE/MT, registra na região Norte Matogrossense MR/332, 161 unidades escolares com um total de 15.443 alunos matriculados.

EDUCAÇÃO - CONFRONTO ENTRE REGIÃO E ESTADO - 1.974

GRAU	UNIDADES ESCOLARES		MATRÍCULA INICIAL	
	REGIÃO	ESTADO	REGIÃO	ESTADO
Pré primário	8	106	328	5.676
1º Grau	150	2.663	14.687	344.895
2º Grau	3	137	428	21.736
TOTAL	161	2.906	15.443	372.307

Fonte: Anuário Estatístico 1.975 - DGE/MT.

Apesar de conter 3,89% da população do Estado, sua população discente representa 4,15% daquele, apresentando um índice de 193 alunos matriculados por 1.000 habitantes, superior ao do Estado, 181 por 1.000.

Razoavelmente servida quanto ao ensino de 1º grau há um forte afunilamento no 2º grau, denotando uma evasão escolar de 36 para 1.

Esta situação prende-se a diminuta oferta desse grau de ensino, representado apenas por 3 estabelecimentos.

1.4.2. Saúde

O setor saúde é atendido na região por 9 hospitais com um total de 256 leitos e 3 estabelecimentos do Serviço Ofi

cial de Saúde Pública. A proporção de leitos por habitantes é de 4/1.000, superior à do Estado 3,3/1.000.

O pessoal qualificado envolvido nesse setor é constituído por 18 médicos, 3 dentistas, 2 farmacêuticos, 2 enfermeiros e 8 técnicos de laboratório.

(Fonte: Anuário Estatístico 1975 - DGE/MT).

2. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E FÍSICA DA ÁREA DO PROJETO

2.1. Localização

Para a localização do projeto foi escolhida a região do Alto Aripuanã definida na mesopotâmia formada pelos rios Aripuanã e Juruena, ^{2/} no eixo da Rodovia AR-1 e sua área de influência, sendo área útil do projeto, as terras existentes entre o km 180 e o rio Perdido.

Os principais fatores que levaram a essa localização foram os seguintes:

- a) Complementar a ação do Governo Federal na área, cujos projetos definidos no Polo Aripuanã, tiveram aí seu início.
- b) Estudos preliminares de pedologia realizados por técnico do Ministério da Agricultura - através de exploração "in loco", juntamente com técnicos da CODEMAT - coletando material para análise no eixo da Rodovia AR-1 evidenciam a boa fertilidade das terras.
- c) Um inventário florestal realizado pelo IPI, por delegação do CNPq, revelou a existência, na área, de um grande potencial explorável de madeira, sendo identificada inclusive, mais de 30 espécies de árvores próprias para extração de madeira, até então desconhecidas.
- d) A presença destes recursos naturais em uma grande área contínua de terras públicas.
- e) As possibilidades de ocupação desordenada desta área, estimulada pelos programas federais, basicamente pela abertura da Rodovia AR-1, que já oferece facilidade de acesso.
- f) A necessidade de estabelecer um sistema racional de povoamento, visando evitar o possível aparecimento de um foco de tensão social, a exemplo de outras áreas.

2/ Ver: Mapa de localização.

2.2. Vias de acesso e comunicação

O acesso a área pode ser feito pela BR-364, partindo de Cuiabá ou Porto Velho até a localidade de Vilhena de onde parte a Rodovia AR-1 (em construção), que já permite tráfego normal até a transpor a área. Ambas, apresentam boas condições, podendo-se desenvolver uma velocidade média horária de 60/km.

Outra possibilidade de acesso é por via aérea. Atualmente existem 4 (quatro) escalas semanais de voo comercial em Vilhena, sendo dois voos para Cuiabá e dois para Porto Velho. Na área do projeto existem dois campos de pouso construídos para dar apoio às obras da AR-1, que podem ser utilizados por táxi aéreo ou aeronaves de pequeno porte.

2.3. Relevo

Topograficamente a área do projeto é caracterizada pelo relevo plano e suavemente ondulado, ocorrendo pequenas elevações e colinas nas cabeceiras dos mananciais que formam afluentes dos rios Aripuanã e Juruena, assegurando perfeita drenagem em toda a área. A altitude varia de 400 a 550 metros.

2.4. Hidrografia

A área do projeto é limitada pelos rios Juruena e Aripuanã que constituem os maiores mananciais, ambos correndo em direção à calha do rio Amazonas, de cuja bacia fazem parte.

Outros cursos de água existentes são afluentes daqueles dois. Dentre eles destacam-se os rios Juína, Juína-mirim, Preto, Vermelho, Canamã.

São rios de planalto e as vezes apresentam-se encachoeirados como o rio Aripuanã que forma o Salto de Dardanelos, um pouco mais ao norte da área.

2.5. Cobertura vegetal

A vegetação, segundo estudos preliminares, realizados pelo CNPq e CODEMAT em toda a área do projeto, está distribuída na seguinte tipologia florestal:

- a) Floresta Tropical Densa - caracteriza-se por apresentar árvores altas de grande diâmetro.
- b) Floresta Tropical Aberta - Caracteriza-se por apresentar vários estratos em diferentes níveis.
- c) Floresta Estacional - Apresenta como característica fundamental o aspecto decidual da vegetação com frequente aparecimen

toda epífita.

2.6. Clima

O clima é tropical e úmido com estação seca pouco pronunciada, ocorrendo 3 (três) meses sem chuva. A precipitação média anual é de 2.000 mm e a temperatura média é de 25°C.

2.7. Solos

Os solos, na área útil do projeto, segundo estudos preliminares de pedologia realizados por interpretação de fotografias aéreas e por análise química de amostras colhidas no eixo da Rodovia AR-1, para efeito de aptidão agrícola, estão distribuídas em duas classes:

- a) Classe boa - Adequados à agricultura e a pastagem. São solos de alta fertilidade com ligeira a moderada susceptibilidade a erosão.
- b) Classe regular - São solos de média fertilidade, adequados a agricultura e a pecuária.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAPÍTULO VI
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

1. ESTRADAS

A rede viária proposta é parte integrante do sistema viário constante do Programa Polamazônia (Polo Aripuanã- Subprograma rodovias). São previstos três tipos de ligações: estradas de penetração, estradas rurais e caminhos vicinais, assim distribuídos:

DISCRIMINAÇÃO	1977 KM	1978 KM	1979 KM	TOTAL KM
a) Estradas de acesso	68	-	-	68,00
b) Estradas Rurais	80	11,35	-	91,35
c) Caminhos Vicinais	-	334,27	127,48	461,75
T O T A L	148	345,62	127,48	621,1

1.1. ESTRADA DE ACESSO

A rodovia AR-1, partindo de Vilhena, dá acesso a área do projeto cortando-a no sentido sul-norte. Até o limite norte, tem uma extensão de 242 km, totalmente concluídos, dos quais 60 km dentro de área.

Trata-se de uma estrada de penetração com características de Classe III, conforme as normas para o projeto de estradas de rodagem do DNER.

Suas características técnicas são as seguintes:

- a) Largura da faixa de domínio: 60m;
- b) Plataforma: 9 m;
- c) Pista de rolamento (encascalhada): 7m;
- d) Greide: de um modo geral colado;
- e) Revestimento primário: $\pm$ 20 cm de espessura na faixa central e 10 cm nas bordas,
- f) Obras de artes: pontes de madeira e bueiros.

1.2. ESTRADAS RURAIS

Terão finalidade de ligar a zona rural à rodovia principal, ao núcleo e aos subnúcleos nas distâncias mais longas. Suas características principais de construção serão as seguintes:

- a) Largura da faixa de domínio: 30m;
- b) Largura da plataforma: 6m;
- c) Largura da pista de rolamento: 6m;
- d) Greide colado;
- e) Obras de artes: pontes de madeira, pinguelas e bueiros;
- f) Revestimento primário variável (somente nos lugares mais necessários).

Do total de 91,35 km, previsto, foram construídas em 1977, 80 km a um custo de R\$44.489,00 por km, e em 1978 está previsto a construção de 11,35 km, a um custo orçado em R\$77.800,00 por km conforme quadro 6.01.

1.3. CAMINHOS VICINAIS

Os caminhos vicinais terão a finalidade de oferecer ligações aos lotes em distâncias curtas ou seja, aqueles que estiverem fora do eixo das estradas, onde a área beneficiada não justificar a construção de uma estrada.

Suas características de construção serão as mais simples possíveis, podendo, no futuro, com o desenvolvimento da área, transformar-se em estradas. Estão previstos, 461,75 km que serão abertos, inicialmente com as seguintes características:

- a) Largura da faixa de domínio: 10m;
- b) Largura do desmatamento: 4m;
- c) Largura da pista de rolamento: 4m;
- d) Greide colado,
- e) Obras de artes: pinguelas e bueiros.

O custo de construção por km foi estimado em R\$31.150,00 conforme mostra o Quadro 6.02.

1.4. CUSTOS TOTAIS DE CONSTRUÇÃO

De posse das estimativas das necessidades físicas de estradas e caminhos, e os orçamentos dos custos por km, foi possível estimar o custo total, prevendo-se em R\$18.825.600,00 distribuídos como segue:

(R\$1.000,00)				
CATEGORIAS DE LOTES	1977	* 1978	* 1979	TOTAL
Lotes Rurais	3408,3	10304,5	3529,1	17241,9
Chácaras	150,8	991,0	441,9	1583,7
T O T A L	3559,1	11295,5	3971,0	18825,6

* Preços válidos para 1978

2. LOTEAMENTO RURAL

2.1. DIRETRIZES DO PARCELAMENTO

A organização territorial foi definida com base nos estudos preliminares efetuados sobre fotografias aéreas, levando-se em conta a preservação da ecologia, capacidade de uso da terra e localização de cursos d'água.

Dividiu-se a área em 11 seções homogêneas para lotes rurais e uma para chácaras e núcleo urbano.

Os lotes rurais, cortados nas terras de altas fertilidade, têm dimensões variáveis de 110 a 300 ha.

Parte da área total será mantida como remanescente para posterior definição.

Todos os lotes serão servidos de estradas a fim de assegurar a população rural o acesso aos sub-núcleos, ao núcleo e à rodovia principal.

2.2. DIMENSIONAMENTO

O lote rural foi dimensionado para atender as condições ideais previstas para a Propriedade Familiar.

Para o dimensionamento da parcela, levou-se em consideração:

- estudos da produtividade e análise de aptidão agrícola dos solos da área;
- estudos preliminares pedológicos realizados por interpretação de fotografias aéreas e análise química de amostras colhidas da área, definindo a capacidade de uso da terra.
- estudos preliminares realizados pelo CNPq e CODEMAT da cobertura vegetal.
- hidrografia.

2.3. REGIME DE EXPLORAÇÃO

O lote rural destinado à colonização será explorado em "Regime de Economia Familiar" e terá a capacidade para satisfazer os seguintes requisitos legais e programáticos:

- criar condições de garantia do nível de remuneração necessária e suficiente à subsistência da família e seu progresso social e econômico. ^{1/}
- absorver toda força de trabalho do grupo familiar, inclusive a de terceiros eventualmente utilizada.

2.4. DEMARCAÇÃO DOS LOTES E ASSENTAMENTO

Todos os lotes serão demarcados e piqueteados, estimando-se em 3520 km o total de caminhamento topográfico. Desse total, foram demarcados 2026 km, em 1977.

A demarcação será executada de acordo com a locação das estradas rurais por blocos de área. Estes blocos, constituirão etapas para a ocupação que será procedida logo após a demarcação. O caminhamento previsto foi distribuído conforme o quadro abaixo:

CATEGORIAS	1977	1978	TOTAL
. Pequenas Propriedades	2026	1279	3305
. Chácaras	-	215	215
T O T A L	2026	1494	3520

2.5. CUSTO DA DEMARCAÇÃO

Com base nas estimativas de caminhamento, e a sua distribuição nos dois anos previstos, pode-se estimar o custo deste item, atribuindo valores variáveis de R\$1.000,00 à R\$3.000,00 por km, conforme levantamento de preços feito nas principais firmas de topografia, com experiência na área. O custo total, neste caso ficou em R\$8.104.000,00, distribuído como segue:

^{1/} Ver capítulo IV, item 1.2.

(R\$1.000,00)

CATEGORIAS	1977	1978	TOTAL
. Lotes Rurais	4052,	3837,	7889,
. Chácaras	-	215,	215,
T O T A L	4052	4052	8104

2.6. POPULAÇÃO RURAL PREVISTA

De posse das estimativas da quantidade de lotes rurais e chácaras estimou-se a população rural para os primeiros anos, chegando a um total de 11.922 pessoas - para toda a área desta fase de execução do projeto - no 4º ano, conforme mostra o quadro a seguir:

A N O	LOTES VENDIDOS			Nº DE FAMÍLIAS		POPULAÇÃO PREVISTA
	CATEGORIAS		TOTAL	Nº ANO	ACUMU LADO	ACUMULADO
	I	II				
1.977	-	-	-	-	-	-
1.978	517	159	676	676	676	4056
1.979	344	106	450	967	1643	9858
1.980	-	-	-	344	1987	11922
	861	265	1126	-	1987	11922

Os critérios adotados para a projeção foram basicamente os seguintes:

- Crerérios de dimensionamento e corte dos lotes;
- Número médio de pessoas por família - 6;
- A ocupação do lote iniciará no ano da venda;
- Dividiu-se os lotes em 2 categorias atribuindo número variado de famílias, como segue:

.Categoria I - Lotes Rurais - 2 famílias, ocupada em 2 anos com uma por ano;

.Categoria II - Chácaras - 1 família, ocupada em um ano.

3. NÚCLEO URBANO E SUBNÚCLEOS

3.1. ASPECTOS GERAIS

O programa em sua amplitude prevê áreas destinadas a todas as funções indispensáveis ao correto desenvolvimento da região. Assim, foram destacadas 3204,34 ha destinados a implantação de um Núcleo Urbano e 848 ha destinados a 5 (cinco) Sub-Núcleos, buscando suprir a região a ser desenvolvida, do apoio das atividades de características urbanas bem como daquelas que se situam na transição entre rural e urbana.

A distribuição espacial de tais unidades - Núcleos e Sub Núcleos - obedece a critérios que buscam garantir um atendimento homogêneo ao longo de toda a área colonizada. Aos Sub-Núcleos cabe atender diretamente a população da área rural e se rão alimentados pelo Núcleo principal, numa disposição de forma que tenham, aproximadamente, o mesmo raio de influência. Ao núcleo principal cabe funcionar como apoio urbano a toda a área do projeto.

3.2. NÚCLEO URBANO ^{2/}

O projeto do núcleo urbano teve origem na SUDECO e consta do Programa Polamazônia (Polo Aripuanã). Sua localização foi de finida no km 242 da Rodovia AR-1, em comum acordo entre a SUDECO e a CODEMAT, visando atender os objetivos propostos pelo programa de ocupação de toda a área.

O desenho urbano fixa um caráter modular visando o seu relacionamento com o desenvolvimento progressivo da área. A modulação se apresenta como uma alternativa capaz de ser implantado em etapas e de absorver correção nas etapas subsequentes, sem comprometimento maior de todo o conjunto.

Uma outra vantagem da modulação é a maior facilidade de adaptação ao sítio que ela oferece, pois uma vez estabelecida a malha sobre a qual os módulos se assentarão, estes poderão ser implantados seguindo direcionamentos diversos, ao mesmo tempo em que favorece o controle do direcionamento desejado.

Para efeito deste projeto serão implantados três módulos. Em

^{2/} Ver desenho III

1977 implantou-se o primeiro, adotando-se a imagem do Módulo Pioneiro que fornecerá informações concretas para o desenvolvimento das etapas subsequentes. Dado ao seu caráter pioneiro, foram implantados, nesse módulo, todos os equipamentos sociais básicos, bem como a infraestrutura urbana necessária ao desenvolvimento da cidade.

A área total reservada para o núcleo é de 3.204,34 ha, portanto cada módulo terá uma área de 36 ha, ocupará apenas ... 1,12% desta. Deste modo há área de reserva para o desenvolvimento urbano, inclusive com sobras para o planejamento de parques florestais e pequenas chácaras, deixadas como remanescente para posterior definição; tal definição terá como base os estudos a serem elaborados na implantação desta primeira fase, para o projeto da seguinte:

O Plano Urbanístico, prevê sua implantação em módulos a partir da Rodovia AR-1, e a distribuição geral da área do núcleo será definida com base no módulo pioneiro. Neste a área total foi distribuída em áreas residenciais, comercial, comunitárias. A área residencial foi distribuída em 288 lotes de 12m x 40m; a comercial em 60 lotes de 10m x 30m. Foram destinadas ainda, áreas para indústrias; cemitérios e aeroporto.

3.3. SUB NÚCLEOS

Os subnúcleos serão localizados estrategicamente nas seções destinadas aos lotes de colonização, mais distantes do núcleo principal, terão a finalidade de dar apoio comercial e assistencial a população de colonos nas suas áreas de influência.

Para cada unidade foi destinada uma área de 22,23 ha distribuída em áreas comerciais, residenciais, comunitárias e áreas verdes. A residencial foi dimensionada para 200 famílias, onde serão cortados 200 lotes de 12m x 40m. Na área comercial serão cortados 16 lotes de 13m x 36m e 8 de 14mx36m.

Nas áreas comunitárias serão construídas um posto de saúde, uma escola e praça de esporte. Prevê-se ainda a abertura de 2.479 metros de ruas de 15 metros de largura, incluindo calçadas e pista de rolamento.

Para cada sub núcleo foi reservado um lote rural ficando assim, o excedente destinado ao corte de pequenas chácaras e/ou parques florestais. A definição da distribuição desta área e dimensões das chácaras será objeto de estudos posteriores, que dependerá do desenvolvimento individual de cada unidade.

3.4. POPULAÇÃO

O dimensionamento da população do núcleo e dos sub-núcleos, teve como base o corte de lotes residenciais previstas para a 1ª fase do projeto, admitindo 6 pessoas por família e por lote.

Dos lotes residenciais do Núcleo - 864 em três módulos- prevê-se a ocupação de 500 até 1979, sendo 200 em 1978 e 300 em 1979. A partir daí espera-se um índice de crescimento médio de 50% ao ano cumulativamente, ocupando outros módulos que serão implantados em função da ocupação de outras áreas, do crescimento vegetativo e do próprio desenvolvimento local. Prevê-se uma redução gradativa deste índice, a partir do 10º ano, quando toda a área de influência do núcleo deverá estar ocupada.

A implantação dos subnúcleos está prevista para 1978 e 1979. Dos 200 lotes cortados em cada unidade (total de 1000), espera-se a ocupação de 14% em 1978, 28% em 1979 e 28% em 1980. A partir daí, espera-se que a população cresça em média de 30% ao ano, nos dois anos subsequentes quando deverá tomar um ritmo mais lento, gradativamente, prevendo-se uma população de 6000 habitantes nas cinco unidades no final do 10º ano. Vale lembrar que a população dos subnúcleos está diretamente relacionada com a ocupação da zona rural de sua área de influência, bem mais restrita que a do núcleo urbano. Razão pela qual espera-se um crescimento mais lento nos subnúcleos, tendendo a um ritmo normal em tempo mais curto.

O quadro 6.03., mostra uma projeção da população total para os primeiros 4 anos, destacando a população rural do núcleo urbano e dos subnúcleos.

3.5. CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO

Para a implantação do núcleo urbano foram utilizadas as estimativas de custos da SUDECO, constantes do Programa Polamazônia, que alocou recursos para o sistema viário, abastecimento d'água, energia elétrica e esgoto sanitário.

Acrescentando os custos de demarcação de lotes (Serviços de topografia), estimado com base nos preços correntes da região. Chegou-se assim a um custo global de R\$18.595.800,00 conforme mostra o quadro 6.04.

Os custos dos subnúcleos foram orçados com base nas necessidades físicas programadas para implantação das cinco unidades, estimando em R\$5.403.500,00 o custo total, conforme mostra o quadro 6.05.

Não estão incluídos nestes custos, as inversões em obras previstas para estas unidades, constantes do item VIII deste documento, bem como os custos operacionais previstos para os três anos de implantação, destacando no capítulo IX deste documento.

4. RESERVAS

4.1. RESERVAS FLORESTAIS E ECOLÓGICAS

Ficarão estabelecidos nos contratos com os parceleiros que cada lote manterá como reserva, 50% de sua área, para fins do que se refere o artigo 44 do Código Florestal.

Além destas, o Programa Global destinou uma área de aproximadamente 500.000 ha para reservas florestais e ecológicas. Embora fora da área específica deste projeto, esta terá grande importância na preservação da flora, da fauna e da ecologia.

Nas áreas destinadas a reservas para experimentação e demonstração serão mantidas as reservas previstas na Lei e para pesquisas agro-florestais e botânicas.

5. ÁREAS DE EXPERIMENTAÇÃO E DEMONSTRAÇÃO

Para este componente do Projeto, foi destinada uma área de 650 ha, nas proximidades do Núcleo Urbano. Essa atividade será conduzida, através de convênio com órgãos especializados, tais como EMATER, CEPLAC, CNPq e INPA. Estes órgãos deverão atuar também na produção e distribuição de mudas e sementes, através do serviço de extensão rural e da cooperativa.^{3/}

^{3/} Ver capítulo VIII - campo experimental

6.01: ESTIMATIVA DE CUSTO DE CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, POR KM

(R\$1,00)				
D I S C R I M I N A Ç Ã O	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
1. <u>DESMATAMENTO</u>				
. Desmatamento em faixa de 10m; destocamento de árvores até 50cm e limpeza	m ²	10.000	0,82	8.200,0
. Destocamento de árvores até 50 cm	ud	80	124,6	9.968,0
2. <u>TERRAPLENAGEM</u>				
. Cortes, aterros, raspagem	m ³	2.000	13,29	26.580,0
3. <u>REVESTIMENTO PRIMÁRIO</u>				
. Escavação e carga	m ³	255	6,97	1.777,3
. Transporte na DMT - 10 km	Ton	382,5	47,16	18.038,7
. Espalhamento, faixa de 6 m	m ²	6.000	1,03	6.180,0
4. <u>OBRAS DE ARTE</u>				
. Correntes - bueiros de madeira	ud	1	5.085,4	5.085,4
. Especiais - pontes de madeira	m	0,167	11.800,0	1.970,6
T O T A L	-	-	-	77.800,0

(*) Preços válido para 1978.

6.02. ESTIMATIVA DOS CUSTOS DE CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS VICINAIS, POR KM

(C\$1,00)

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
<u>1. DESMATAMENTO</u>				
. Desmatamento em faixa de 6m, destocamento de árvores, a té 50 cm e limpeza.	m ²	6.000	0,84	5.072,4
. Destocamento de árvores até 50 cm	ud	48	124,5	5.977,6
<u>2. TERRAPLENAGEM</u>				
. Cortes, aterros, raspagem	m ²	1.000	13,6	13.600,0
<u>3. OBRAS DE ARTE</u>				
. Bueiros e pinguelas de madeira	Verba	-	-	6.500,0
T O T A L	-	-	-	31.150,00

(*) Preços válidos para 1978.

6.03. PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL (ACUMULADO)

A N O	NÚMERO DE FAMÍLIAS				Nº DE HABITANTES			T O T A L
	RURAL	NÚCLEO URB.	SUBNÚCLEO	TOTAL	RURAL	NÚCLEO URB.	SUBNÚCLEO	
1977	-	-	-	-	-	-	-	-
1978	676	200	140	1016	4056	1200	840	6096
1979	1643	500	420	2563	9858	3000	2520	15378
1980	1987	750	700	3437	11922	4500	4200	20622
1981	-	-	-	-	-	-	-	-

ESTIMATIVA DOS CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO URBANO

(R\$1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	UNIDA DE	1.977			CUSTO UNIT. ESTIMA DO 1/	1.978		1.979			TOTAL		
		CUSTO. UNIT. VERIF.	QUANT.	VALOR		QUANT.	VALOR	CUSTO ESTI- MADO	QUANT.	VALOR	VERIF. E ESTIM.		
											QUANT.	VALOR	
1. SISTEMA VIÁRIO E LOTEAMENTO													
. Projetos e Locação	-	Verba	Verba	684,0	Verba	Verba	950,0	Verba	Verba	950,0	Verba	2584,0	
. Limpeza do terreno e regularização	1000m ²	0,411	168,0	69,0	0,575	168,0	102,0	0,575	168	102,0	504	273,0	
. Revestimento	1000m ²	3,600	168,0	604,8	5,040	168,0	846,0	5,040	168	846,0	504	2296,8	
. Demarcação de lotes	km	2,000	17,4	34,8	2,800	17,4	48,0	2,800	17,4	48,0	52,2	130,8	
TOTAL.....	-	-	-	1392,6	-	-	1946,0	-	-	1946,0	-	5284,6	
2. ABASTECIMENTO D'ÁGUA													
. Implantação	%	Verba	40	2040,0	Verba	40	2856,0	Verba	20	1428,0	100	6324,0	
TOTAL.....	-	-	40	2040,0	-	40	2856,0	-	20	1428,0	100	6324,0	
3. ENERGIA ELÉTRICA													
. Grupo Diesel e Elétrico	UD	364,0	2	728,0	-	-	-	-	-	-	2	728,0	
. Transformadores	UD	131,0	2	262,0	-	-	-	-	-	-	2	262,0	
. Casa de Máquinas	UD	110,0	1	110,0	-	-	-	-	-	-	1	110,0	
. Rede de Distribuição	Estrut	10,2	139	1417,8	14,2	106	1505,0	19,8	105	2079,0	350	5001,8	
TOTAL.....	-	-	-	2517,8	14,2	106	1505	19,8	105	2079,0	-	6101,8	
4. ADMINISTRAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES													
TOTAL.....	-	-	-	297,5	-	-	315,3	-	-	272,6	-	885,4	
TOTAL GERAL.....	-	-	-	6247,9	-	-	6622,3	-	-	5725,6	-	18595,8	

1/ Preços de 1978.

Este quadro refere-se a 2 unidades

QUADRO 6.05

ESTIMATIVA DOS CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO DOS SUB-NÚCLEOS

em \$1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	CUSTO UNITÁRIO	1.977		1.978		1.979		TOTAL	
			QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
1. SISTEMA VIÁRIO E LOTEAMENTO										
. Projetos e locação	%	466,0	-	-	35	163,1	65	302,9	100	466,0
. Limpeza do terreno e localização	1000 m ²	1,16	-	-	18	20,9	36	41,8	54	62,7
. Demarcação de lotes	km.	4,7	-	-	6	28,2	12	56,4	18	84,6
TOTAL	-	-	-	-	-	212,2	-	401,1	-	613,3
2. ABASTECIMENTO D'ÁGUA										
. Poço Artesiano (perfuração)	UD	583,4	-	-	2	1166,8	3	1750,2	5	2917,0
. Equipamento do poço	%	1750,0	-	-	33	577,5	67	1172,5	100	1750,0
TOTAL	-	-	-	-	-	1744,3	-	2922,7	-	4667,0
3. ADMINISTRAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES										
TOTAL	-	-	-	-	-	41,9	-	81,3	-	123,2
TOTAL GERAL	-	-	-	-	-	1998,4	-	3405,1	-	5403,5

OBS.: Este quadro refere-se a 5 unidades.

Preços de 1978

CAPÍTULO VII

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

1. ATIVIDADES PREVISTAS

De lotes padrões nos quais os colonos serão assentados, terão di mensão de 110, 164 e 220 ha de terras agricultáveis de boa quali dade, devendo 50% da área ser mantida como reserva florestal.

Para a escolha do lote padrão foi adotado os seguintes critérios e dimensionamentos:

- a) o lote de 110 ha foi determinado com base nas dimensões de um mó dulo regional;
- b) o de 164 ha, nos estudos elaborados para a escolha do lote pa drão, adotados, antes da presente reformulação;
- c) e o de 220 ha, baseou-se na dimensão de dois módulos regionais.

Devido a região ser coberta totalmente por uma densa floresta ú mida, em estágio de primitivismo, não se registrando qualquer a tividade de uso e exploração da terra, o desmatamento dos lotes se fará através de uma tecnologia rudimentar adequada à região, ou seja, por meio da roçada, derrubada, queimada, limpeza e coi varamento, utilizando-se para tal fim a foice e machado. Após des matamento total da área poderá ser utilizado o sistema mecaniza do.

Prevê-se que pela derrubada os colonos venderão, em média, 8m³ de madeira nobre por ha desmatado. O custo da extração da madeira não será calculado, visto que, ficará a cargo da Indústria Madei reira. A exploração econômica prevista para a parcela será básica mente a agricultura onde serão desenvolvidas as culturas perma nentes (cacau e café) destinadas à comercialização, em virtude das amplas possibilidades de mercado; culturas temporárias (ar roz, milho, feijão, mandioca) e algumas culturas alternativas destinadas à subsistência familiar, e a comercialização, tais co mo: pimenta do reino, guaraná, banana, soja, amendoim, etc.

A comercialização dos produtos e o suprimento de insumos terão u ma perfeita assistência instrumental através do Projeto e poste riormente da Cooperativa, que será instalada na área. Portanto, deu-se maior importância para essas atividades pelas seguintes razões:

- Aptidão das terras para as culturas indicadas;
- Diversificação da exploração através da policultura;
- Uso adequado e racional dos recursos naturais;
- Pleno emprego da mão-de-obra do conjunto familiar.

2. ASPECTO TÉCNICO

2.1. SELEÇÃO DE CULTURA

Os critérios adotados para a seleção das culturas a serem desenvolvidas na programação agrícola do Projeto são como seguem:

- a) Exigências agroclimáticas das culturas indicadas deverão ser compatíveis com as condições vigentes na região.
- b) Os produtos que serão consumidos no local e área de influência do projeto, deverão ser produzidos preferencialmente no local.
- c) Escolher culturas que tenham boa aceitação comercial no mercado interno e externo.
- d) Culturas a serem escolhidas deverão ter uma rentabilidade econômica compatível com o esforço dos pioneiros que se deslocaram ao local.
- e) Facilidade de introdução de manejo das culturas a serem indicadas.
- f) Vivência e capacitação dos colonos nas atividades programadas.

2.2. CULTURAS PERMANENTES

Foram escolhidas como culturas permanentes o café e o ca
cau.

2.2.1. Café

INTRODUÇÃO

Contrariamente ao que faz supor o seu nome botânico, cof
fea arabica L., o café não é originário da Arábia, mas sim das regiões de Cafa e Enária na Abissínia, África. Daí, pas
sou para a Arábia, onde sua cultura desenvolveu bem nas regiões de Meca e Medina.

Daí, foram levadas sucessivamente para Java, Holanda, Fran
ça, Guiana Holandesa, Antilhas, América Central, Colômbia e Guiana Francesa.

No Brasil o café foi introduzido inicialmente pelo Sargen

to-mor Francisco de Melo Palheta para Belém do Pará proveniente de Guiana Francesa.

De Belém o café foi levado ao Rio de Janeiro, de onde espalhou através do Estado Fluminense para os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná.

Atualmente com a substituição gradativa das regiões tradicionais para outras culturas devido as condições climáticas desfavoráveis para a cultura do café, e prejuízos causados pelas geadas no sul, os cafeicultores procuram regiões mais seguras, onde o frio tem menor intensidade. Norte de Mato Grosso com suas condições de clima e solo favoráveis, vem intensificando o plantio de café. A área do nosso projeto também figura como uma dessas áreas emergentes para o desenvolvimento da cultura.

Tecnologia a ser obedecida

a) Preparo do terreno

Após a derrubada e queimada, precede-se o preparo do terreno que consiste em ajuntar os galhos mal queimados, operação esta, também chamado de descoivramento. Sua função é de facilitar os demais serviços posteriores.

b) Variedades

Existem inúmeras variedades de café.

Dentre as que mais se destacam temos: Bourbon, Nacional, Sumatra e Maragogipe.

Para a região norte de Mato Grosso a variedade mais indicada é Catui, resultante de caturra híbrida desenvolvida pela seleção genética no Instituto Agrônomo de Campinas.

Os cafeicultores da região preferem plantar esta variedade pois ela é bastante produtiva e devido a hibridação com o café caturra os galhos das saias se apresentam mais densos que outras variedades evitando o envassouramento, fenômeno prejudicial típico da região, para as demais.

Embora o Instituto Brasileiro do Café tenha definido pelo plantio de café arábica em solos de altitude superior a 700 metros, vários agricultores da região de Bleba Celeste da Colonizadora Sinop e da Região de Alta Floresta da

Colonizadora INDECO tentam seu estabelecimento a menor al titude; mas essa espécie é largamente superada pela exu berante robusta de alta produtividade. A arábica tem se mostrada mais precoce quanto à maturação; mas a robusta a supera por larga margem. Com o alto rendimento que se ini cia à partir do segundo ano de idade. Demonstra claramente a superioridade para a região Amazônica principalmente no Norte do Estado de Mato Grosso. A robusta mais cultivada na região da Colonizadora SINOP é a conilon cujas semen tes foram levadas do Espírito Santo.

Os fatores que concorrem grandemente para o desenvolvi^{men} to da C. Robusta é o grande desenvolvimento de raízes e o fato de frutificar até nos troncos.

No caso da C. Arábica como era de esperar, tem apresenta do algumas plantas atacadas pelo fungo reselínea, embora sem maiores consequências.

O café sumatra também está sendo tentado, mas suas pers pectivas são menos animadoras, embora superiores à do ará bica.

c) Mudas

As mudas poderão ser produzidas no local com a instalação de viveiros pelo próprio colono.

d) Viveiros

Os viveiros podem ser naturais ou artificiais.

Viveiros naturais são os construídos perto da lavoura, principalmente em clareira de mato. Devem ter mais som bra, ser protegidos contra geada e ter água fácil para ir rigação. Os canteiros são preparados aproveitando-se, em grande parte, o terriço da mata.

São econômicos mas nem sempre podem ficar próximos da se de da propriedade para serem bem controlados.

Os viveiros artificiais podem ser construídos apenas com bambú e mourões de madeiras de longa duração, combinada com vigotas e ripas de madeira.

Os ripados devem ser instalados preferivelmente com o seu comprimento na direção norte-sul e as ripas ou taquaras devem ser colocadas de modo a proporcionar "meia-sombra "

às mudas.

A água deve ser fornecida por meio de torneiras bem distribuídas em toda a extensão do viveiro.

e) Formação de Mudanças

Para a formação de mudas serão utilizadas sementes despolpadas recentemente.

É necessário em média 1 kilo de semente com poder germinativo de 80% para semeadura de 3000 recipientes. O semeio deve ser feito no verão para serem levadas ao campo no início da estação chuvosa.

Para a formação destas mudas deverão ser utilizadas sacos de polietileno de 11 centímetros de largura por 25 cm de altura.

Para a formação das mudas deve-se semear em canteiros, em caixas com areia ou diretamente nos recipientes.

No caso de semeadura nos viveiros, o espaçamento recomendado é o de 15 cm entre as linhas e 5 cm entre sementes, sendo as sementes colocadas em sulcos de aproximadamente 2 cm de profundidade.

Com sementes tendo 80% de germinação, cerca de 100 mudas são obtidas por metro quadrado; nessa base, pode ser calculado o tamanho de viveiro, segundo a quantidade de mudas necessárias.

Épocas para semeadura poderá ser de abril, maio e setembro-outubro.

O transplante para recipientes de mudas do mesmo ano, é outubro-novembro, transplantadas, as mudas permanecem por algum tempo dentro do viveiro e serão retiradas para fora, algumas semanas antes do plantio no cafezal que pode ser em janeiro e fevereiro.

f) Abertura das Covas

As covas a serem abertas no local definitivo será de 40x20x20 centímetros. Um homem poderá abrir em torno de 80 a 100 covas por dia.

g) Adubação das Covas

Recomenda-se a adubação de covas com super fosfato simples à base de 0,50kg por cova.

h) Plantio

O plantio será feito em outubro a novembro no início das chuvas, plantando-se duas mudas por cova distanciando entre si de 25 centímetros.

A distância entre as covas será de 2,00m x 4,00m. Esta distância beneficiará a cultura em consorciação nos primeiros anos, minimizando as despesas iniciais de instalação do cafezal. Poderá ser utilizado feijão ou arroz como cultura intercalar nos dois primeiros anos.

i) Capinas

Serão feitas quantas capinas forem necessárias manualmente com a utilização de enxada tendo porém o cuidado de fazê-la superficialmente, para não afetar o sistema radicular do cafeeiro que é bastante superficial.

Nos cafeeiros sombreados a incidência das ervas daninhas é menor.

j) Pragas e Doenças

As principais pragas no cafeeiro são broca do café e bicho mineiro.

Quando há grande incidência da broca no cafeeiro, a produção é altamente prejudicada. O ataque é favorecido pela má ventilação do cafeeiro.

Se não for combatida a tempo a incidência poderá afetar todas as regiões circunvizinhas. O combate é feito com as pulverizações, utilizando o inseticida BHC a 1%, com pulverizadora manual ou pulverizadora mecânica instalada sobre o trator.

A primeira aplicação é feita quando o grau de infestação atinge a 5% dos frutos.

Quanto ao bicho mineiro que na realidade é a lagarta de uma mariposa em que o ovo é posto na página superior da folha e a lagartinha que dele eclode, penetra através da cutícula, e se aloja no parênquima de cujos tecidos se alimenta.

Não são recomendáveis as aplicações de inseticidas, pois elas teriam que ser feitas de abril em diante, isto é, durante a colheita.

Além disso, sabe-se que o BHC a 1% preconizado para o combate ao bicho mineiro pode transmitir o gosto característico do bolor aos frutos, já prontos para a colheita, fato que exclui sua aplicação.

Quanto ao ferrugem do café, que se verifica com maior intensidade nas regiões mais velhas, poderá ser combatido fazendo a pulverização com fungicidas preparadas à base de cobre em proporções adequadas.

1) Colheita e Produção

A colheita será realizada nos fins de maio indo até julho.

Faz-se normalmente pelo processo de derriça no chão que consiste em: coroação, varrição, derriça, rastelação, abanação e esparramação.

A produção média esperada para a região é de 2.400 quilos de café beneficiado por hectare.

Existe também o processo de colheita no pano, que em relação ao sistema anterior, a diferença está no emprego de pano de colheita, no qual é derriçado o café, impede o seu contato com o solo através do pano, evitando possível mistura com o café caído, seco, do chão e "casquinha", de influência normalmente prejudicial à qualidade do produto.

O aumento da despesa que venha onerar a sua prática, pelo emprego do "pano", é largamente compensado pela melhoria da qualidade do café.

m) Sombreamento

O sombreamento não é prática muito recomendável, uma vez que, pode facilitar a infestação de brocas no café, causada pela má ventilação da área.

n) Culturas intercalares

Como já foi comentado anteriormente será utilizada as culturas intercalares, de feijão e arroz nos dois primeiros anos, que contribuirá grandemente para minimizar o custo de implantação do café.

2.2.2. Cacau (Theobroma Cacao)

INTRODUÇÃO

O cacaueiro é uma planta perene, arbórea, dicotiledônea, pertencente à família Sterculiaceae e ao gênero Theobroma.

É uma planta de origem americana, tendo como centros de difusão a América Central e o norte da América do Sul, na região amazônica. Na era pré-colombiana dos povos que habitavam a América Central usavam suas sementes, convenientemente preparadas, como alimento, ao passo que os sul-americanos, a partir da polpa, fabricavam bebida alcoólica.

No Brasil, durante muitos anos, a sua cultura ficou restrita à região amazônica.

Nos meados do século XVIII, porém, foi introduzida no Sul do Estado da Bahia onde, encontrando condições bastante favoráveis, se desenvolveu a ponto desse Estado se constituir, no maior centro brasileiro de produção.

A região norte de Mato Grosso, principalmente na região do projeto Juina, apresenta ótimas condições climáticas que poderá propiciar o desenvolvimento da cultura cacaueira.

TÉCNOLOGIA A SER OBEDECIDA

a) Variedades

Botanicamente se reconhecem três grupos de cacaueiro:

I - Forasteiros Amazônicos - compreendem os cacaueiros comuns do Brasil e da África Ocidental e o Cacau Nacional do Equador. Recebem a denominação de amazônicos, porque aparentemente estão distribuídos em forma natural na bacia deste rio e seus afluentes.

II - Crioulos - estes tiveram sua origem nos antigos cacaueiros crioulos venezuelanos, incluindo também cacaueiros nativos.

Os frutos são verdes ou vermelhos quando imaturos passando depois a amarelo ou amarelo-avermelhado quando da maturação.

III - Trinitários - também denominados híbridos, apresentam caracteres das variedades, comum e crioulo.

Os trinitários são bastante suscetíveis a enfermidade denominada vassoura de bruxa que é uma das enfermidades mais séria do cacaueteiro.

Para encontrar solução para este problema a CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) vem executando diversos experimentos fazendo cruzamentos entre clones obtidos de seleção individual de plantas locais e classes introduzidas de outras áreas notadamente os tipos Amazônicos.

Segundo recentes trabalhos da CEPLAC os híbridos formados por cruzamentos de classes locais por Alto Amazonas S CA-6 e S CA-12 - reúnem excelentes qualidades de resistência a Phytophthora palmivora agente causador da podridão negra, além de apresentar precocidade e ótima produção.

b) Preparo do Terreno e "Cabrocagem"

O preparo do terreno para cacaueteiro é feito pelo sistema de "cabrocagem" que consiste em ralear a mata fazendo extração de madeiras de alto valor comercial, deixando apenas as castanheiras, seringueiras, espécies de florestas consideradas nobres e o cacaueteiro nativo (Theobroma Cacao), cancho e outros. Este processo em muitos lugares também recebe o nome de raleamento. Desta forma obtém-se o índice de 60% de sombreamento.

Também poderá ser feito o desmatamento total e limpeza da área, procedendo-se em seguida a formação de um bananal que será utilizado como sombreamento nos primeiros anos. Este, será substituído por um sombreamento definitivo, cuja variedade será definida pelo órgão de orientação técnica.

c) Plantio

As mudas para o plantio serão obtidas através da CEPLAC que é o órgão responsável pela política cacaueira.

As covas são de 0,30 x 0,30m, distanciando-se de 3 metros que serão abertas em alinhamento simétricos.

A época de plantio deverá coincidir com o período das chuvas ou seja de janeiro a fevereiro e o número de pés por hectare é de 1.100.

d) Adubação

De início não é previsto a adubação por ser áreas de terras virgens "cabrocadas", porém, poderão ser definidas de

acordo com a orientação da CEPLAC.

e) Colheita, Fermentação e Secagem do Cacau

A colheita de cacau deve ser feita somente de frutos maduros. Com o amadurecimento dá-se uma contração da polpa e as sementes ficam quase livres, presas apenas ao cordão central. A colheita de frutos verdes e verdoengos, em mistura com maduros e passados, dá como consequência um produto de fermentação desigual, de mau aspecto e de cotação baixa no mercado. Por este motivo, na ocasião da retirada das amêndoas recomenda-se separá-las segundo o estado de maturação dos frutos. A colheita, tanto quanto possível deve ser feita de três em três semanas, a fim de se obter frutos com maturação uniforme. A quebra dos frutos deve-se proceder três a quatro dias após o corte. As amêndoas são levadas no mesmo dia da quebra para os cochos onde se faz a fermentação.

Uma vez cheios, são os cochos cobertos por folhas de bananeiras ou sacos de aniagem para se evitar a queda da temperatura. Visando a homogenização das condições de temperatura e fermentação, as amêndoas de cada côcho devem ser revolvidas uma vez ao dia enquanto durar o processo. A polpa fermentada se transforma em líquido que se escoia através das fendas e de orifícios próprios do cocho. No final de seis ou sete dias completa-se a fermentação, o que se reconhece pela cor escura das sementes. A seca geralmente é feita utilizando-se o calor natural, recorrendo-se às chamadas "barcaças" ou aos "balcões". Para acelerar e uniformizar a seca, que dura de 6 a 8 dias, as amêndoas devem ser revolvidas constantemente. Nas regiões em que a colheita coincide com a época chuvosa, a seca pode ser feita recorrendo-se a estufas especiais; neste caso, todavia devem-se evitar as temperaturas altas que podem torrar o produto com prejuízos de suas qualidades.

f) Produção

A produção do cacauzeiro começa depois do segundo ano de plantio. Sua produção irá crescendo paulatinamente, estabilizando aos oito ou nove anos.

Em condições boas de produção, em solo fértil, com controle adequado de pragas e moléstias pode chegar a produzir

mais de 2000kg de amêndoas secas por hectare.

2.3. CULTURAS TEMPORÁRIAS

As culturas temporárias principais programadas para a colônia são: arroz, milho, feijão e mandioca.

2.3.1. ARROZ

INTRODUÇÃO

O arroz (*oryza* nativa L.), por ser produto básico da alimentação humana é considerado como uma das culturas mais importantes.

O Brasil figura como um dos grandes produtores de arroz mundial.

Segundo o "Anuário Estatístico do IBGE 1975" o Brasil apresenta uma área cultivada de 4.794.823 hectares com uma produção de 7.160.124 toneladas, com o rendimento médio de 1.495 kg/ha, rendimento este que deixa muito a desejar quando comparado com outros países tais como EE.UU., Japão, Índia, etc.

Cerca de 60% a 70% da nossa produção é proveniente de arroz sequeiro.

O Estado de Mato Grosso possui uma área plantada de..... 472.116 hectares com uma produção de 782.457 toneladas com o rendimento médio de 1.657 kg/ha.

Em termos nacionais o Estado de Mato Grosso figura como quarto estado produtor de arroz seguindo os estados de Goiás, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Situação Atual: Arroz é uma das principais atividades desenvolvidas na região, ao lado do milho, feijão e mandioca que complementam as culturas de subsistência.

A técnica de cultivo é bastante rudimentar, não se preocupando muito com a seleção de sementes, uma vez que ainda é considerada bastante difícil a obtenção das mesmas, cada parceleiro guarda um pouco de semente para o ano seguinte, de sua própria produção.

São plantadas normalmente com as plantadeiras manuais, denominadas matracas ou por meio de utilização de enxadas, obedecendo um certo alinhamento. As variedades predominantes e

preferidas pelos parceiros são: canela de ferro, o bambú e o pratão degenerado, que são de baixa produtividade e de pouca resistência ao acamamento.

O plantio se processa nos meses de setembro a novembro, cujo ciclo dura de quatro a cinco meses. A colheita é feita nos meses de fevereiro a março, coincidindo com a época de maior precipitação pluviométrica, prejudicando desta forma a colheita, produtividade e comercialização. Devido a sua umidade, os produtos se tornam de qualidade inferior. Com a falta de orientação técnica e fatores desfavoráveis acima mencionados, concorrem a uma baixa produtividade com o custo elevado de produção.

TECNOLOGIA A SER OBEDECIDA

a) Preparo do Terreno

Após o desmatamento que consiste em roçada, derrubada e queimada, executa-se o descoivamento.

Esta última operação se faz principalmente quando a queimada não é bem sucedida. Consiste em ajuntar os tocos e galhos mal queimados para facilitar as operações subsequentes.

b) Semeadura

A semeadura será feita com plantadeiras manuais, com 5 a 10 grãos por cova num espaçamento médio de 70 cm entre as linhas e 15 a 20 cm entre as covas com 0,5 cm de profundidade.

As sementes deverão ser tratadas previamente com aldrim 5% a base de 100 gramas para cada 60 kg de arroz.

O gasto de sementes para plantio nos espaçamentos acima especificados é de 50 a 60 kg/ha.

c) Variedades

As variedades mais indicadas para esta região são: dourado precoce, dourado semi-precoce e pratão semi-precoce. Estas apresentam características com resistência ao acamamento e desgranação. É de porte baixo, grão longo com ótima aceitação comercial e de boa produtividade.

Além destas variedades, são indicadas: Pratão Precoce, IAC 1236 e IAC-47; tipo "agulha" de ciclo médio e curto, todas

resistentes a desgranação e acamamento, além de ter boa produtividade.

d) Adubação e Calagem

Nos quatro primeiros anos não serão adotadas estas práticas por serem áreas de terras de uso primário de elevada potencialidade agrícola. Poderá ser adotado o sistema de rotação com leguminosa.

e) Tratos Culturais

Por se tratar de terras recém desbravadas não há problema de infestação de pragas e ocorrência de ervas daninhas. Serão realizadas tantas capinas quantas forem necessárias para manter a cultura livre de ervas. Em média poderia fazer 3 a 4 carpas manuais com o uso de enxadas.

f) Controle de Pragas e Doenças

Serão feitos convenientemente, com o uso de defensivos agrícolas através de pulverizações ou polvilhamentos, em épocas adequadas e oportunas.

g) Colheita, Secagem e Rendimento

A colheita será feita manualmente com a utilização de "foicinhas" ou "serrilhas", quando os grãos estiverem maduros atingindo a coloração amarelada. O corte deverá ser feito a 20 cm do solo. Este material ficará colocado em feixes (manojos) que será batido em armação de madeira adrede, com formato de mesa, de uns 60 cm de altura, com ripados distanciados de 5 cm uma da outra.

Para evitar perdas, a armação é posta sobre encerados ou em chão bem batido e limpo. Após a bateção, os grãos vão para o terreiro, onde completam a seca.

Quando o tempo é insuficiente para fazer a bateção dos grãos, as plantas são postas a ferrar em medas bem preparadas. É importante para que se faça bem feita após seca perfeita à fim de obter grãos uniformes de boa qualidade.

O rendimento de arroz, cultivado nesta modalidade atinge um rendimento médio de 1500 kg/ha.

h) Armazenamento

Completadas as operações de colher, trilhar, abanar e secar, o arroz está pronto para ser vendido, ou armazenado.

Geralmente, é armazenado em sacos, ou na propriedade ou em armazéns da cidade. O armazém em que for guardado, para preservar a qualidade do produto, deve ser lugar bem seco, bem ventilado, protegido das chuvas ou eventual umidade. Deve ser ao mesmo tempo, lugar protegido dos ratos, dos pardais e de outros predadores.

2.3.2. MILHO

INTRODUÇÃO

Atualmente, dentre os cereais cultivados no mundo, o milho coloca-se em terceiro lugar, sendo superado somente pelo trigo e arroz.

A importância deste cereal não se prende apenas ao fato de ser produzido em grande volume, mas sim devido à sua importância sócio-econômica. É grandemente utilizado tanto na alimentação humana bem como para animais domésticos. Constitui também fonte de matéria-prima para uma série enorme de produtos industrializados, criando e movimentando grandes complexos industriais, onde milhares de empregos são criados.

O Brasil figura como o quarto produtor mundial deste cereal com uma produção de 16.284.713 toneladas cujo rendimento médio é de 1381 kg/ha, sendo superado apenas pelos EE.UU., RUSSIA e China. A sua importância econômica no Brasil é muito grande, destacando-se como primeiro lugar em área cultivada.

O Estado de Mato Grosso participa na produção nacional com a produção de 381.956 toneladas e um rendimento médio de 1555 kg/ha (Anuário Estatístico do IBGE 1975).

Situação Atual - O milho é plantado grandemente pelos colonos principalmente para alimentação de pequenos animais e porcos dos primeiros parcelheiros. Nas áreas pioneiras representam ao lado do arroz, mandioca e feijão uma das culturas de bastante importância, pois dela é que derivam os subprodutos, tais como, banha e toucinho que constituem alimentos de grande necessidade da população rural.

Podem ser plantadas consorciadas com o arroz, no meio de outras culturas ou sob a forma de cultura exclusiva.

TECNOLOGIA A SER OBEDECIDA

a) Preparo do Terreno

O milho, como todas as culturas, tem necessidade de serem se rem semeadas num terreno bem preparado, sem o que a semente não terá condições favoráveis para uma boa germinação e tam**ém** a planta terá dificuldades para desenvolver-se acarretan**do** queda de produção.

O milho é uma cultura bastante exigente quanto ao solo, desen**volvida** bem nas áreas férteis e bem drenadas.

Quando o plantio é feito em áreas recentemente desmatadas , não há muito problema quanto ao preparo do solo, porém, nas áreas já plantadas por muitos anos, há necessidade de fazer limpeza do terreno seguida de aração e gradeação.

b) Semeadura e Espaçamento

O milho no norte do nosso Estado pode ser semeado desde se tembro até novembro, conforme as condições de umidade do so lo. A semeadura do milho poderá ser feita por meio de planta**deira** manual ou através de covas abertas com enxadas no espa**çamento** de 1 metro entre linhas e 0,50 metros entre as plan**tas** numa proporção de 3 a 4 sementes por cova.

Esta modalidade dá uma população de 40.000 a 60.000 plantas por hectare.

A profundidade do plantio da semente deverá ser em torno de 4 a 5 cm.

No caso de plantio em áreas de terras já utilizadas vários a**nos**, e destocada poderá ser utilizado o plantio por meio de sulcadores ou plantadeiras de tração animal ou por meio de tratores. Neste caso poderá ser recomendado na base de 6 a 7 sementes por metro de sulco, com o objetivo de obter 50.000 plantas por hectare, é a que proporciona melhor resultado , partindo do princípio de que o solo seja bastante fértil ou as adubações convenientemente processadas.

O gasto de semente depende da variedade usada no plantio e do espaçamento adotado, sendo que o híbrido HMD/6999 gastará cerca de 30 a 40 kg/ha e o sintético em torno de 30 a 35kg/ha

c) Variedades

As variedades que dão melhores resultados para a região são o híbrido HMD 6.999 de ciclo curto 110 a 125 dias e Azteca, ambas preferidas, por apresentarem a dureza do grão interme-diária e bom índice de produtividade. Existe também a varie-dade sintética, Centralmex bastante preferida na Amazônia Ma-togrossense.

d) Adubação e Calagem

Nos primeiros anos não serão necessários devido a enorme fertilidade do solo, porém, após o uso contínuo do mesmo ha-verá necessidade. A quantidade a ser aplicada dependerá da necessidade conforme análise do solo.

e) Tratos Culturais

Havendo condições favoráveis de umidade e temperatura no so-lo, as sementes germinarão, em média, 5 a 6 dias após a se-meadura. Depois do nascimento das plantinhas, há necessidade de controlar o desenvolvimento de ervas daninhas que apare-cem junto com a cultura, porém, tratando-se de áreas recém desbravadas não haverá necessidade da capina. O emprego do número certo de sementes por ocasião do plantio, evitará a prática do desbaste.

A partir do segundo ano de exploração haverá necessidade de pelo menos uma capina.

f) Controle de Pragas e Doenças

O milho como as demais culturas econômicas é atacado por di-versas pragas que podem ocasionar prejuízos à produção.

Porém as incidências das pragas não são tão sérias como nas demais culturas anuais. A prática comumente utilizado neste sentido é o uso de variedades mais resistentes.

Os maiores prejuízos causados pelas pragas se verificam na fase inicial de desenvolvimento da cultura, principalmente com o ataque da lagarta do "cartucho" (*S. Frugiperda*) que poderá ser combatido com o emprego de inseticidas adequa-das por meio de polvilhadeiras.

g) Colheita

A colheita será feita depois de bem maduro e seco, que pode rá ser notado facilmente pelos colmos secos e pela dureza dos grãos que não deixam penetrar pela unha. A quebra e amon-

toa poderá ser efetuada manualmente e a debulha poderá ser utilizado a debulhadeira motorizada.

Para fins de ser utilizado propriamente na fazenda para alimentação de suínos e equínos poderá ser armazenado sem fazer a debulha ou seja com a palha. A produção média para a região é de 2.400 kg/ha ou seja 40 sacos de 60 kg/ha.

h) Armazenamento

Após a debulha, os grãos são tratados com gesarol ou malagran, e será em seguida ensacado e armazenado convenientemente, aguardando-se a época melhor para comercialização.

2.3.3. Feijão

INTRODUÇÃO

O feijão comum é, segundo alguns autores, de origem sul-americana, que já vinham sendo cultivados pelos índios ao lado do milho e da mandioca.

É uma planta herbacea, trepadora ou não, pertencente à família leguminosae, genero phaseolus. Está classificado como (Phaseolus vulgaris L.)

É de grande importância, pois, constitui uma das alimentações mais importantes e básicas ao lado do arroz principalmente em nosso país. O Brasil figura como primeiro produtor mundial de feijão, com a produção de 2.270.747 toneladas sendo seguido da Índia, China, México e E.U.A. Porém sua produtividade por área é de 643 kg/ha, muito aquém de vários países como E.U.A., Bélgica, Espanha, etc.

O Estado de Mato Grosso possui área cultivada de 53.008 ha com a produção de 45.374 toneladas e uma produção média de 856 kg/ha (Anuário Estatístico do IBGE 1975).

Na economia do Estado, o feijão ocupa o quarto lugar no valor da produção agrícola, depois do arroz, mandioca e milho.

TECNOLOGIA A SER OBEDECIDA

a) Preparo do Terreno

Após o desmatamento e queimada faz-se o descoivramento, quando a área mal queimada. Nas áreas já cultivadas por alguns anos utiliza-se a prática de criação e gradeação conveniente

para garantir melhor germinação de sementes, sem falhas, e também melhor desenvolvimento do sistema radicular.

A qualquer custo, devem-se evitar as ervas daninhas, principalmente na fase inicial do ciclo, pois o feijoeiro é bastante sensível à concorrência do mato.

b) Semeadura

A semeadura do feijão poderá ser feita por meio de planta deira manual ou através de covas abertas de enxadas.

Deve ser plantado no espaçamento de 40 cm entre linhas e 15 a 20 cm entre plantas com 2 sementes por cova, resultando em torno de 250.000 plantas por hectare.

c) Variedades

As variedades mais preferidas na região são opaco, rosinha, paquinho: por apresentarem maior e melhor aceitação comercial. São conhecidas também as variedades: Mulatinho Paulista, Roxinho, Goiano Precoce e Jalo.

d) Sementes

Serão utilizadas sementes melhoradas e inoculadas de boa procedência.

Quanto ao gasto de sementes por hectare depende da variedade e espaçamento a serem usados no plantio.

As sementes antes de serem plantadas, serão tratadas com aldrim a 5% para proteção do sistema radicular, na proporção de 100 gramas para 60 kg de sementes.

e) Adubação e Calagem

Não foram previstas estas práticas por se tratarem de terras de uso primário, recém desbravadas, isto prevalecerá para os três primeiros.

f) Consórciamento

Normalmente o feijão é plantado consorciando com as demais culturas.

É muito frequente o plantio desta cultura junto com o milho quando este estiver com a formação de suas espigas no

estado leitoso.

Podem ser também plantado no meio do cafezal na fase de sua instalação para baratear os seus tratos culturais.

g) Tratos Culturais

O período crítico de competição entre o feijoeiro e ervas daninhas é nos primeiros trinta dias.

Normalmente numa capina será suficiente para eliminar a concorrência de ervas daninhas. Esta capina é feita manualmente por meio de enxadas.

h) Controle de Pragas e Doenças

As pragas que normalmente atacam o feijoeiro são: cigarrinha, mosca branca, ácaros, pulgões, tripses, percevejos, lagartas de Elasmo, vaguinhas, etc. As moléstias mais comuns são: ferrugem, mildão, mosaico comum, mosaico anão, mancha de levedura, antracnose, podridão, bacteriana, etc.

O meio ambiente, o vento, a temperatura, a umidade, etc., tem muita influência na ocorrência de moléstias e de pragas. Desta maneira, na lavoura de feijão da sêca, é comum apareçerem, mildio, ferrugem e cigarrinhas nas culturas de feijão das águas aparecem crestamento bacteriano, macrophomena, etc.

A desinfecção de sementes ajuda a eliminação dos microorganismos patógenos.

Para isto pode utilizar os produtos tais como: Neantina, Merpacine, Abravit Mercoran, Granosan M, na base de 300 gr para cada 100 kg de sementes.

O controle de pragas, e das moléstias no feijoeiro, deve ser sempre observado o seu aspecto econômico, uma vez que a aplicação de inseticidas ou fungicidas implica em despesas bastante razoáveis.

i) Colheita, Debulha e Rendimento

A colheita consiste no arranquio das plantas quando estiverem com 2/3 das vagem no estado de maturação, isto, para evitar a debulha natural no campo ou ataque de insetos que diminuem o rendimento da produção.

Após o arranquio, as plantas serão levadas para o galpão para a secagem. Em seguida faz-se a debulha ou trilha manual das vagens ou lona sobre a qual serão colocadas as plantas.

Estas são batidas com bastão de madeira até que a debulha se ja completa.

Subsequentemente faz-se a separação dos grãos com a planta e a limpeza dos grãos de palha através do uso de peneiras.

O rendimento médio é de 1.200 kg/ha ou seja, 20 sacos de 60 kg/ha.

2.3.4. Mandioca

INTRODUÇÃO

A mandioca é uma cultura de grande importância por ser produtora de raízes tuberosas e feculentas que representam valioso alimento humano e dos animais, e que servem também, para a fabricação de produtos alimentícios ou de aplicação industrial.

A mandioca é uma cultura de origem brasileira que já vinha sendo cultivada pelos índios, na ocasião do descobrimento do Brasil.

Atualmente é explorado em todo território nacional, em todos outros países da América do Sul, Central inclusive Antilhas.

Cultiva-se igualmente a mandioca em outras regiões do mundo, de clima tropical e sub-tropical, principalmente em Java, Filipinas, Ceilão, Tailândia, Madagascar e em grande parte da África.

Atualmente ao lado da cana de açúcar, ocupa enorme importância como fonte produtora de combustível devido a crise petro lífera.

O Brasil atualmente produz 25.811.981 toneladas e a produção do Estado de Mato Grosso é de 796.975 toneladas, numa área de 53.125 ha, resultando num rendimento médio de 15.000kg/ha.

Atualmente a cultura da mandioca é de enorme importância, pois, devido a crise energética mundial, o álcool produzido da mandioca vem substituindo em parte a escassez do combustível.

Para isto o governo federal vem incentivando a produção de álcool através da mandioca e também da cana de açúcar.

No norte do Estado de Mato Grosso já se encontra um projeto aprovado e em fase de implantação da destilaria de álcool através da mandioca na gleba Celeste, da colonizadora SINDP.

Nestes projetos o governo federal vem incentivando enormemente a fim de encontrar solução para crise energética, a curto prazo.

TECNOLOGIA A SER OBEDECIDA

a) Preparo do Terreno

O plantio da mandioca é feito em áreas recentemente desbravada, e após a limpeza procede-se, o preparo da lavoura por meio da roçada dos galheiros e reunião das madeiras não consumidas na queimada. A colheita da mandioca será maior se houver um perfeito trabalho de lavra do solo.

b) Semeadura e espaçamento

A semeadura da mandioca se faz em sulcos a 10 centímetros de profundidade e com manivas de 20 a 25 cm de comprimento. O espaçamento nas terras mais fracas deverá ser de 500 m entre linhas e 0,50 a 0,60 m entre plantas e, nas de solos férteis 1,20 m entre linhas e 0,50 a 0,60 m entre plantas.

c) Variedades

Dentre as variedades de mandioca, a Branca de Santa Catarina do grupo "mansa", é a mais recomendada, visto que apresenta grande produtividade e maior resistência à bacteriosa.

d) Adubação e Calagem

Por se tratar de terras de uso primário, recém desbravadas, não foi efetuada a previsão de correções de solos ou adubação, devendo perdurar até os cinco primeiros anos.

e) Tratos Culturais

Objetivando manter a cultura livre de ervas daninhas, as capinas, serão efetuadas tantas vezes quantos necessários, e manualmente, por meio de enxadas.

f) Controle de Pragas e Doenças

Dentre as moléstias que atacam a mandioca as principais são: Bacteriose cujo controle consiste em selecionar as ramas de culturas sadias e plantar variedades resistentes. Se nos primeiros meses ocorrer somente nas porções terminais das plantas, quebra-se com as mãos, e destroem-se pelo fogo; "Super brotamento" ou "envassouramento" causado por vírus, podendo

ser combatido através da queimação dos ramos das culturas a tacadas e plantação de variedades resistentes.

As pragas principais são: Mãndorová cujo combate consiste no polvilhamento com cãfeno clorado a 20%, ou sevin 7,5%, ou Endrim 1,5%.

Brocas do caule - queimar os restos e plantar variedades menos suscetíveis, como a 103 - Brava de Itu e a 129-ITU; Saúva combater pelos métodos usuais.

g) Colheita e Rendimento

O método a ser utilizado para a colheita da mandioca é a manual, através do arrancamento das plantas ou com auxílio de enxadas. O rendimento esperado por hectare no primeiro ano é de 10 toneladas e para o sobre ano 15 toneladas, devendo ser em média de 13 toneladas anual.

2.4. CULTURAS ALTERNATIVAS

Além das culturas descritas no item anterior, utilizadas no modelo adotado para demonstração da viabilidade econômica do lote padrão, outras culturas poderão constituir-se em alternativas viáveis na ocupação econômica da área, admitida como variações no modelo adotado para o lote padrão.

Tratam-se de culturas permanentes e temporárias, com viabilidades já comprovadas nas áreas agrícolas da Amazônia Matogrossense e Rondonia, tais como:

- a) Pimenta do Reino - Cultivada desde longo tempo no Estado do Pará e mais recentemente introduzidas no norte matogrossense, com bons resultados nas colônias de Porto dos Gaúchos e Rio Ferro.
- b) Guaraná - Planta típica da Amazônia, cultivada em vários Municípios do Estado do Amazonas, recentemente introduzida em Mato Grosso, particularmente na área de colonização da INDECO, onde apresenta ótimas perspectivas.
- c) Banana - Cultura de clima tropical, com produtividade comprovada em todo o Norte Matogrossense, atualmente cultivada nas lavouras cacaueiras de Rondonia, para sombreamento do cacaueiro jovem. É utilizada economicamente como sustentação da formação do cacauel.
- d) Soja, Algodão e Amendoim - Culturas largamente cultivada em

todo o Estado de Mato Grosso, tanto nas áreas agrícolas do Sul como do Norte, apresentando bons resultados econômicos.

2.5. SEDE E RESIDÊNCIA DO PARCELEIRO

A sede das atividades dos parceiros, sua residência e de seus familiares serão instaladas no próprio lote adquirido.

A habitação e as instalações serão construídas pelo parceiro com recursos locais, procurando aproveitar o material originário das derrubadas. Prevê-se, ainda, para a sede do lote, área suficiente para a formação do pomar, piquetes para animais de tração e algumas vacas de leite e, instalações para criação de pequenos animais.

2.6. LOTE CHÁCARA

O desenvolvimento das chácaras dependerá do desenvolvimento do Núcleo Principal e se localizarão estrategicamente nas suas proximidades.

O Projeto prevê uma área média de 12 ha para as chácaras cortadas inicialmente. Esta poderá diminuir futuramente com o corte das áreas reservadas, mais próximas do núcleo.

O chacareiro e seus familiares poderão residir nas mesmas ou no núcleo urbano, dependendo de sua atividade, visto que estas poderão ser vendidas para candidatos não selecionados como agricultores.

Nas chácaras serão desenvolvidas as culturas hortigranjeiras destinadas a abastecer a comunidade urbana. A mão de obra excedente, oferecerá seus serviços aos parceiros maiores, cujas atividades previstas, exigirão um volume de mão de obra maior que o do conjunto familiar.

Deste modo, a área da chácara será distribuída em sede, hortas, pomares, jardins, cultura de flores e plantas ornamentais. O excedente da área será utilizado para a criação de pequenos animais, culturas de subsistência e um piquete para abrigar os animais de trabalho e gado de leite.

3. JUSTIFICATIVA

A escolha das linhas de produção mencionadas (item 1) baseia-se inicialmente na aptidão do solo e nas potencialidades a

grícolas da região, incluindo além de outras as condições pedológicas e climáticas favoráveis e nas possibilidades do mercado local e regional.

Para compor o modelo de culturas permanentes foi escolhido o cacau e café por apresentarem melhores índices sob o aspecto técnico e econômico.

Cacau - Baseando-se em estudos efetuados pela CEPLAC e, levantamentos nas áreas do Município de Aripuanã, indicando que se poderá alcançar o desenvolvimento pretendido para a caucicultura, e, nos trabalhos que vem sendo desenvolvidos nas áreas, integralizadas ao Programa Nacional de Expansão da Cacaucultura - PROCACAU. O Projeto preconiza o seu cultivo em escala, tendo em vista atender aos seguintes aspectos:^{1/}

- fixa o homem à terra, e colabora na ocupação dos vazios demográficos e povoa suas faixas de fronteiras em forma modular;
- cultivo tipicamente conservacionista e mantenedor do equilíbrio do meio ambiente, imitando a floresta;
- assegura ao investidor uma conveniente remuneração, e contribui para a melhoria das balanças de pagamento regional e nacional;
- produto facilmente negociável, não possuindo problemas com excedentes.

Café - Considerou-se o seu cultivo como culturas permanentes pelas seguintes razões:

- excelente investimento para o agricultor;
- mercado nacional e internacional precípuos;
- escassez mundial causada pela substituição gradativa desta cultura por outras facilmente mecanizáveis;
- queda brusca da produção em consequência dos estragos causados pelas geadas nas áreas tradicionais;
- cultura que mais se destaca na pauta de exportação nacional, responsável pelo equilíbrio financeiro;
- incentivo dado pelo Governo brasileiro através do Instituto Brasileiro do Café (IBC) para o aumento da produção nas áreas econômicas viáveis.

^{1/} Adaptado do Orçamento Programa 1.977-CEPLAC

Como culturas temporárias foram escolhidas: arroz, milho, feijão, mandioca.

Arroz - Devido a importância mundial e sua utilização como produto de subsistência.

Milho - Utilizado na alimentação humana no arração de gado, porcos e aves etc., extração de óleo de primeira qualidade e em grande parte "in natura" ou industrializado sob a forma de fubá, farelo ou quirera, podendo ser consorciado com outras culturas e, destacando-se como principal.

Feijão - Cultura básica para a alimentação humana, sendo que se que na sua totalidade do tipo consorciado.

Mandioca - Cultura de maior produção de alimentos energéticos por unidade de área e utilizada em grande parte "in natura" ou ligeiramente industrializada na forma de amido, farinha etc., na alimentação humana e animal.

Naturalmente, as culturas especificadas não serão as únicas no Núcleo. Serão introduzidas as culturas alternativas (pimenta do reino, guaraná, banana, soja e amendoim), desde que testada sua viabilidade para implantação na área.

4. PLANO GERAL DE OCUPAÇÃO DO LOTE PADRÃO

4.1. DESBRAVAMENTO E OCUPAÇÃO DA ÁREA POR CULTURA

O desbravamento da área dos lotes de 110, 164 e 220 ha foram programados conforme mostram os Quadros 7.01 A, B e C obedecendo os seguintes critérios:

A. Lote Padrão de 110 ha

O desbravamento da área útil do lote padrão de 110 ha foi programado conforme mostra o Quadro 7.01 A obedecendo os seguintes critérios:

a) No primeiro ano serão desmatados 10 ha, sendo utilizado 5 ha com culturas permanentes intercaladas com culturas temporárias; 4 ha serão destinadas à temporárias solteiras e 1 ha para outros fins.

b) No segundo ano serão desmatados 15 ha, sendo utilizado 10 ha para culturas permanentes intercaladas com temporárias perfazendo um total de 15 ha. 5 ha serão utilizados com culturas temporárias solteiras, somando a 2 ha do 1º ano perfazendo um total de 7 ha. Os outros 2 ha dos 4 ha utili

zados no 1º ano com culturas temporárias serão destinados a outros fins.

- c) No terceiro ano serão desmatados 9 ha dos quais 5 ha serão utilizados com culturas permanentes intercaladas com temporárias perfazendo um total de 20 ha. Sendo que os 5 ha plantados no 1º ano estarão formados. 4 ha serão utilizados com culturas temporárias solteiras somando aos 5 ha já utilizados no ano anterior. 2 ha também utilizados no ano anterior com culturas temporárias solteiras serão destinados a outros fins.
- d) A partir daí serão desmatados 3 ha por ano para culturas temporárias solteiras. As terras utilizadas com culturas temporárias solteiras serão cultivadas por 2 anos em seguida destinadas ao descanso.
- e) Só serão feitas culturas intercalares com culturas permanentes nos primeiros 2 anos (de plantio e formação).

A partir do 10º ano quando toda a área útil do lote estiver explorada o colono poderá voltar a ocupar as áreas em descanso, num sistema rotativo, podendo ser utilizado mecanização.

Com a completa ocupação do lote, prevista para o 10º ano, sua área total terá a seguinte distribuição:

DESTINAÇÃO	ÁREA (ha)	%
Culturas permanentes	20	18,2
Culturas temporárias	6	5,5
Descanso	24	21,8
Outros fins	5	4,5
Reserva florestal	55	50,0
T O T A L	110	100

B. Lote Padrão de 164 ha

- a) No primeiro ano serão desmatados 10 ha, sendo utilizado 4 ha com cultura de café consorciada com as temporárias; 5 ha serão destinadas às temporárias solteiras e 1 ha para outros fins; serão cabrocados 5 ha para o plantio de cacau.
- b) No segundo ano serão desmatados 10 ha, sendo utilizado 6 ha para o plantio de café consorciada com as culturas temporárias, e 4 ha serão destinados a outros fins. A área destina

da ao plantio das culturas temporárias solteiras permanecerá a mesma do 1º ano. Para o plantio do cacau será cabrocado mais 5 ha.

- c) No terceiro ano serão desmatados 10 ha, sendo utilizado 5 ha para o plantio do café consorciado com as culturas temporárias e 5 ha para outros fins. A área destinada ao plantio de culturas temporárias solteiras permanecerá a mesma do ano anterior. Neste ano 9 ha das culturas permanentes já estarão formadas e será cabrocado mais 5 ha para o plantio do cacau.
- d) No quarto ano serão desmatados 12 ha dos quais 5 ha se destinam ao plantio do café consorciado com as culturas temporárias solteiras e 2 ha para outros fins. Neste ano haverá mais 20 ha de culturas permanentes formadas e 5 ha das culturas temporárias solteiras do anterior se destinarão ao descanso.
- e) No quinto ano serão desmatados 5 ha somado a culturas temporárias solteiras. Os 5 ha, em descanso, permanecerão.
- f) Só serão feitas culturas consorciadas, com café nos primeiros dois anos de formação.
- g) A partir do 5º ano serão desmatadas 5 ha por ano para culturas temporárias solteiras, e a partir do 6º ano serão deixados 5 ha por ano em descanso cumulativamente.
- h) A partir do 10º ano quando toda a área útil do lote estiver explorada o colono poderá voltar a ocupar as áreas em descanso, num sistema rotativo, podendo ser utilizado mecanização.
- Com a completa ocupação do lote, previsto para o 2º ano, sua área total será distribuída da seguinte forma:

DESTINAÇÃO	ÁREA (ha)	%
Culturas permanentes	35	21
Culturas temporárias	10	6
Descanso	25	15
Outros fins	12	8
Reserva florestal	82	50
T O T A L	164	100

C. Lote Padrão de 220 ha

O desbravamento da área útil do lote padrão de 220 ha foi programado conforme mostra o Quadro 7.01 C, obedecendo os seguintes critérios:

- a) No primeiro ano serão desmatados 20 ha, dos quais 10 ha serão utilizados com culturas permanentes intercaladas com culturas temporárias; 8 ha serão destinados a temporárias solteiras e 2 ha para outros fins.
- b) No segundo ano serão desmatados 30 ha, sendo utilizados 20 ha com culturas permanentes intercaladas com culturas temporárias, perfazendo um total de 30 ha. 8 ha serão utilizadas com culturas temporárias solteiras e 2 ha serão destinados a outros fins.
- c) No terceiro ano serão desmatados 25 ha, dos quais 20 ha serão utilizados com culturas permanentes, perfazendo um total de 50 ha, sendo que os 10 ha plantados no 1º ano estarão formados. 5 ha serão utilizados com culturas temporárias somados aos 8 ha do ano anterior. Os 8 ha do 1º ano não serão destinados a outros fins, assim como os 8 ha do 2º ano terão a mesma destinação no 4º ano.
- d) A partir do 4º serão desmatados 5 ha por ano para culturas temporárias solteiras. As terras utilizadas com culturas temporárias solteira serão cultivadas por dois anos em seguida colocadas ao descanso.
- e) Só serão feitas culturas intercalares nos 2 primeiros anos de formação das culturas permanentes.

A partir do 10º ano quando toda a área útil do lote estiver explorada o colono poderá voltar a ocupar as áreas em descanso, num sistema rotativo, podendo ser utilizada mecanização.

Com a completa ocupação do lote, prevista para o 10º ano, sua área útil terá a seguinte distribuição:

DESTINAÇÃO	ÁREA (ha)	%
Culturas permanentes	50	22,8
Culturas temporárias	10	4,5
Descanso	30	13,6
Outros fins	20	9,1
Reserva florestal	110	50,0
TOTAL	220	100

Os Quadros 7.02 A, B e C mostram as projeções da ocupação das áreas úteis dos lotes, nos 10 primeiros anos distribuídos por cultura e por ano.

4.2. ASPECTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

4.2.1. INVESTIMENTOS

As inversões anuais dos lotes de conformidade com os Quadros 7.03 A, B e C, foram dimensionados no período de nove anos, como seguem:

- a) Lote de 110 ha - C\$421,8 mil;
- b) Lote de 164 ha - C\$532,8 mil;
- c) Lote de 220 ha - C\$715,4 mil.

Essas inversões foram sub-divididas em inversões fixas, semi-fixas e financeiras.

As inversões fixas, estimadas em C\$395,3 mil, C\$501,1 mil e C\$674,9 mil, respectivamente para os lotes de 110, 164 e 220 hectares, compreendem:

- Aquisição do lote de colonização - O valor dos lotes acima mencionados foram calculados à razão de C\$1.500,00 por hectare.
- Desmatamento - Foram apropriados as despesas com o desmatamento dos lotes de acordo com os programas previsto para cada um, tendo um custo por hectare conforme segue:

(C\$ 1,00)	
TAREFAS	C\$ / HA
Roçada, Derrubada e Queimada	1.800
Limpeza e Coivaramento	200
T O T A L	2.000

- Construções de casas sede - Previu-se que as casas sede dos referidos lotes terão uma dimensão de 70 m², calculada à razão de C\$500,00 o m², cuja construções serão de madeiras.
- Construções de galpões - Foram dimensionados em 80 m², calculados à razão de C\$350,00 o m², a serem construído em madeiras.
- Construções de cercas - Serão construídos 2,5 km de cercas, apenas na área destinada a outros fins, ou seja, a pomares, piquetes, viveiros, etc., uma vez que não foi prevista no Projeto áreas para a exploração pecuária.
- Beneficiamento do cacau e café - Destinou-se para cada lote uma verba de C\$35.000,00 para as despesas relativas às

instalações para beneficiamento de cacau e café.

- Outras inversões fixas - Prevendo-se a conclusão das obras civis para o sexto ano, estimou-se à título de reserva técnica para cada lote o seguinte:

- a) Lote de 110 ha - R\$ 9,8 mil
- b) Lote de 164 ha - R\$10,6 mil
- c) Lote de 220 ha - R\$14,4 mil

As inversões semi-fixas compreendem os implementos agrícolas e ferramentas diversas, estimados em R\$6.500,00 para cada lote.

As inversões financeiras que se destinam a cobrir o custo de administração da implantação foram previstas em:

- a) Lote de 110 ha - R\$20,0 mil
- b) Lote de 164 ha - R\$25,2 mil
- c) Lote de 220 ha - R\$34,0 mil

4.2.2. Custos e Receitas

Para cálculo dos custos de produção os preços dos insumos agrícolas foram estimados com base nos vigentes nas regiões de colonização em Mato Grosso.

O cálculo das receitas agrícolas, provenientes da produção de lavouras anuais, foi efetuado com base nos preços mínimos vigentes na região, estabelecido para a safra de 1976/1977, pesquisas de mercado e publicação do IRC, CEPLAC e EMATER, em maio/77.

4.2.2.1 Custos e Receitas Anuais

Os Quadros 7.04 A, B e C mostram as estimativas de custos e receitas com a exploração dos lotes até o décimo ano.

Os custos anuais das culturas foram obtidos, após a previsão dos custos por unidade de área e por cultura; incluindo, neste item, o cálculo do custo de mão-de-obra remunerada.

O cálculo do custo de extração de madeira não foi previsto, admitindo-se que a mesma será vendida em toras e extraída pelo comprador.

As receitas totais foram determinadas com base nas estimativas da produção agrícola anual por cultura, de acordo com os índices de produção esperado.

O preço por unidade de produto foi adotado de conformida-

de com o exposto acima. Os custos e receitas da banana não foram estimados, visto, tratar-se de uma cultura que servirá de proteção para a formação do cacau, e, para o consumo familiar. O excedente será comercializado e o resultado deste servirá como subsídio ao custo da formação do cacau.

Conforme item III, do referido quadro prevê-se que o agricultor terá no décimo ano, quando se prevê o pleno desenvolvimento da propriedade, os seguintes lucros:

<u>Lote de 110 ha</u>	- Alternativa I	-	R\$1.169.554,00
	- Alternativa II	-	R\$1.172.532,00
<u>Lote de 164 ha</u>	-		R\$2.007.661,00
<u>Lote de 220 ha</u>	- Alternativa I	-	R\$2.858.168,00
	- Alternativa II	-	R\$2.874.774,00

4.2.2.2. Custos diretos de produção por cultura e por hectare/ano

Para efeito deste item foram considerados os custos diretamente atribuíveis a cada cultura de acordo com as necessidades de insumos. Excluídos os custos de mão-de-obra visto serem comuns a todas as culturas, motivo pelo qual foi calculado separadamente.

- a) Culturas permanentes - Os quadros 7.05 A e B e 7.06 mostram os custos diretos de produção das culturas de cacau e café respectivamente, por hectare/ano. Foram efetuados com base na tecnologia de produção adotada, (item 2.2. deste capítulo). Considerou-se a reposição de ferramentas, adotando-se para cálculo uma taxa de 5% incidente sobre o sub-total do referido custo.
- b) Culturas temporárias - O quadro 7.07 reproduz o custo direto de produção por hectare/ano das culturas temporárias, cujos cálculos foram feitos baseados na tecnologia adotada conforme descrição do item 2.3.

Para estas culturas considerou-se também uma taxa de 5% sobre o sub-total dos custos diretos para reposição de ferramentas.

Os quadros, a seguir, mostram as estimativas de produções por hectare/ano das culturas permanentes e culturas temporárias, considerando-se a média regional admitida para cada cultura.

PRODUÇÃO POR HECTARE/ANO

a)

Culturas Permanentes

ANO	CACAU (kg/ha)	CAFÉ (Saco/coco/ha)*
3º	110	35
4º	330	60
5º	660	120
6º	1.100	120
7º	1.650	120
8º	2.200	120
9º	2.200	120

CULTURAS	CONSORCIADAS	SOLTEIRA
	Kg/Ha	Kg/Ha
Arroz	800	1.500
Feijão	700	1.200
Milho	-	2.400
Mandioca	-	10.000

4.2.2.3. Produção Agrícola

Os quadros 7.08 A, B e C mostram as produções agrícolas totais por cultura e por ano até o décimo ano, quando se prevê a estabilidade da produção do cacau, última cultura a atingir o pleno desenvolvimento.

4.2.2.4. Necessidade de Mão-de-Obra

Os cálculos dos Quadros 7.09 A, B e C que se referem as necessidades totais de mão-de-obra foram efetuados levando-se em consideração as necessidades globais por cultura e por ano de exploração.

Foi deduzido desse total a mão-de-obra do conjunto familiar do proprietário, obtendo-se, dessa forma, a deficiência anual de mão-de-obra.

Admitiu-se três unidades/forças para o cálculo da força de trabalho do conjunto familiar e 24 dias úteis para a jornada de trabalho.

Para cobrir a deficiência de mão-de-obra serão contratados serviços de terceiros cuja remuneração está prevista à razão

*40kg

de R\$50,00 por dia, preço pago nas regiões de colonização em Mato Grosso-maio/77.

Os quadros abaixo, demonstram as necessidades de mão-de-obra por hectare/ano das culturas permanentes e temporárias.

Necessidade de Mão-de-Obra por hectare/ANO

a) Cultura de Cacau/Banana (Lote 110 e 220 ha)

SERVIÇOS	HOMENS/DIAS - ANO							
	1	2	3	4	5	6	7	8
. Formação do Bananal	35	-	-	-	-	-	-	-
. Locação das covas e coveamento	20	-	-	-	-	-	-	-
. Plantio	10	-	-	-	-	-	-	-
. Roçada, Desbrota e poda de formação	5	5	8	8	8	6	6	6
. Combate a praga e moléstia	5	5	10	10	15	15	15	15
. Colheita e transporte	-	-	15	30	50	70	80	90
. Fermentação, secagem, emb. e armazenamento	-	-	10	20	35	35	50	60
T O T A L	75	10	43	68	108	126	151	171

Necessidade de Mão-de-Obra por hectare/ano

b) Cultura de Cacau (Lote 164 ha)

SERVIÇOS	HOMENS/DIAS - ANO							
	1	2	3	4	5	6	7	8
. Cabrocagem	5	-	-	-	-	-	-	-
. Locação das covas e coveamento	20	-	-	-	-	-	-	-
. Plantio	10	-	-	-	-	-	-	-
. Roçada, Desbrota e poda de formação	5	5	8	8	8	6	6	6
. Combate a praga e moléstias	5	5	10	10	15	15	15	15
. Colheita e transporte	-	-	15	30	50	70	80	90
. Fermentação, secagem, emb. e armazenamento	-	-	10	20	35	35	50	60
T O T A L	45	10	43	68	108	126	151	171

c) Cultura de Café

SERVIÇOS	HOMENS/DIAS - ANO					
	1	2	3	4	5	6
. Preparo do Terreno	5	-	-	-	-	-
. Balizamento	5	-	-	-	-	-
. Preparo de covas	16	-	-	-	-	-
. Plantio, montoa e cobertura de <u>mu</u> das	16	-	-	-	-	3
. Capina, coroamento e replantio	30	20	10	5	5	5
. Emprego de inseticida	5	5	10	10	10	10
. Colheita, transporte interno e <u>la</u> vagem	-	-	11	18	19	19
. Secagem e ensacamento	-	-	2	3	3	3
T O T A L	77	25	33	36	37	37

d) Culturas temporárias

SERVIÇOS	HOMENS / DIA					
	ARROZ		FEIJÃO		MILHO	MANDIOCA
	A	B	A	B		
. Preparo do terreno	5	3	5	3	5	5
. Plantio	5	3	10	6	3	10
. Tratos culturais	20	12	15	9	10	15
. Colheita, Debulha, En sacamento	30	20	15	10	10	20
. Transp. Interno	2	2	5	2	-	10
T O T A L	62	40	50	30	28	60

A - Solteiras

B - Intercalares

4.2.3. Previsão de Crédito

Para efeito de aquisição e exploração do lote padrão foram previstas três (3) linhas de crédito, para atender os finan_ ciamentos necessários à execução do programa (Quadros 7.10A, B, C, D, E):

4.2.3.1. Crédito Fundiário

Será feito através do PROTERRA, que prevê a concessão de financiamentos para a compra de terras para explorações econômicas.

Esta linha de crédito é permitida para lotes rurais na dimensão de até seis (6) módulos regionais, num limite de recursos de até 80% do valor do lote.

O plano de crédito adotado prevê o financiamento, através desta linha, de 80% do valor do lote.

A amortização será a partir do terceiro ano, prazo em que o parceleiro começa a ter retorno, através da produção, de onde poderão sair os recursos financeiros para pagamento da amortização e juros.

4.2.3.2. Crédito para Investimento

Foi previsto, também, que todos os investimentos fixos serão financiados pelo PROTERRA através da linha PECRO- INVESTIMENTO. Neste caso os financiamentos serão feitos até o quarto ano, quando deverão iniciar o pagamento das amortizações e juros, prevendo-se o encerramento da dívida até o nono ano.

Os parceleiros farão tais amortizações e eliminação de juros, mediante receita própria, prevista da produção do lote adquirido.

4.2.3.3. Crédito para Custeio Agrícola

Para as culturas de arroz, feijão e milho foi previsto crédito para custeio através da linha tradicional de Custeio Agrícola do Banco do Brasil. O crédito será anual com a amortização no final, do ano agrícola.

Os valores financiáveis, bem como os juros atribuídos, foram calculados de acordo com as normas fixadas para a safra ... 77/78 e a área cultivada prevista para cada cultura.

4.2.3.4. Possibilidade de créditos Especiais para Café e Cacau

Tem-se em vista, além do crédito rural já referido, a possibilidade de financiamento para exploração do café e do cacau, através de programas específicos para cada cultura, isto dependerá da aprovação do projeto e liberação da área, pelo IBC e aprovação pela CEPLAC (no caso do cacau), para a

concessão desses créditos especiais através de empréstimos que serão necessários para a execução do plano.

4.2.4. Disponibilidades anuais e capacidade de pagamento

Os Quadros 7.11 A, B, C, D e E mostram os fluxos de caixa relativo ao desempenho econômico financeiro previsto com a exploração dos lotes e suas respectivas alternativas, evidenciando a capacidade de pagamento com relativa folga, a partir do 4º ano, para os lotes padrões.

Os primeiros anos deverão ser cobertos com aporte do parceleiro, estimada em R\$850,0 mil, e, distribuídos como segue:

<u>Lote de 110 ha</u>	- Alternativa I	- R\$ 21,0 mil;
	- Alternativa II	- R\$ 54,0 mil;
<u>Lote de 164 ha</u>	-	R\$95,0 mil
<u>Lote de 220 ha</u>	- Alternativa I	- R\$105,0 mil;
	- Alternativa II	- R\$575,0 mil.

Caso haja os créditos para cacau e café, esperados, as necessidades de aporte do parceleiro no 1º ano será diminuído em pelo menos 20%, e no 2º ano já não haverá mais necessidade dessa participação.

O resultado financeiro, é crescente até o 12º ano, quando se espera a estabilização com uma rentabilidade bastante acentuada. Neste ano todas as inversões estarão amortizadas, prevendo-se apenas crédito normal para custeio, que, aliás não será necessário devido a rentabilidade esperada.

4.2.5. Análise Econômica

A viabilidade econômica dos lotes preconizado pelo Projeto, pode ser observada através dos elementos analíticos que compõe os Quadros de Custos e Receitas Anuais, Inversões Anuais, Plano de Crédito e Demonstrativo da Capacidade de Pagamento.

Os lotes dimensionados em 110, 164 e 220 ha deverão ser explorados em regime de economia familiar. E, para atender as despesas com consumo de subsistência do conjunto familiar foi efetuado o desconto da produção total. (Quadros... 7.04 A, B e C).

As inversões fixas de capital, foram previstas em R\$..... 395.300,00 (trezentos e noventa e cinco mil e trezentos cruzeiros para os lotes de 110 ha, em R\$501.100,00 (Quinhentos e um mil e cem cruzeiros) os de 164 ha e R\$674.900,00 (Seiscentos e setenta e quatro mil e novecentos cruzeiros) os de 220 ha no período de nove anos, conforme Quadro 7.03

A, B e C. Observa-se que no primeiro ano de exploração há maior concentração de inversões fixas, em virtude de se encontrarem computado o valor da aquisição dos lotes. Nos anos subsequentes decresce sensivelmente até o total desenvolvimento do lote es perado para o 9º ano.

O Projeto prevê a utilização de Crédito Fundiário para cobrir parte da aquisição dos lotes, através do PROTERRA, cujo limite é de 80% do orçamento, bem como, do Crédito para investimento a ser utilizado no desenvolvimento da propriedade rural.

Além dos créditos referidos, a fim de suprir as necessidades de Capital de Giro para custeio, está previsto o Crédito para Custeio Agrícola, utilizando-se da linha tradicional do Banco do Brasil S/A.

Para atender ao suprimento das demais necessidades de recursos financeiros, prevê-se que o parceleiro deverá dispor de recursos próprios (aporte do parceleiro).

As inversões semi-fixas para cada lote totalizaram-se em R\$... 6.500,00 distribuídos nos três primeiros anos e as inversões financeiras o montante de R\$20.000,00; R\$25.200,00 e R\$..... 34.000,00; para os lotes de 110, 164 e 220 ha respectivamente, no período de nove anos.

Os custos totais de produção das culturas programadas no Projeto, os custos médios anuais, os montantes das receitas e seus volumes médios anuais apresentaram, no período de dez anos, como segue:

(R\$1,00)				
ESPECIFICAÇÃO	C. TOTAL	CUSTO MÉDIO ANUAL	RECEITAS	VOLUME MÉDIO ANUAL
<u>Lote de 110 ha</u>				
Alternativa I	390.881	39.088	7.250.018	725.001
Alternativa II	928.488	92.848	5.147.390	514.739
<u>Lote de 164 ha</u>	1.202.256	120.225	10.294.970	1.029.497
<u>Lote de 220 ha</u>				
Alternativa I	1.489.699	148.969	17.417.071	1.741.707
Alternativa II	2.696.576	269.657	12.107.530	1.210.753

O rédito financeiro total médio anual e sua média mensal para os dez primeiros anos, resultaram em:

(R\$1,00)		
ESPECIFICAÇÃO	RÉDITO FINANCEIRO	MÉDIA MENSAL
<u>Lote de 110 ha</u>		
Alternativa I	685.654	57.137
Alternativa II	421.890	35.157
<u>Lote de 164 ha</u>	909.271	75.773
<u>Lote de 220 ha</u>		
Alternativa I	1.592.737	132.728
Alternativa II	941.095	78.425

Através dessa análise observa-se que a retribuição financeira dá condições da garantia de subsistência ao conjunto familiar e proporciona-lhes o progresso social e econômico.

Pelos fluxos de caixas - Demonstrativo Capacidade de Pagamento prevê-se que as disponibilidades totais dos lotes, para o período de doze anos irão atingir os seguintes montantes.

(R\$1,00)			
ESPECIFICAÇÃO	DISPONIBILIDADE MENSAL	DISPONIBILIDADE ANUAL	DISPONIBILIDADE TOTAL
<u>Lote de 110 ha</u>			
Alternativa I	43.330	520.050	6.240.600
Alternativa II	26.080	313.000	3.756.000
<u>Lote de 164 ha</u>	85.949	1.031.392	12.376.700
<u>Lote de 220 ha</u>			
Alternativa I	103.651	1.243.808	14.925.700
Alternativa II	61.781	741.375	8.896.500

Os Quadros 7.10 A,B,C,D e E, demonstram as previsões de a mortizações dos créditos a serem efetuados pelos parceleiros. E, prevê-se que para o financiamento fundiário e custeio agrícola a amortização da última parcela se efetuará no décimo primeiro ano e o de investimento no nono ano. Os demonstrativos abaixo, apresentam os valores totais dos fi

nanciamentos a serem pagos pelos parceleiros:

CRÉDITO FUNDIÁRIO

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS	FINANCIAMENTO TOTAL
<u>Lote de 110 ha</u>			
Alternativa I	132.000	132.621	264.621
Alternativa II	132.000	132.621	264.621
<u>Lote de 164 ha</u>	196.800	189.214	386.014
<u>Lote de 220 ha</u>			
Alternativa I	264.000	265.251	529.251
Alternativa II	264.000	265.251	529.251

CRÉDITO PARA INVESTIMENTO

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS	FINANCIAMENTO TOTAL
<u>Lote de 110 ha</u>			
Alternativa I	171.600	57.676	229.276
Alternativa II	171.600	57.676	229.276
<u>Lote de 164 ha</u>	180.300	59.833	240.133
<u>Lote de 220 ha</u>			
Alternativa I	261.900	87.646	349.546
Alternativa II	261.900	87.646	349.546

CRÉDITO PARA CUSTEIO

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS	FINANCIAMENTO TOTAL
<u>Lote de 110 ha</u>			
Alternativa I	146.646	19.057	165.703
Alternativa II	86.400	11.232	97.632
<u>Lote de 164 ha</u>	159.414	20.722	180.136
<u>Lote de 220 ha</u>			
Alternativa I	297.834	38.710	336.544
Alternativa II	172.800	22.464	195.264

Tomando o lote de 164 ha como padrão mediano, e, considerando uma vida útil de 20 anos, o colono terá taxa interna de retorno superior a 60%, após a dedução de todos os custos e investimentos. Na hipótese de uma queda de 20% na receita total do parceleiro essa taxa será de 60% e, caso as produções de cacau e café iniciam a partir do 4º ano, cairá para 57%.

Através desta análise, fica comprovada a viabilidade do empreendimento uma vez que apresenta condições de rentabilidade econômica e social, recompensando os esforços de trabalho do conjunto familiar

4.3. VALOR E MODALIDADE DE AMORTIZAÇÃO DAS PARCELAS

O valor das parcelas foi estipulado em R\$1.500,00 por hectare para os lotes rurais e R\$2.000,00 por hectare para os lotes chácaras. Para os lotes urbanos adotou-se o seguinte:

- No núcleo urbano fixado o valor de R\$6.200,00 por lote;
- No sub-núcleo, fixou-se em R\$2.500,00, o lote.

Estes preços foram atribuídos conforme mostra o item 4 do capítulo IX deste documento. O preço dos lotes rurais e chácaras foram fixados por hectare tendo em vista a dimensão variável dos lotes.

Neste caso o preço médio ficou estabelecido em R\$246.000,00 para os lotes rurais, e R\$24.000,00 para os lotes chácaras.

O pagamento dos lotes poderão ser efetuados como se segue:

- a) Para os lotes rurais:

- i - à vista;
- ii - 40% à vista;
 - 20% no 12º mês;
 - 20% no 24º mês;
 - 20% no 36º mês;

b) Lotes urbanos e chácaras

- i - à vista;
- ii - 50% à vista e
50% na titulação definitiva

Este plano de vendas está sujeito às seguintes observações:

- a) As vendas a prazo serão acrescidas de 12% a.a. sobre o saldo de vedor;
- b) Considera-se à vista, no ato da assinatura do contrato de compra e venda;
- c) Para efeito do plano elaborado para os lotes urbanos e chácaras, o pagamento da última parcela terá o prazo máximo de dois anos, a partir da data de assinatura do contrato.

Tais observações constam do Cadastro Geral do Colono.

4.4. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

O problema da garantia de mercado e comercialização dos produtos programados para a área, constitui a maior preocupação deste Projeto, visto os riscos, a que estão sujeitos os produtores em decorrência dos fatores mais ligados à comercialização da produção, principalmente, as distâncias a serem vencidas, o escoamento e o armazenamento da produção.

4.4.1. Estudo de Mercado

As culturas selecionadas pelo Projeto para produção na área, foram as que mais se adaptaram às condições ecológicas da região e a potencialidade dos recursos naturais, apresentando maiores perspectivas de mercado regional, nacional e internacional.^{1/}

Conforme diagnóstico (item 1.2.2. a), o cacau é planta natural da Amazônia e tem hoje um Programa Especial da Amazônia que visa implantar na região, a cultura em bases econômicas a fim de aumentar a produção brasileira, possibilitando, assim, ao país retomar a liderança da produção mundial, uma vez que o Brasil foi o maior produtor e exportador de cacau.

O mercado cacaueiro encontra-se em uma posição vantajosa, e, segundo informações da OEA, há compatibilidade entre a produção brasileira de cacau e as projeções da demanda do produto no mercado internacional para os próximos anos.

^{1/}Ver: mercados no item 1.2.3.-a,b,c,-do Diagnóstico

As condições de mercado para o café são excelentes, e, atualmente o Governo Federal vem incentivando a abertura de novas áreas para o café, principalmente nas regiões específicas de Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo e Minas Gerais, devido a escassez desse produto no mercado, dada a geada verificada nos últimos anos. A área do Projeto apresenta favoráveis condições para a introdução dessa cultura e as variedades arábicas e robustas são as preconizadas para a área.

Quanto aos produtos agrícolas, atualmente o Governo Federal vem incentivando o aumento da produção nacional dos artigos básicos da alimentação humana, a fim de assegurar o mercado interno e a demanda mundial crescente de alimentos.

As culturas temporárias programadas para a área do Projeto : arroz, feijão, milho e mandioca, destinam-se ao suprimento das necessidades de subsistência do parceleiro. Prevendo-se um excedente que será vendido no mercado local e regional. Vale lembrar que a base econômica preconizada para a comunidade serão as culturas de cacau e café, destinadas principalmente ao mercado internacional.

O mercado mundial da madeira é seguro e firme, devido a escassez relativa verificada nas reservas florestais e dada a projeção da demanda internacional de madeiras nobres.

De conformidade com o inventário realizado pelo IPT., por delegação do CNPq, ficou constatado, na área, a existência de um potencial explorável de madeira, que poderá assumir o comércio regional, nacional e internacional, desde que se organize e implemente a sua produção e produtividade.

4.4.2. Sistema de Comercialização da Produção

O sistema de comercialização dos produtos programados para a área do Projeto, será feito diretamente pelos produtores, por terceiros, pela Cooperativa a ser implantada, IBC, CEPLAC e CFP (Comissão de Financiamento da Produção).

Embora, prevendo-se que não haverá problema com a comercialização dos produtos programados, devido a intensa demanda. A CODEMAT visando assegurar os rendimentos dos colonos proporcionará toda assistência à comercialização, até a implantação da Cooperativa, cuja atividade está diretamente ligada ao armazenamento, conservação, preservação dos produtos, as

sistência técnica e outros.

Com a finalidade de estimular a implantação na área, das culturas programadas, o Projeto preconiza financiamento através das linhas de crédito existente no Banco do Brasil S/A.

O preço utilizado para calculos foram baseados nos preços mínimos vigente na região, estabelecido para a safra de 1976 /1977 e em pesquisas e levantamentos efetuados no IBC, CEPLAC e EMATER, conforme o quadro a seguir.

CULTURAS	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO
café	saco 40 kg	500,00
cacau	kg	30,00
arroz	saco 50 kg	94,50
feijão	saco 60 kg	213,60
milho	saco 60 kg	55,20
mandioca	ton.	235,00
madeira	m ³	160,00

4.4.3. Vias de Escoamento

As alternativas para o escoamento da produção programada, no Projeto, são várias, e as condições atuais satisfazem as necessidades da região. O projeto preconiza a implantação de um sistema viário para a área, e, com o desenvolvimento da região, o Governo Estadual e Federal poderão projetar novas aberturas de vias, visando com isso melhorar o escoamento da Produção.

As rodovias Cuiabá/Porto Velho, Cuiabá/Santarém, AR-1 já em funcionamento, constituem as grandes vias de escoamento da região para outros mercados nacionais e internacionais. Maiores detalhes à respeito das vias de escoamento poderão ser obtidos através do Diagnóstico (item 1.2.3.-d).

QUADRO 7.01 - A

CRONOGRAMA DE DESBRAVAMENTO E OCUPAÇÃO DO LOTE PADRÃO DE 110 ha - (em ha)

ANO	DERRUBADA		CULTURAS (acum.)					OUTROS FINS *		REMANES- CENTE FLORESTAL	TOTAL
			PERMANENTES		TEMPORÁRIAS			NO ANO	ACUMULADO		
	NO ANO	ACUMULADO	PLANT. FORMAÇÃO	FORMADO	INTER CALARES	SOLTEIRAS	DESCANSO				
1	10	10	5	-	5	4	-	1	1	100	110
2	15	25	15	-	15	7	-	2	3	85	110
3	9	34	15	5	15	9	-	2	5	76	110
4	3	37	5	15	5	7	5	-	5	73	110
5	3	40	-	20	-	6	9	-	5	70	110
6	3	43	-	20	-	6	12	-	5	67	110
7	3	46	-	20	-	6	15	-	5	64	110
8	3	49	-	20	-	6	18	-	5	61	110
9	3	52	-	20	-	6	21	-	5	58	110
10	3	55	-	20	-	6	24	-	5	55	110

* Serão destinados à sede: instalações, pomares, viveiros, piquetes, etc.

QUADRO 7.01-B CRONOGRAMA DE DESBRAVAMENTO E OCUPAÇÃO DO LOTE PADRÃO - 164 ha

ANO	DESBRAVAMENTO					CULT. PERM. (ACUM.)		CULT. TEMPORÁRIAS (ACUM.)			OUTROS FINS *		REMANESCENTE	TOTAL	
	DERRUBADA		CABRODAGEM			PLANTIO	FORMADO	CONSOR	SOLTEIRA	DESCANSO	NO ANO	ACUM.	FLORES TAL		
	NO	ANO	ACUM.	NO	ANO	ACUM.		FORMAÇÃO							CIADAS
1	10		10	5		5	9	-	4	5	-	1	1	149	164
2	10		20	5		10	20	-	10	5	-	4	5	134	164
3	10		30	5		15	21	9	11	5	-	5	10	119	164
4	12		42	-		15	15	20	10	5	5	2	12	107	164
5	5		47	-		15	5	30	5	10	5	-	12	102	164
6	5		52	-		15	-	35	-	10	10	-	12	97	164
7	5		57	-		15	-	35	-	10	15	-	12	92	164
8	5		62	-		15	-	35	-	10	20	-	12	87	164
9	5		67	-		15	-	35	-	10	25	-	12	82	164
10	-		67	-		15	-	35	-	10	25	-	12	82	164

* Serão destinados à sede: instalações, pomares, viveiros, piquete, etc.

QUADRO 7.01-C CRONOGRAMA DE DESBRÁVAMENTO E OCUPAÇÃO DO LOTE PADRÃO DE 220 ha - (em ha)

ANO	DERRUBADA		CULTURAS (ACUM.)					OUTROS FINS.*		REMANESCENTE FLORESTAL	TOTAL
			PERMANENTES		TEMPORÁRIAS			NO ANO	ACUM.		
	NO ANO	ACUM.	PLANTIO FORMAÇÃO	FORMADO	INTER CALARES	SOLTEIRAS	DESCANSO				
1	20	20	10	-	10	8	-	2	2	200	220
2	30	50	30	-	30	16	-	2	4	170	220
3	25	75	40	10	40	13	-	8	12	145	220
4	5	80	20	30	20	10	-	8	20	140	220
5	5	85	-	50	-	10	5	-	20	135	220
6	5	90	-	50	-	10	10	-	20	130	220
7	5	95	-	50	-	10	15	-	20	125	220
8	5	100	-	50	-	10	20	-	20	120	220
9	5	105	-	50	-	10	25	-	20	115	220
10	5	110	-	50	-	10	30	-	20	110	220

* Serão destinados à sede: instalações, pomares, viveiros, piquetes, etc.

QUADRO 7.02 - A DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA CULTIVADA POR CULTURA E POR ANO (ha) - LOTES DE 110 ha

ESPECIFICAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
<u>ALTERNATIVA 1</u>										
1. <u>Cultura de Café</u>										
. Plantio e formação	5	15	15	5	-	-	-	-	-	-
. Formada	-	-	5	15	20	20	20	20	20	20
2. <u>Cultura de Feijão</u>										
. Intercalar	5	15	15	5	-	-	-	-	-	-
. Solteira	-	-	-	2	2	2	2	2	2	2
3. <u>Cultura de Milho</u>	4	7	9	5	4	4	4	4	4	4
<u>ALTERNATIVA 2</u>										
1. <u>Cultura de Cacau</u>										
. Plantio e formação	5	15	15	5	-	-	-	-	-	-
. Formada	-	-	5	15	20	20	20	20	20	20
2. <u>Cultura de Arroz</u>	3	5	7	5	4	4	4	4	4	4
3. <u>Cultura de Mandioca</u>	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2

QUADRO 7.02 B - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS POR CULTURAS E POR ANO - LOTE DE 164 ha

ANO	CULTURAS PERMANENTES				CULTURAS TEMPORÁRIAS						OUTROS	TOTAL	
	CAFÉ		CACAU		CONSORCIADAS *		SOLTEIRA						DESCANSO
	NO ANO	ACUM.	NO ANO	ACUM.	ARROZ	FEIJÃO	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	MANDIOCA	FINS		
1	4	4	5	5	3	1	-	-	3	2	-	1	15
2	6	10	5	10	7	3	-	-	3	2	-	5	30
3	5	15	5	15	8	3	-	-	3	2	-	10	45
4	5	20	-	15	7	3	-	-	3	2	5	12	57
5	-	20	-	15	4	1	3	2	3	2	5	12	62
6	-	20	-	15	-	-	3	2	3	2	10	12	67
7	-	20	-	15	-	-	3	2	3	2	15	12	72
8	-	20	-	15	-	-	3	2	3	2	20	12	77
9	-	20	-	15	-	-	3	2	3	2	25	12	82
10	-	20	-	15	-	-	3	2	3	2	25	12	82

* Área de café durante os dois primeiros anos de formação

QUADRO 7.02 - C. DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA CULTIVADA POR CULTURA E POR ANO (ha) - LOTE DE 220 ha

ESPECIFICAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
<u>ALTERNATIVA 1</u>										
1. <u>Cultura do Café</u>										
. Plantio e Formação	10	30	40	20	-	-	-	-	-	-
. Formada	-	-	10	30	50	50	50	50	50	50
2. <u>Cultura de Feijão</u>										
. Intercalar	10	30	40	20	7	-	-	-	-	-
. Solteira	-	-	-	2	4	4	4	4	4	4
3. <u>Cultura de milho</u>	8	16	13	8	6	6	6	6	6	6
<u>ALTERNATIVA 2</u>										
1. <u>Cultura de Cacau</u>										
. Plantio e formação	10	30	40	20	-	-	-	-	-	-
. Formada	-	-	10	30	50	50	50	50	50	50
2. <u>Cultura de Arroz</u>	7	14	11	8	8	8	8	8	8	8
3. <u>Cultura de Mandioca</u>	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2

QUADRO 7.03A - INVERSÕES ANUAIS - LOTE 110 ha

ESPECIFICAÇÕES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	TOTAL
R\$ 1.000											
1. Inversões Fixas	222,70	66,1	28,9	18,9	16,8	17,9	6,0	6,0	6,0	6,0	395,3
.Aquisição do lote	165,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	165,0
.Desmatamento	20,0	30,0	18,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	110,0
.Construção da casa sede	35,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35,0
.Construção de galpão	-	28,0	-	-	-	-	-	-	-	-	28,0
.Construção de cercas	-	5,0	5,0	2,5	-	-	-	-	-	-	12,5
.Beneficiamento(cacau ou café)	-	-	4,5	9,5	10,0	11,0	-	-	-	-	35,0
.Outras inversões fixas	2,7	3,1	1,4	0,9	0,8	0,9	-	-	-	-	9,8
2. Inversões Semi-Fixas	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-	6,5
.Pulverizadores costais manuais	1,0	1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	2,5
.Ferramentas diversas	1,5	1,5	1,0	-	-	-	-	-	-	-	4,0
3. Inversões Financeiras											
.Administração da Implantação	11,3	3,4	1,5	0,9	0,8	0,9	0,3	0,3	0,3	0,3	20,0
T O T A L	236,5	72,5	31,4	19,8	17,6	18,8	6,3	6,3	6,3	6,3	421,8

Preço constante de maio/77.

QUADRO 7.038 - INVERSÕES ANUAIS - LOTE DE 164 ha

ESPECIFICAÇÕES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	TOTAL
R\$ 1.000										
1. <u>INVERSÕES FIXAS</u>	303,7	55,6	31,0	37,8	21,0	22,0	10,0	10,0	10,0	501,1
.Aquisição do lote	246,0	-	-	-	-	-	-	-	-	246,0
.Desmatamento	20,0	20,0	20,0	24,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	134,0
.Construção de casa sede	35,0	-	-	-	-	-	-	-	-	35,0
.Construção de galpão	-	28,0	-	-	-	-	-	-	-	28,0
.Construção de cercas	-	5,0	5,0	2,5	-	-	-	-	-	12,5
.Beneficiamento(cacau e café)	-	-	4,5	9,5	10,0	11,0	-	-	-	35,0
.Outras inversões fixas	2,7	2,6	1,5	1,8	1,0	1,0	-	-	-	10,6
2. <u>Inversões Semi-Fixas</u>	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	6,5
.Pulverizadores costais manuais	1,0	1,5	-	-	-	-	-	-	-	2,5
.Ferramentas diversas	1,5	1,5	1,0	-	-	-	-	-	-	4,0
3. <u>Inversões Financeiras</u>	15,3	3,0	1,6	1,8	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	25,2
.Administração da Implantação	15,3	3,0	1,6	1,8	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	25,2
T O T A L	321,5	61,6	33,6	39,6	22,0	23,0	10,5	10,5	10,5	532,8

QUADRO 7.03 C - INVERSÕES ANUAIS - LOTE 220 ha

ESPECIFICAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	TOTAL
	R\$ 1.000.....)										
1. <u>Inversões Fixas</u>	408,7	97,6	62,5	23,1	21,0	22,0	10,0	10,0	10,0	10,0	674,9
.Aquisição do lote	330,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	330,0
.Desmatamento	40,0	60,0	50,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	220,0
.Construção de casa sede	35,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35,0
.Construção de galpão	-	28,0	-	-	-	-	-	-	-	-	28,0
.Construção de cercas	-	5,0	5,0	2,5	-	-	-	-	-	-	12,5
.Beneficiamento(cacau e café)	-	-	4,5	9,5	10,0	11,0	-	-	-	-	35,0
.Outras inversões fixas	3,7	4,6	3,0	1,1	1,0	1,0	-	-	-	-	14,4
2. <u>Inversões Semi-Fixas</u>	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-	6,5
.Pulverizadorescostais manuais	1,0	1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	2,5
.Ferramentas diversas	1,5	1,5	1,0	-	-	-	-	-	-	-	4,0
3. <u>Inversões Financeiras</u>											
.Administração da Implantação	20,6	5,0	3,2	1,1	1,0	1,1	0,5	0,5	0,5	0,5	34,0
T O T A L	431,8	105,6	66,7	24,2	22,0	23,1	10,5	10,5	10,5	10,5	715,4

Preço constante de maio/77

ESPECIFICAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
.....R\$1,00.....										
<u>ALTERNATIVA I</u>										
I -RECEITAS TOTAIS ^{1/}	30.229	68.244	152.480	357.021	704.924	1067.424	1217.424	1217.424	1217.424	1217.424
V. de café	-	-	87.500	325.000	687.500	1050.000	1200.000	1200.000	1200.000	1200.000
V. de feijão	10.253	35.244	35.244	18.797	6.408	6.408	6.408	6.408	6.408	6.408
V. de milho	7.176	13.800	18.216	9.384	7.176	7.176	7.176	7.176	7.176	7.176
V. de madeira	12.800	19.200	11.520	3.840	3.840	3.840	3.840	3.840	3.840	3.840
II -CUSTOS TOTAIS	(1.296)	55.372	51.729	27.956	31.295	39.185	43.925	46.975	47.870	47.870
Prod.de café	6.590	13.785	11.630	15.325	26.085	32.725	37.215	40.265	41.160	41.160
Prod.de feijão	2.040	6.120	6.120	3.426	1.386	1.386	1.386	1.386	1.386	1.386
Prod.de milho	924	1.617	2.079	1.155	924	924	924	924	924	924
Mão-de-obra remunera 2/	(10.850)	33.850	31.900	8.050	2.900	4.150	4.400	4.400	4.400	4.400
III -RÉDITO FINANCEIRO	28.933	12.872	100.751	329.065	673.629	1028.239	1173.499	1170.449	1169.554	1169.554
<u>ALTERNATIVA II</u>										
I -RECEITAS TOTAIS ^{1/}	19.415	33.835	48.325	100.975	230.140	428.140	692.140	1005.640	1253.140	1335.640
V.de cacau	-	-	16.500	82.500	214.500	412.500	676.500	990.000	1237.500	1320.000
V.de arroz	6.615	12.285	17.955	12.285	9.450	9.450	9.450	9.450	9.450	9.450
V.de mandioca	-	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350
V.de madeira	12.800	19.200	11.520	3.840	3.840	3.840	3.840	3.840	3.840	3.840
II -CUSTOS TOTAIS	22.806	88.560	60.659	29.415	57.848	90.268	117.308	140.698	157.818	163.108
Prod.de cacau	32.520	66.060	36.115	5.915	7.370	9.040	10.830	12.220	13.090	13.380
Prod.de arroz	2.016	3.360	4.704	3.360	2.688	2.688	2.688	2.688	2.688	2.688
Prod.de mandioca	420	840	840	840	840	840	840	840	840	840
Mão-de-obra remunera 2/	(12.150)	18.300	19.000	19.300	46.950	77.700	102.950	124.950	141.200	146.200
III -RÉDITO FINANCEIRO	(3.391)	(54.725)	(12.334)	71.560	172.292	337.872	574.832	864.942	1095.322	1172.532

Preço constante de maio/77 ^{1/}Da produção total foi descontado o consumo de subsistência de 20 sacos de arroz, 10 sacos de feijão, 30 sacos de milho e 10 toneladas de mandioca. ^{2/}Considerou-se R\$50,00 p/homem/dia.

-A mão de obra excedente do 10.º ano será utilizada nos trabalhos de abertura do lote para ocupação.

QUADRO 7.04 B CUSTOS E RECEITAS ANUAIS - LOTE DE 164 ha

ESPECIFICAÇÃO		ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
		R\$1,00									
I	-RECEITAS TOTAIS ^{1/}	23.191	34.246	122.164	327.712	707.852	1177.741	1588.241	1969.241	2134.241	2210.341
	V.de cacau	-	-	16.500	66.000	165.000	313.500	511.500	742.500	907.500	990.000
	V.de café	-	-	70.000	225.000	507.500	837.500	1050.000	1200.000	1200.000	1200.000
	V.de arroz	2.646	8.788	10.206	8.694	12.663	6.615	6.615	6.615	6.615	6.615
	V.de feijão	427	5.340	5.340	5.340	8.971	6.408	6.408	6.408	6.408	6.408
	V.de milho	4.968	4.968	4.968	4.968	4.968	4.968	4.968	4.968	4.968	4.968
	V.de mandioca	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350
	V.de madeira	12.800	12.800	12.800	15.360	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	-
II	-CUSTOS TOTAIS	16.766	49.366	68.270	85.433	108.787	131.198	160.751	182.510	196.495	202.680
	Prod.do cacau	7.320	8.340	9.895	4.360	5.585	6.795	8.065	9.165	9.745	10.035
	Prod.do café	5.272	8.392	10.380	17.439	19.415	28.168	34.701	38.110	40.265	41.160
	Prod.do arroz	1.083	2.527	2.888	2.527	3.460	2.016	2.016	2.016	2.016	2.016
	Prod.do feijão	408	1.224	1.224	1.224	1.794	1.386	1.386	1.386	1.386	1.386
	Prod.de milho	693	693	693	693	693	693	693	693	693	693
	Prod.de mandioca	840	840	840	840	840	840	840	840	840	840
	Mão-de-obra remunera. ^{2/}	1.150	27.350	42.350	58.350	77.000	91.300	113.050	130.300	141.550	146.550
III	-RÉDITO FINANCEIRO	6.425	(15.120)	53.894	242.279	599.065	1046.543	1427.490	1786.731	1937.746	2007.661

Preço constante de maio/77

^{1/} Da produção total foi descontado o consumo de subsistência de 20 sacos de arroz, 10 sacos de feijão, 30 sacos de milho e 10 toneladas de mandioca.

^{2/} Consideram-se R\$50,00 p/homem/dia.

QUADRO 7.04 C CUSTOS E RECEITAS ANUAIS - LOTES 220 ha (ALTERNATIVA I e II)

ESPECIFICAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
.....R\$ 1,00.....										
<u>ALTERNATIVA I</u>										
I -RECEITAS TOTAIS ^{1/}	64.463	144.696	331.663	728.585	1582.944	2432.944	3032.944	3032.944	3032.944	3032.944
V.de café	-	-	175.000	650.000	1550.000	2400.000	3000.000	3000.000	3000.000	3000.000
V.de feijão	22.855	72.624	97.615	56.177	14.952	14.952	14.952	14.952	14.952	14.952
V.de milho	16.008	33.672	27.048	16.008	11.592	11.592	11.592	11.592	11.592	11.592
V.de madeira	25.600	38.400	32.000	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400
II -CUSTOS TOTAIS	40.608	157.206	209.263	122.254	126.688	150.428	162.558	171.178	174.758	174.758
Prod.de café	13.180	27.570	36.440	31.860	59.830	79.570	90.700	99.320	102.900	102.900
Prod.de feijão	4.080	12.240	16.320	9.546	2.772	2.772	2.772	2.772	2.772	2.772
Prod.de milho	1.848	3.696	3.003	1.848	1.386	1.386	1.386	1.386	1.386	1.386
Mão-de obra remu- rada. ^{2/}	21.500	113.700	153.500	79.000	62.700	66.700	67.700	67.700	67.700	67.700
III -RÉDITO FINANCEIRO	23.855	(12.510)	122.400	606.331	1456.256	2282.516	2870.386	2861.766	2858.186	2858.186
<u>ALTERNATIVA II</u>										
I -RECEITAS TOTAIS ^{1/}	43.555	78.550	96.645	194.540	491.540	953.540	1580.540	2339.540	2999.540	3329.540
V.de cacau	-	-	33.000	165.000	462.000	924.000	1551.000	2310.000	2970.000	3300.000
V.de arroz	17.955	37.800	29.295	20.790	20.790	20.790	20.790	20.790	20.790	20.790
V.de mandioca	-	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350
V.de madeira	25.600	38.400	32.000	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400
II -CUSTOS TOTAIS	89.164	228.568	248.902	94.686	176.666	254.466	329.466	386.286	433.606	454.766
Prod.de cacau	65.040	132.120	137.270	13.870	17.850	21.650	26.150	29.970	32.290	33.450
Prod.de arroz	4.704	9.408	7.392	5.376	5.376	5.376	5.376	5.376	5.376	5.376
Prod.de mandioca	420	840	840	840	840	840	840	840	840	840
Mão de obra remu- nerada. ^{2/}	19.000	86.200	103.400	74.600	152.600	226.600	297.100	350.100	395.100	415.100
III -RÉDITO FINANCEIRO	(45.609)	(150.018)	(152.257)	99.854	314.874	699.074	1251.074	1953.254	2565.934	2874.774

. Preço constante de maio/77

^{1/} Da produção total foi descontado o consumo de subsistência de 20 sacos de arroz, 10 sacos de feijão, 30 sacos de milho e 10 toneladas de mandioca.

^{2/} Considerou-se R\$50,00 p/homem/dia.

QUADRO 7.05-A CUSTO DIRETO DE PRODUÇÃO POR HECTARE/ANO-CACAU/BANANA

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO UNIT. -C\$.-	ANO 1		ANO 2		ANO 3		ANO 4		ANO 5		ANO 6		ANO 7		ANO 8		ANO 9	
		Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$
Mudas de Bananas	4,00	1200	4800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mudas de Cacau	1,00	1200	1200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inseticidas	70,00/t	1	70	1	70	2	140	2	140	2,5	175	3	210	3	210	3	210	3	210
BHC.	3,00	4	12	4	12	4	12	5	15	5	15	5	15	5	15	5	15	5	15
Fungicidas	40,00/kg	1,5	60	1,5	60	2	80	2,5	100	3	120	3,5	140	3,5	140	3,5	140	3,5	140
Formicidas	26,00/kg	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52
Sacaria	5,00	-	-	-	-	25	12	6,6	33	13,2	66	22	110	33	165	44	220	44	220
Sub Total	-	-	6194	-	194	-	296	-	340	-	428	-	527	-	582	-	637	-	637
*Reposição de ferramentas			310		10		15		17		21		26		29		32		32
T O T A L			6504		204		311		357		449		553		611		669		669

(*) 5% sobre sub total

- Preço constante de maio/77

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

QUADRO 7.05-B GUSTO DIRETO DE PRODUÇÃO POR HECTARE/ANO-CACAU

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO UNIT. -C\$.-	ANO 1		ANO 2		ANO 3		ANO 4		ANO 5		ANO 6		ANO 7		ANO 8		ANO 9	
		Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$
MUDAS	1,00	1200	1200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INSETICIDA	70,00t	1	70	1	70	2	140	2	140	2,5	175	3	210	3	210	3	210	3	210
BHC.	3,00	4	12	4	12	4	12	5	15	5	15	5	15	5	15	5	15	5	15
FUNGICIDAS	40,00/kg	1,5	60	1,5	60	2	80	2,5	100	3	120	3,5	140	3,5	140	3,5	140	3,5	140
FORMICIDAS	26,00/kg	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52
SACARIA	5,00	-	-	-	-	2,5	12	6,6	33	13,2	66	22	110	33	165	44	220	44	220
SUB TOTAL			1394		194		296		340		428		527		582		637		637
*Reposição de ferramentas			70		10		15		17		21		26		29		32		32
T O T A L			1464		204		311		357		449		553		611		669		669

(*) 5% sobre sub total

- Preço constante de maio/77

Quadro 7.06 CUSTO DIRETO DE PRODUÇÃO POR HECTARE/ANO - CAFÉ

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO UNIT. -R\$.-	ANO 1		ANO 2		ANO 3		ANO 4		ANO 5		ANO 6		ANO 7		ANO 8	
		QT	R\$	QT	R\$	QT	R\$	QT	R\$	QT	R\$	QT	R\$	QT	R\$	QT	R\$
Mudas	1,00	1200	1200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inseticida (BHC)	70,00	0,5	35	0,5	35	1	70	1,5	105	2	140	3	210	3	210	3	210
Fungicida	40,00	0,5	20	2	80	4	160	6	240	6	240	6	240	6	240	6	240
Adubos	170,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1	170	2	340	3	510	3	510
Sacaria	10,00	-	-	-	-	50	500	100	1000	100	1000	100	1000	100	1000	100	1000
Sub Total	-	-	1255	-	115	-	730	-	1345	-	1550	-	1790	-	1960	-	1960
* Reposição de ferramentas	Verba	-	63	-	6	-	36	-	67	-	77	-	89	-	98	-	98
T O T A L	-	-	1318	-	121	-	766	-	1412	-	1627	-	1879	-	2058	-	2058

(*) 5% sobre sub-total

Preço constante de maio/77

QUADRO 7.07. CUSTO DIRETO DE PRODUÇÃO POR HECTARE/ANO - CULTURAS TEMPORÁRIAS

(em R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	ARROZ					FEIJÃO				
		CUSTO UNIT.	SOLTEIRA		CONSORCIADA		CUSTO UNIT.	SOLTEIRA		CONSORCIADA	
			QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR		QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
Sementes	kg	6	50	300	27	162	7	60	420	35	245
Defensivos agrícolas	Verba	-	-	40	-	22	-	-	40	-	23
Sacaria	UD	10	30	300	16	160	10	20	200	12	120
*											
Sub total	-	-	-	640	-	344	-	-	660	-	388
*Reposição de ferramentas	Verba	-	-	32	-	17	-	-	33	-	20
T O T A L	-	-	-	672	-	361	-	-	693	-	408

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MILHO				MANDIOCA		
		CUSTO UNIT.	QUANTIDADE	VALOR	CUSTO UNIT.	QUANTIDADE	VALOR	
Sementes	kg	3	60	180	-	-	-	-
Manivas	m ³	-	-	-	100	4	400	-
Defensivos agrícolas	Verba	-	-	40	-	-	-	-
Sub total	-	-	-	220	-	-	400	-
*Reposição de ferramentas	Verba	-	-	11	-	-	20	-
T O T A L	-	-	-	231	-	-	420	-

*5% sobre sub-total

Preço constante maio/77

QUADRO 7.08A - PREVISÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TOTAL POR CULTURA/ANO - LOTE 110 ha - (Alternativas I e II)

ANO	ALTERNATIVA I						ALTERNATIVA II			
	CAFÉ		FEIJÃO		MILHO		CACAU	ARROZ		MANDIOCA
	Ton	(saco 40kg)	Ton	(saco 60kg)	Ton	(saco 60kg)	(kg)	Ton	(saco 50kg)	Ton.
1º	-	-	3,5	58	9,6	160	-	4,5	90	10
2º	-	-	10,5	175	16,8	280	-	7,5	150	20
3º	7,0	175	10,5	175	21,6	360	550	10,5	210	20
4º	26,0	650	5,9	98	12,0	200	2750	7,5	150	20
5º	55,0	1375	2,4	40	9,6	160	7150	6,0	120	20
6º	84,0	2100	2,4	40	9,6	160	13750	6,0	120	20
7º	96,0	2400	2,4	40	9,6	160	22550	6,0	120	20
8º	96,0	2400	2,4	40	9,6	160	33000	6,0	120	20
9º	96,0	2400	2,4	40	9,6	160	41250	6,0	120	20
10º	96,0	2400	2,4	40	9,6	160	44000	6,0	120	20

QUADRO 7.08B - PREVISÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TOTAL POR CULTURA/ANO-LOTE DE 164ha

ANO	CACAU	CAFÉ		ARROZ		FEIJÃO		MILHO		MANDIOCA
	(Kg.)	Ton.	(saco 40kg)	Ton.	(saco 50kg)	Ton.	(saco 60kg)	Ton.	(saco 60kg)	Ton.
1º	-	-	-	2,4	48	0,7	12	7,2	120	20
2º	-	-	-	5,6	112	2,1	35	7,2	120	20
3º	550	5,6	140	6,4	128	2,1	35	7,2	120	20
4º	2200	18,0	450	5,6	112	2,1	35	7,2	120	20
5º	5500	40,6	1015	7,7	154	3,1	52	7,2	120	20
6º	10450	67,0	1675	4,5	90	2,4	40	7,2	120	20
7º	17050	84,0	2100	4,5	90	2,4	40	7,2	120	20
8º	24750	96,0	2400	4,5	90	2,4	40	7,2	120	20
9º	30250	96,0	2400	4,5	90	2,4	40	7,2	120	20
10º	33000	96,0	2400	4,5	90	2,4	40	7,2	120	20

QUADRO 7.08 C - PREVISÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TOTAL POR CULTURA/ANO - LOTE 220 ha (Alternativa I e II)

ANO	ALTERNATIVA I						ALTERNATIVA II			
	CAFÉ		FEIJÃO		MILHO		CACAU	ARROZ		MANDIOCA
	Ton.	(saco 40kg)	Ton.	(saco 60kg)	Ton.	(saco 60kg)	(Kg.)	Ton.	(saco 50kg)	Ton.
1ª	-	-	7,0	117	19,2	320	-	10,5	210	10
2ª	-	-	21,0	350	38,4	640	-	21,0	420	20
3ª	14,0	350	28,0	467	31,2	520	1100	16,5	330	20
4ª	52,0	1300	16,4	273	19,2	320	5500	12,0	240	20
5ª	124,0	3100	4,8	80	14,4	240	15400	12,0	240	20
6ª	192,0	4800	4,8	80	14,4	240	30800	12,0	240	20
7ª	240,0	6000	4,8	80	14,4	240	51700	12,0	240	20
8ª	240,0	6000	4,8	80	14,4	240	77000	12,0	240	20
9ª	240,0	6000	4,8	80	14,4	240	99000	12,0	240	20
10ª	240,0	6000	4,8	80	14,4	240	110000	12,0	240	20

QUADRO 7.09-A NECESSIDADES TOTAIS DE MÃO-DE-OBRA - LOTE 110 ha (ALTERNATIVAS I e II)

CULTURAS	HOMENS/DIAS									
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
<u>ALTERNATIVA I</u>										
Café	385	895	800	635	710	735	740	740	740	740
Feijão	150	450	450	250	100	100	100	100	100	100
Milho	112	196	252	140	112	112	112	112	112	112
T O T A L	647	1541	1502	1025	922	947	952	952	952	952
Mão-de-Obra do Conjunto										
Familiar	864	864	864	864	864	864	864	864	864	864
Mão-de-Obra Contratada	(217)	677	638	161	58	83	88	88	88	88
<u>ALTERNATIVA II</u>										
Cacau	375	800	690	820	1435	2050	2555	2995	3320	3420
Arroz	186	310	434	310	248	248	248	248	248	248
Mandioca	60	120	120	120	120	120	120	120	120	120
T O T A L	621	1230	1244	1250	1803	2418	2923	3363	3688	3788
Mão-de-Obra do Conjunto										
Familiar	864	864	864	864	864	864	864	864	864	864
Mão-de-Obra Contratada	(243)	366	380	386	939	1554	2059	2499	2824	2924

-Jornada de trabalho 24 dias úteis por mês.

-3 unidades/forças do conjunto familiar.

-A mão-de-obra excedente do 1º ano será utilizada nos trabalhos de abertura do lote para ocupação

QUADRO 7.09-B NECESSIDADES TOTAIS DE MÃO-DE-OBRA-LOTE DE 164 ha

CULTURAS	HOMENS/DIAS									
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
Cacau	225	275	490	605	1070	1485	1900	2240	2465	2565
Café	308	562	667	852	654	715	735	740	740	740
Arroz	120	280	320	280	346	186	186	186	186	186
Feijão	30	90	90	90	130	100	100	100	100	100
Milho	84	84	84	84	84	84	84	84	84	84
Mandioca	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120
T O T A L	887	1411	1771	2031	2404	2690	3125	3470	3695	3795
Mão-de-Obra do Conjunto										
Familiar	864	864	864	864	864	864	864	864	864	864
Mão-de-Obra Contratada	23	547	907	1167	1540	1826	2261	2606	2831	2931

- Jornada de trabalho 24 dias úteis por mês
- 3 unidades/forças do conjunto familiar

QUADRO 7.09-C NECESSIDADES TOTAIS DE MÃO-DE-OBRA - LOTE 220 ha (ALTERNATIVA I e II)

CULTURAS	HOMENS/DIAS									
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
<u>ALTERNATIVA I</u>										
Café	770	1790	2370	1520	1750	1830	1850	1850	1850	1850
Feijão	300	900	1200	700	200	200	200	200	200	200
Milho	224	448	364	224	168	168	168	168	168	168
T O T A L	1294	3138	3934	2444	2118	2198	2218	2218	2218	2218
Mão-de-Obra do Conjunto Familiar	864	864	864	864	864	864	864	864	864	864
Mão-de-Obra Contratada	430	2274	3070	1580	1254	1334	1354	1354	1354	1354
<u>ALTERNATIVA II</u>										
Cacau	750	1600	2130	1740	3300	4780	6190	7250	8150	8550
Arroz	434	868	682	496	496	496	496	496	496	496
Mandioca	60	120	120	120	120	120	120	120	120	120
T O T A L	1244	2588	2932	2356	3916	5396	6806	7866	8766	9166
Mão-de-Obra do Conjunto Familiar	864	864	864	864	864	864	864	864	864	864
Mão-de-Obra Contratada	380	1724	2068	1492	3052	4532	5942	7002	7902	8302

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

-Jornada de trabalho 24 dias úteis por mês.
-3 unidades/forças do conjunto familiar.

QUADRO 7.10-A PLANO DE CRÉDITO - LOTES 110 ha (ALTERNATIVA I)

ANO	CRÉDITO FUNDIÁRIO				CRÉDITO P/ INVESTIMENTO				CRÉDITO P/CUSTEIO		TOTAL		
	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>1/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>2/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS <u>3/</u>	AMORTIZAÇÕES	JUROS	SALDO DEVEDOR
(.....R\$ 1,00.....)													
1	132.000	-	132000	-	57700	-	57700	-	12228	1589	12228	1589	201.928
2	-	-	147840	-	66100	-	127839	-	30774	4000	30774	4000	306.453
3	-	5.000	165580	19869	28900	-	165687	-	33138	4307	38138	24176	364.405
4	-	5.000	160580	19269	18900	19618	196185	13732	16410	2133	41028	35134	373.175
5	-	10.000	155580	18669	-	19618	176567	12359	7728	1004	37346	32032	339.875
6	-	10.000	145580	17469	-	19618	156949	10986	7728	1004	37346	29459	310.257
7	-	15.000	135580	16269	-	39236	137331	9613	7728	1004	61964	26886	280.639
8	-	20.000	120580	14469	-	39236	98095	6866	7728	1004	66964	22339	226.403
9	-	25.000	100580	12069	-	58859	58859	4120	7728	1004	91587	17193	167.167
10	-	30.000	75580	9069	-	-	-	-	7728	1004	37728	10073	83.308
11	-	45.580	45580	5469	-	-	-	-	7728	1004	53308	6473	53.308

. Entrada de empréstimo no início do ano;

. Saldo devedor no início do ano - pagamento no final do ano.

1/ 12% ao ano.2/ 7% ao ano.3/ 13% ao ano.

QUADRO 7.10-8 PLANO DE CRÉDITO-LOTES DE 110 ha (ALTERNATIVA II)

ANO	CRÉDITO FUNDIÁRIO				CRÉDITO PARA INVESTIMENTO				CRÉDITO P/CUSTEIO		TOTAL		
	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>1/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>2/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS <u>3/</u>	AMORTIZAÇÕES	JUROS	SALDO DEVEDOR
(.....R\$ 1,00.....)													
1	132.000	-	132.000	-	57.700	-	57.700	-	5.400	702	5.400	702	195.100
2	-	-	147.840	-	66.100	-	127.839	-	9.000	1.170	9.000	1.170	284.679
3	-	5.000	165.580	19.869	28.900	-	165.687	-	12.600	1.638	17.600	21.507	343.867
4	-	5.000	160.580	19.269	18.900	19.618	196.185	13.732	9.000	1.170	33.618	34.171	365.765
5	-	10.000	155.580	18.669	-	19.618	176.567	12.359	7.200	936	36.818	31.964	339.347
6	-	10.000	145.580	17.469	-	19.618	156.949	10.986	7.200	936	36.818	29.391	309.729
7	-	15.000	135.580	16.269	-	39.236	137.331	9.613	7.200	936	61.436	26.818	280.111
8	-	20.000	120.580	14.469	-	39.236	98.095	6.866	7.200	936	66.436	22.271	225.875
9	-	25.000	100.580	12.069	-	58.859	58.859	4.120	7.200	936	91.059	17.125	166.639
10	-	30.000	75.580	9.069	-	-	-	-	7.200	936	37.200	10.005	82.780
11	-	45.580	45.580	5.469	-	-	-	-	7.200	936	52.780	6.405	52.780

. Entrada de empréstimo no início do ano.

. Saldo devedor no início do ano - pagamento no final do ano.

1/ 12% ao ano2/ 7% ao ano3/ 13% ao ano.

QUADRO 7.10 C PLANO DE CRÉDITO-LOTE DE 164 ha

A N O	CRÉDITO FUNDIÁRIO				CRÉDITO P/ INVESTIMENTO				CRÉDITO P/CUSTEIO		TOTAL		
	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTI ZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS ^{1/}	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTI ZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS ^{2/}	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS ^{3/}	AMORTI ZAÇÕES	JUROS	SALDO DEVEDOR
(.....R\$1,00.....)													
1	196.800	-	196.800	-	57.700	-	57.700	-	10.446	1.358	10.446	1.358	264.946
2	-	-	220.416	-	55.600	-	117.339	-	20.646	2.684	20.646	2.684	358.401
3	-	10.000	246.866	29.624	31.000	-	156.552	-	22.446	2.918	32.446	32.542	425.864
4	-	10.000	236.866	28.423	36.000	20.351	203.511	14.246	20.646	2.684	50.997	45.353	461.023
5	-	15.000	226.866	27.224	-	20.351	183.160	12.821	20.646	2.684	55.997	42.729	430.672
6	-	20.000	211.866	25.424	-	20.351	162.809	11.397	10.764	1.399	51.115	38.220	385.439
7	-	25.000	191.866	23.023	-	40.702	142.458	9.972	10.764	1.399	76.466	34.394	345.088
8	-	30.000	166.866	20.024	-	40.702	101.756	7.123	10.764	1.399	81.466	28.546	279.386
9	-	35.000	136.866	16.424	-	61.054	61.054	4.274	10.764	1.399	106.818	22.097	208.684
10	-	45.000	101.866	12.224	-	-	-	-	10.764	1.399	55.764	13.623	112.630
11	-	56.866	56.866	6.824	-	-	-	-	10.764	1.399	67.630	8.223	67.630

. Entrada de empréstimo no início do ano

. Saldo devedor no início do ano - pagamentos no final do ano

1/ 12% ao ano.

2/ 7% ao ano.

3/ 13% ao ano.

QUADRO 7.10-D PLANO DE CRÉDITO - LOTES DE 220 ha (ALTERNATIVA I)

ANO	CRÉDITO FUNDIÁRIO				CRÉDITO P/ INVESTIMENTO				CRÉDITO P/CUSTEIO		TOTAL		
	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS ^{1/}	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS ^{2/}	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS ^{3/}	AMORTIZAÇÕES	JUROS	SALDO DEVEDOR
	R\$1,00												
1	264.000	-	264.000	-	78.700	-	78.700	-	24.456	3.179	24.456	3.179	367.156
2	-	-	295.680	-	97.600	-	181.809	-	63.912	8.308	63.912	8.308	541.401
3	-	10.000	331.161	39.739	62.500	-	257.035	-	75.366	9.797	85.366	49.536	663.562
4	-	10.000	321.161	38.539	23.100	29.813	298.127	20.868	42.456	5.519	82.269	64.926	661.744
5	-	20.000	311.161	37.339	-	29.813	268.314	18.781	13.092	1.701	62.905	57.821	592.567
6	-	20.000	291.161	34.939	-	29.813	238.501	16.695	13.092	1.701	62.905	53.335	542.754
7	-	30.000	271.161	32.539	-	59.626	208.688	14.608	13.092	1.701	102.718	48.848	492.941
8	-	40.000	241.161	28.939	-	59.626	149.062	10.434	13.092	1.701	112.718	41.074	403.315
9	-	50.000	201.161	24.139	-	89.436	89.436	6.260	13.092	1.701	152.528	32.100	303.689
10	-	60.000	151.161	18.139	-	-	-	-	13.092	1.701	73.092	19.840	164.253
11	-	91.161	91.161	10.939	-	-	-	-	13.092	1.701	104.253	12.640	104.253

. Entrada de empréstimo no início do ano.

. Saldo devedor no início do ano - pagamento no final do ano.

^{1/} 12% ao ano.

^{2/} 7% ao ano.

^{3/} 13% ao ano.

QUADRO 7.10-E PLANO DE CRÉDITO - LOTE 220 ha (ALTERNATIVA II)

ANO	CRÉDITO FUNDIÁRIO				CRÉDITO P/ INVESTIMENTO				CRÉDITO P/CUSTEIO		TOTAL		
	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>1/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>2/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS <u>3/</u>	AMORTIZAÇÕES	JUROS	SALDO DEVEDOR
	R\$ 1,00												
1	264.000	-	264.000	-	78.700	-	78.700	-	12.600	1.638	12.600	1.638	355.305
2	-	-	295.680	-	97.600	-	181.809	-	25.200	3.276	25.200	3.276	502.689
3	-	10.000	331.161	39.739	62.500	-	257.035	-	19.800	2.574	29.800	42.313	607.996
4	-	10.000	321.161	38.539	23.100	29.813	298.127	20.868	14.400	1.872	54.213	61.279	633.688
5	-	20.000	311.161	37.339	-	29.813	268.314	18.781	14.400	1.872	64.213	57.992	593.875
6	-	20.000	291.161	34.939	-	29.813	238.501	16.695	14.400	1.872	64.213	53.506	544.062
7	-	30.000	271.161	32.539	-	59.626	208.688	14.608	14.400	1.872	104.026	49.019	494.249
8	-	40.000	241.161	28.939	-	59.626	149.062	10.434	14.400	1.872	114.026	41.245	404.623
9	-	50.000	201.161	24.139	-	89.436	89.436	6.260	14.400	1.872	153.836	32.271	304.997
10	-	60.000	151.161	18.139	-	-	-	-	14.400	1.872	74.400	20.011	165.561
11	-	91.161	91.161	10.939	-	-	-	-	14.400	1.872	105.561	12.811	105.561

. Entrada de empréstimo no início do ano

. Saldo devedor no início do ano - pagamento no final do ano.

1/ 12% ao ano.

2/ 7% ao ano.

3/ 13% ao ano.

QUADRO 7.11 A FLUXO DE CAIXA - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE PAGAMENTOS - LOTE 110 ha (ALTERNATIVA I)

(R\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
I - ENTRADA DE CAIXA										
.Venda de Produtos Agrícolas	17,4	49,0	140,9	353,1	701,0	1063,5	1213,5	1213,5	1213,5	1213,5
.Venda de Madeira	12,8	19,2	11,5	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
.Crédito Fundiário	132,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Crédito p/Investimento	57,7	66,1	28,9	18,9	-	-	-	-	-	-
.Crédito de Custeio	12,2	30,7	33,1	16,4	7,7	7,7	7,7	7,7	7,7	7,7
.Aporte do Parcelamento	21,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS DAS ENTR. DE CAIXA	253,10	165,0	214,4	392,2	712,5	1075,0	1225,0	1225,0	1225,0	1225,0
II - SALDOS DE CAIXA										
.Inversões fixas ^{1/}	222,7	66,1	28,9	18,9	16,8	17,9	6,0	6,0	6,0	6,0
.Inversões semi-fixas	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
.Inversões financeiras	11,3	3,4	1,5	0,9	0,8	0,9	0,3	0,3	0,3	0,3
.Custo Operacional	1,3	55,3	51,7	27,9	31,2	39,1	43,9	46,9	47,8	47,8
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA	237,8	127,8	83,1	47,7	48,8	57,9	50,2	53,2	54,1	54,1
III - SALDO DE CAIXA(I-II)	15,3	37,2	131,3	344,5	663,7	1017,1	1174,8	1171,8	1170,9	1170,9
IV - SERVIÇO DA DÍVIDA										
.Saldo devedor ^{2/}	201,9	306,4	364,5	373,1	339,8	310,2	280,6	226,4	167,1	83,3
.Amortizações	12,2	30,7	38,1	41,0	37,3	37,3	61,9	66,9	91,5	37,7
.Juros	1,5	4,0	24,1	35,1	32,0	29,4	26,8	22,3	17,1	10,0
V - SALDO LIQ. DISPONÍVEL (III - IV)	1,6	2,5	69,1	268,4	594,4	950,4	1086,1	1082,6	1062,3	1123,2

^{1/} Inclui aquisição da terra

^{2/} Inclui crédito para custeio (anual)

QUADRO 7.11 B FLUXO DE CAIXA - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO - LOTES 110 (ALTERNATIVA II)

(R\$ 1.000,00)

ESPECIFICAÇÕES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
I - ENTRADA DE CAIXA										
.Vendas de produtos agrícolas	6,6	14,6	36,8	97,1	226,3	424,3	688,3	1001,8	1249,3	1331,8
.Venda de madeira	12,8	19,2	11,5	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
.Crédito fundiário	132,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Crédito p/Investimento	57,7	66,1	28,9	18,9	-	-	-	-	-	-
.Crédito p/Custeio	5,4	9,0	12,6	9,0	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2
.Aporte do Parcelamento	54,0	66,0	46,0							
TOTAIS DAS ENT.DE CAIXA	268,5	174,9	135,8	128,8	237,3	435,3	699,3	1012,8	1260,3	1342,8
II - SAÍDAS DE CAIXA										
.Inversões fixas ^{1/}	222,7	66,1	28,9	18,9	16,8	17,9	6,0	6,0	6,0	6,0
.Inversões semi-fixas	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
.Inversões financeiras	11,3	3,4	1,5	0,9	0,8	0,9	0,3	0,3	0,3	0,3
.Custo operacional	22,8	88,5	60,6	29,4	57,8	90,2	117,3	140,6	157,8	163,1
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA	259,3	161,0	92,0	49,2	75,4	109,0	123,6	146,9	164,1	169,4
III - SALDO DE CAIXA(I-II)	9,2	13,9	43,8	79,6	161,9	326,3	575,7	865,9	1096,2	1173,4
IV - SERVIÇO DA DÍVIDA										
.Saldo devedor ^{2/}	195,1	284,6	343,8	365,7	339,3	309,7	280,1	225,8	166,6	82,7
.Amortizações	5,4	9,0	17,6	33,6	36,8	36,8	61,4	66,4	91,0	37,2
.Juros	0,7	1,1	21,5	34,1	31,9	29,3	26,8	22,2	17,1	10,0
V - SALDO LIQ.DISPONÍVEL (III - IV)	3,1	3,8	4,7	11,9	93,2	260,2	487,5	777,3	988,1	1126,2

^{1/} Inclui aquisição da terra

^{2/} Inclui crédito para custeio (anual)

QUADRO 7.11 C FLUXO DE CAIXA - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO - LOTES 164 ha

(R\$1.000,00)

ESPECIFICAÇÕES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12
I - ENTRADA DE CAIXA												
.Venda de produtos agrícolas	10,4	21,4	109,3	312,3	701,4	1171,3	1581,8	1962,8	2127,8	2210,3	2210,3	2210,3
.Venda de madeira	12,8	12,8	12,8	15,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	-	-	-
.Crédito fundiário	196,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Crédito p/Investimento	57,6	55,6	31,0	36,0	-	-	-	-	-	-	-	-
.Crédito de custeio	10,4	20,6	22,4	20,6	20,6	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8
.Aporte do Parceleiro	65,0	30,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS DAS ENTR.DE CAIXA	353,0	140,4	175,5	384,3	728,4	1188,5	1599,0	1980,0	2145,0	2221,1	2221,1	2221,1
II - SAÍDAS DE CAIXA												
.Inversões fixas ^{1/}	303,7	55,6	31,0	37,8	21,0	22,0	10,0	10,0	10,0	-	-	-
.Inversões semi-fixas	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Inversões financeiras	15,3	3,0	1,6	1,8	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	-	-	-
.Custo operacional	16,8	49,4	68,3	85,4	108,8	131,2	160,8	182,5	196,5	202,7	202,7	202,7
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA	338,3	111,0	101,9	125,0	130,8	154,2	171,3	193,0	207,0	202,7	202,7	202,7
III - SALDO DE CAIXA(I-II)	14,7	29,4	73,6	259,3	597,6	1034,3	1427,7	1787,0	1938,0	2018,4	2018,4	2018,4
IV - SERVIÇO DA DÍVIDA												
.Saldo devedor ^{2/}	264,9	358,4	425,9	461,0	430,6	385,4	345,0	279,3	208,6	112,6	67,6	-
.Amortizações	10,4	20,6	32,4	51,0	56,0	51,1	76,5	81,5	106,8	55,8	32,6	10,8
.Juros	1,4	2,7	32,5	45,3	42,1	37,0	32,6	26,1	19,1	9,4	4,0	2,4
V - SALDO LIQ.DISPONÍVEL (III-IV)	2,9	6,1	8,7	163,0	499,5	946,2	1318,6	1679,4	1812,1	1953,2	1981,8	2005,2

^{1/} Inclui aquisição da terra

^{2/} Inclui crédito para custeio (anual)

QUADRO 7.11 D FLUXO DE CAIXA - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO - LOTES 220 ha (ALTERNATIVA I)

(R\$1.000,00)

ESPECIFICAÇÕES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
I - ENTRADA DE CAIXA										
.Venda de produtos agrícolas	38,8	106,2	299,6	722,1	1576,5	2426,5	3026,5	3026,5	3026,5	3026,5
.Venda de madeira	25,6	38,4	32,0	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4
.Crédito fundiário	264,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Crédito p/Investi- mento	78,7	97,6	62,5	23,1	-	-	-	-	-	-
.Crédito de custeio	24,4	63,9	75,3	42,4	13,0	13,0	13,0	13,0	13,0	13,0
.Aporte do parcelei- ro	70,0	35,0	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS DAS ENT.DE CAIXA	501,5	341,1	469,4	794,0	1595,9	2445,9	3045,9	3045,9	3045,9	3045,9
II - SAÍDAS DE CAIXA										
.Inversões fixas ^{1/}	408,7	97,6	62,5	23,1	21,0	22,0	10,0	10,0	10,0	10,0
.Inversões semi-fi- xas	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
.Inversões financei- ras	20,6	5,0	3,2	1,1	1,0	1,1	0,5	0,5	0,5	0,5
.Custo operacional	40,6	157,2	209,2	122,2	126,6	150,4	162,5	171,1	174,7	174,7
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA	472,4	262,8	275,9	146,4	148,6	173,5	173,0	181,6	185,2	185,2
III - SALDO DE CAIXA(I-II)	29,1	78,3	193,5	647,6	1447,3	2272,4	2872,9	2864,3	2860,7	2860,7
IV - SERVIÇO DA DÍVIDA										
.Saldo devedor ^{2/}	367,1	541,4	663,5	661,7	592,5	542,7	492,9	403,3	303,6	164,2
.Amortizações	24,4	63,9	85,3	82,2	62,9	62,9	102,7	112,7	152,5	73,0
.Juros	3,1	8,3	49,5	64,9	57,8	53,3	48,8	41,0	32,1	19,8
V - SALDO LIQ.DISPONÍVEL (III-IV)	1,6	6,1	58,7	500,5	1326,6	2156,2	2721,4	2710,6	2676,1	2767,9

^{1/} Inclui aquisição da terra

^{2/} Inclui crédito para custeio (anual)

QUADRO 7.11 E - FLUXO DE CAIXA - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO - LOTES 220 ha (ALTERNATIVA II).

(R\$1.000,00)

ESPECIFICAÇÕES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
I - ENTRADA DE CAIXA										
.Venda de produtos agrícolas	17,9	40,1	64,6	188,1	485,1	947,1	1574,1	2333,1	2993,1	3323,1
.Venda de madeira	25,6	38,4	32,0	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4
.Crédito fundiário	264,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Crédito p/Investimento	78,7	97,6	62,5	23,1	-	-	-	-	-	-
.Crédito de custeio	12,6	25,2	19,8	14,4	14,4	14,4	14,4	14,4	14,4	14,4
.Aporte do parceleiro	140,0	165,0	220,0	50,0	-	-	-	-	-	-
TOTAIS DAS ENT.DE CAIXA	538,8	366,3	398,9	282,0	505,9	967,9	1594,9	2353,9	3013,9	3343,9
II - SAÍDAS DE CAIXA										
.Inversões fixas ^{1/}	408,7	97,6	62,5	23,1	21,0	22,0	10,0	10,0	10,0	10,0
.Inversões semi-fixas	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
.Inversões financeiras	20,6	5,0	3,2	1,1	1,0	1,1	0,5	0,5	0,5	0,5
.Custo operacional	89,1	228,5	248,9	94,6	176,6	254,4	329,4	386,2	433,6	454,7
TOTAIS DAS SAÍDAS DE CAIXA	520,9	334,1	315,6	118,8	198,6	277,5	339,9	396,7	444,1	465,2
III - SALDO DE CAIXA(I-II)	17,9	32,2	83,3	163,2	307,3	690,4	1255,0	1957,2	2569,8	2878,7
IV - SERVIÇO DA DÍVIDA										
.Saldo devedor ^{2/}	355,3	502,6	607,9	633,6	593,8	544,0	494,2	404,6	304,9	165,5
.Amortizações	12,6	25,2	29,8	54,2	64,2	64,2	104,0	114,0	153,8	74,4
.Juros	1,6	3,2	42,3	61,2	57,9	53,5	49,0	41,2	32,2	20,0
V - SALDO LIQ.DISPONÍVEL (III-IV)	3,7	3,8	11,2	47,8	185,2	572,7	1102,0	1802,0	2383,8	2784,3

1/ Inclui aquisição da terra

2/ Inclui crédito para custeio (anual)

CAPÍTULO VIII

PROJEÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA SOCIAL

A infraestrutura física social compreende atividades que visam a fornecer à comunidade um suporte institucional necessário e suficiente para possibilitar o desenvolvimento desejado, isto é, garantir à população que se deslocar, para a área do projeto, condições de subsistência, progresso social e econômico.

1. ADMINISTRAÇÃO

O principal papel de Administração na área do Projeto é desencadear um processo desenvolvimentista levando todos os órgãos e a população a mobilizarem-se para integrá-lo.

A organização, instalação e funcionamento administrativo serão caracterizados pela praticidade e simplicidade das rotinas e o baixo custo das construções de conformidade com o previsto; objetividade, também, no que se refere a utilização presente e futura das referidas instalações, uma vez que desde a fase de implantação dar-se-á destaque à co-participação dos parceiros para que os mesmos gradativamente assumam a gestão do empreendimento, até sua total emancipação.

No primeiro ano do projeto foi construído em Convênio com a SUDECO, "um complexo administrativo" no Núcleo Urbano de Juina, cujo projeto é parte integrante do Polo Aripuanã e tem a finalidade de dar apoio técnico administrativo à implantação do projeto, bem como oferecer hospedagem a funcionários, diretores e visitantes.

Terá uma área construída de 756 m² constando de salas para administração, atendimento de colonos, promoção agrícola, coordenação do projeto, além de dependências para a FUNAI, (que poderá ter outra destinação), dormitórios, restaurantes, varandas e jardins.

A infraestrutura administrativa compreende as obras civis e instalações necessárias à estrutura física das unidades de Comando Central e dos serviços de assistência técnica e financeira dos parceiros.

2. EDUCAÇÃO

Para a implantação do Sistema Educacional com a participação dos órgãos específicos da área do ensino, o Projeto construirá e equipará as escolas que atenderão a clientela escolarizável, oriunda de uma população estimada em 3.437 famílias fixadas na região, num período de 4 anos.

As escolas que integrarão a rede escolar estão dimensionada para atender as necessidades previstas. Está programada a construção de 1 (uma) escola no núcleo urbano com 526 m² distribuídos em 4 (quatro) salas de aula com capacidade de 42 alunos cada uma, uma sala ambiente ou de professores, biblioteca, secretaria, cantinas e um conjunto sanitário masculino e feminino.

Nos 5 (cinco) subnúcleos as unidades escolares terão 195 m² de área coberta, cada uma, abrangendo 2 salas de aula, com capacidade de 35 alunos cada, e de mais dependências administrativas.

Inicialmente dar-se-á ênfase ao ensino, de 1º grau de I a IV e cada escola desenvolverá seu programa com 4 (quatro) professores e 1 (um) diretor, além do zelador para a conservação e atendimento e merenda escolar. A formação dos professores e a implantação das séries de V e VIII do 1º grau será feita em níveis que se elevem progressivamente, "ajustando-se as diferenças culturais da região e com orientação que atende os objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento do educando". Prevê-se, para isso, 1 (um) técnico de educação, 1 (um) diretor; 9 (nove) professores e 3 (três) zeladores. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendem as necessidades individuais, grupais e à organização social da comunidade e estimulem a formação de as sociação de pais e professores.

Gradativamente, conforme surgirem as necessidades, a área educacional mobilizar-se-á para a implantação de MÓBRAL, ENSINO SUPLETIVO, PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA e outros.

3. SAÚDE

Na programação de Saúde a ênfase será dada ao aspecto preventivo com vistas a melhoria da saúde e consequentemente os fatores sociais e econômicos.

Através de um amplo sistema de cooperação entre os órgãos oficiais e particulares será desenvolvida uma ação integrada, considerando a interrelação de algumas de suas atividades, especialmente no que se refere ao saneamento, básico e educação sanitária.

Prevê-se junto ao Posto de Fiscalização, Orientação e Triagem, no km 100 da Rodovia AR-1; o funcionamento de uma Barreira Sanitária, criando condições de evitar as importações de endemias não existentes na região, sendo os colonos submetidos a exames laboratoriais para detecção de doenças endêmicas em outras regiões como doença de Chagas, Esquistossomoses, Sífilis, Hanseníase, permanecendo um albergue por aproximadamente 2 dias, até que se conheçam os resultados dos exames.

Nas Barreiras deverão ser vacinados todos os colonos contra Febre Amarela e doença endêmica na Amazônia.

Na área norte do Estado, principalmente junto as frentes pioneiras de ocupação, a SUCAM mantém serviço de combate às doenças principais das regiões, entre elas com destaque a malária.

Em cada subnúcleo será construído um Posto de Saúde, onde serão efetuados, os primeiros socorros, assistência médica e odontológica periódica, imunização, cuidados básicos de saneamento, estatística, educação sanitária, higiene materno-infantil, lactário e distribuição de medicamentos.

Os atendimentos nos postos serão efetuados periodicamente em sistema de rodízio, por médicos e dentistas que trabalharão no hospital do Núcleo Central, sendo que nas suas ausências, as auxiliares de enfermagem serão responsáveis pelos atendimentos mais simples, encaminhando ao hospital os que necessitarem de uma maior assistência.

No Núcleo Central, o Posto de Saúde será acoplado ao hospital, funcionando como Unidade de Triagem.

A construção do complexo Posto de Saúde - Hospital está prevista, para o 2º ano do Projeto e o hospital terá capacidade de 30 leitos, em condições de dar assistência médico- odontológica à população, com 930 m² de área coberta, (conforme plantas anexas).

Terá um quadro de pessoal, composto de:

- (01) Assistente Social;
- (12) Atendente de Enfermagem;
- (07) Auxiliar de Enfermagem;
- (04) Auxiliar de copa-cozinhas;
- (01) Enfermeiras;
- (10) Funcionários Burocráticos;
- (03) Médicos;
- (01) Dentista;
- (03) Motoristas;
- (03) Vigias;
- (05) Faxineiros,
- (01) Técnico de Laboratório.

4. SEGURANÇA

Junto ao Posto de Fiscalização, Orientação e Triagem, localizado no km 100 da rodovia AR-1, já funciona um Corpo. Segurança que não só colaborará na fiscalização da entrada clandestina de colonos, como também no atendimento aos problemas que surgirem na área, durante a implantação do Projeto.

A ação da Segurança será mais fiscalizadora e orientadora que repressiva.

No 3º ano do Projeto será construída uma Unidade de Segurança de conformidade com as diretrizes, da Secretaria de Segurança, que também será parte integrante na formação dos equipamentos comunitários. A unidade constará de gabinete, sala de armas, alojamento e duas celas, conforme planta anexa.

5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A previsão do deslocamento de um grande contingente popula-cional para a região que ao lado do planejamento racional de todas as obras e serviços de infraestrutura, seja defi-

nido um sistema de organização social que ofereça condições de se estabelecer uma estrutura econômica sólida que permita congregar os parceiros, despertando o espírito de associativismo e cooperação mútua.

O objetivo da organização social é evitar a mentalidade paternalista; o inadequado preparo que obstaculizaria a interação positiva e efetiva dos parceiros e a adoção de diretrizes operacionais desvinculada da realidade.

A participação do parceiro deverá ser dinâmica, desde o seu simples envolvimento até a participação no poder de decisão de tal forma que os capacite, a longo prazo, a assumir a gestão do empreendimento.

Os parceiros serão orientados para que criem condições e local para a realização das atividades comunitárias. Consequentemente surgirão, por iniciativa própria, para o atendimento de necessidades comuns e através da cooperação mútua, a ideia da construção de um Centro Social.

O Centro Social possibilitará uma melhor convivência social, fornecendo condições para o desenvolvimento das atividades de educação complementar, trabalho, saúde, cultura, assistência social e lazer.

O projeto reservará uma área para a construção do Centro Social, praça de esportes e parque infantil. A organização e direção das atividades deste setor, estará sempre a cargo de entidades representativas da comunidade.

6. COOPERATIVA

Com o objetivo de assegurar aos produtores as melhores condições de mercado e preços para seus produtos prevê-se a constituição de uma Sociedade Cooperativa Mista Agrícola, de produção e consumo.

Através da empresa cooperativa as propriedades familiares terão maiores possibilidades de atingir os seus objetivos, por que utilizando as formas cooperativas de trabalho e produção será mais ampla as condições de dinamizar e aumentar a produtividades, uma vez que, eliminará uma série de fatores que tradicionalmente vem prejudicando os agricultores.

A criação de uma cooperativa, mesmo que seja com o mínimo de setores necessários, possui uma estrutura com um grau de complexidade que evidentemente, não representa o habitual para o agricultor. Para que a implantação de uma Cooperativa tenha êxito é preciso que haja população organizada e habituada à cooperação, uma vez que esta é criada para atender a problemas de caráter econômico, ou seja, comercialização dos produtos, prestação de serviços de assistência técnica e compra de insumos e implementos agrícolas necessários à lavoura.

A instalação da Empresa Cooperativa deverá ser precedida da preparação dos parceiros, como também dos técnicos e pessoal administrativo, para que desde sua fase inicial de atividades, atue visando a assumir efetivamente seus encargos técnicos e sociais.

O projeto prevê, para o 2º ano a construção de um prédio com 200 m² de área coberta que será transferido à Cooperativa, tão logo seja a mesma estruturada.

Espera-se que no 5º ano do Projeto, com a permanente cooperação dos parceiros, esteja superado todos os fatores limitantes e que a Cooperativa já esteja instalada e em funcionamento com capacidade a assumir as atividades e encargos que lhe são inerentes.

Os objetivos sociais previstos para a Cooperativa são os seguintes:

- a) abastecimento de artigos de subsistência;
- b) abastecimento de insumos agrícolas;
- c) beneficiamento e comercialização da produção dos associados; bem como a função de promover a defesa dos interesses econômicos e de representação junto aos organismos oficiais.

7. HABITAÇÃO

O Projeto não condicionará a habitação - normas padronizantes; porque às funções sociais de habitação rural, em alguns aspectos diferem da urbana, são consequências das formas de vida e do tipo de economia familiar.

Por ser definido em função do estágio sócio-econômico-cul

tural da comunidade os padrões de habitabilidade serão fixados considerando os seguintes critérios: iluminação, ventilação, água corrente na cozinha, localização dos dejetos, relação entre número de cômodos e número de pessoas residentes; material disponível, na região adaptadas as peculiaridades regionais, criando, sempre que possível uma tradição arquitetônica local.

No núcleo urbano está previsto, a construção de 5 casas residenciais (Tipo A). Sendo 3 no 2º ano e 2 no 3º, com uma área coberta de 120 m² destinadas a abrigar médicos e dentistas que se fixarem na área.

De conformidade com a demanda poder-se-á elaborar um novo programa para a construção de outras unidades.

Dezoito (18) casas residenciais (Tipo B) com 60 m² de área coberta, serão distribuídas, a partir do 2º ano do Projeto, entre o núcleo e subnúcleos com a finalidade de abrigar os professores e técnicos de nível médio que passarão a prestar seus serviços na região.

Na área rural as casas deverão ser localizadas no centro de atividades do lote, onde haja água, e próximas à estrada de acesso, levando-se em consideração a facilidade de escoamento de produção e a relação de vizinhança entre os parceiros.

8. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA

A CODEMAT prestará aos parceiros toda a assistência as atividades produtivas previstas para o desenvolvimento da área; tomando providências para a formação de um sistema de financiamento e crédito rural, para o custeio e a comercialização da produção, bem como os investimentos em bens e serviços, dinamizando as atividades dos beneficiários do Projeto.

Dentre os Programas Especiais de Crédito Rural para Mato Grosso prevê-se a canalização de recursos para o PROJETO, oriundos do PROTERRA que com prazo de até 20 (vinte) anos, 4 (quatro) anos de carência beneficiando produtores rurais e cooperativas o PECRO-FUNDIÁRIO financia aquisição

de área para proprietários e/ou não proprietários e despesas complementares. O financiamento através do PECRO- IN VESTIMENTOS é destinado ao desenvolvimento de propriedade rural, pesquisa e experimentação agrícola, sistema de ar mazenagem e infra estrutura rural; sendo financiáveis to dos os investimentos fixos e semi fixos necessários à ex ploração da agropecuária e através do FATOR com o obje ti vo de fomento ao emprego de fatores técnicos de produti vidade agropecuária, financiamentos para fertilizantes, cor retivos, adubos, tratores e outros.

Estudos realizados recentemente pela CEPLAC comprovam as evidências preliminares da CODEMAT no que se refere a e xistência de grandes manchas de solos bons para o cultivo do cacau no município de Aripuanã.

É uma das metas do CEPLAC para 1977 o levantamento semi -detalhado dos solos para cacau no polo Aripuanã; temos en tão, já delineadas recursos do PROCACAU para assistência técnica financeira através da CEPLAC que orientará e fi nanciará o início do trabalho dos parceiros na lavoura cacaueira.

Experiências realizadas com a cultura de café na Amazônia Matogrossense vem demonstrando a viabilidade econômica des sa cultura, o IBC já manifestou-se oficialmente quanto ao financiamentos para a lavoura cafeeira, ainda em 1977. Por tanto, o PROJETO já estará sendo beneficiado, também com essa linha creditícia do IBC.

Os órgãos oficiais de assistência técnica, financeira e de pesquisa EMATER, EMPA e Bancos assumirão, gradativamente a responsabilidade desse programa.

9. CAMPO EXPERIMENTAL

O projeto alocará recursos visando estabelecer um Campo de Experimentação com objetivo de estudar rotação de cul turas, adaptação da variedades e estudos florestais.

Pretende-se desenvolver planos de pesquisa e experimen tação sobre diversas culturas, a fim de promover sua intro dução na programação agrícola do Projeto, melhorar a ex

ploração das programas através da seleção de variedades mais produtivas e ensaios de adubação para determinar o nível ótimo das dosagens dos diversos elementos nutritivos bem como determinar as épocas mais favoráveis para o desenvolvimento de tais culturas. Neste sentido, será dada atenção especial as culturas de café do cacau.

O projeto construirá todas as instalações necessárias à implantação do campo experimental. Prevendo-se a construção de residência para o administrador, desmatamento das áreas a serem utilizadas para os experimentos e outras obras necessárias ao desenvolvimento das atividades.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAPÍTULO IX

DEMONSTRATIVO ECONÔMICO-FINANCEIRO

INVERSÕES TOTAIS

1. O total das inversões foi estimado em R\$83.032,2 mil, distribuídos em fixas e financeiras, nos três anos previstos para a implantação do projeto, conforme mostre o Quadro 9.01.

1.1. INVERSÕES FIXAS

As inversões fixas, estimadas em R\$65.948,9 mil foram calculadas com bases nas necessidades físicas de cada componente e preços de custos dos fatores na área do projeto, conforme mostra os subitens nas páginas subsequentes.

1.1.1. ESTUDOS E PROJETOS

Compreende as despesas com a elaboração do projeto e os estudos necessários para esse fim, discriminadas em: mão de obra, viagens e diárias, materiais.

Mão de obra - estimou-se a necessidade deste fator em termos de homem/dia, à custos equivalentes ao salário médio mensal de nível superior (R\$ 14 mil) e nível médio (R\$ 6 mil) do pessoal da CODEMAT.

CUSTO DA MÃO-DE-OBRA INCLUINDO ENCARGOS SOCIAIS (R\$1.000)

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE HOMENS/DIA	CUSTO - R\$ 1.000	
		UNITÁRIOS	TOTAL
Coordenador	120	0,748	89,7
Economista	240	0,623	149,5
Engº Agrônomo	180	0,623	112,1
Engº Civil	60	0,623	37,3
Arquiteto	60	0,623	37,3
Desenhista	180	0,249	44,8
Datilógrafo	120	0,249	29,8
T O T A L			500,5

Os encargos sociais foram calculados em 33,5% dos salários

rios, assim distribuídos:

	%
Previdência Social - IPEMAT	8,00
FGTS	8,00
Férias - 1/12 do salário	8,33
13º salário - 1/12	8,33
PASEP	0,80
TOTAL	33,46

Viagens e Diárias - referem-se ao deslocamento de pessoal técnicos à área do projeto a fim de realizar os levantamentos preliminares. São feitas por via aérea até a localidade de Vilhena em Rondônia e desta por via terrestre até o local do projeto, ao custo de E\$3.220,00 por viagem e E\$330,00 a diária. Calculou-se serem necessárias 10 viagens e 50 diárias, ao custo total de E\$48,7 mil.

Materiais - compreende fotos aéreas, aerofotogramétricas, fotos índices, imagens e análise interpretação da região do projeto, adquiridas do Instituto de Pesquisas Espaciais e do Projeto RADAM, ao custo total de E\$150,5 mil.

Inclui ainda um nível Willd NKO.1 e materiais diversos de desenho no valor global de E\$70 mil.

ESPECIFICAÇÃO	CUSTO - (E\$ 1,000)
Mão-de-Obra	500,5
Viagens e Diárias	48,7
Materiais	220,5
T O T A L	769,7

1.1.2. DISCRIMINATÓRIA

A ação de discriminação compreende 4 estágios: levantamento documental no RGI e no INTERMAT; convocação oficial dos pos

suidores de direitos; vistoria de campo; instrução dos processos e conclusão final.

Os custos diretos relacionados com a discriminação foram estimados, prevendo-se despesas na sede e no campo.

A vistoria de campo prevê-se, seja o item mais oneroso, elevando-se assim, a R\$270,7 mil, conforme o quadro seguinte:

DISCRIMINATÓRIA - DESPESAS EFETIVAS

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CUSTO	TOTAL (R\$1.000)
Passagens aéreas	Un.	26	1.797	46,8
Transp. Terrestres	Km	5100	3,92	19,9
Sobrevôo	Horas	10	2.100	21,0
Diárias N. Superior	Un.	53	466	24,6
Diárias N. Médio	Un.	171	280	47,8
Serviços de Terceiros	-	-	-	47,6
Materiais Técnicos	-	-	-	42,0
Materiais de campo	-	-	-	21,0
T O T A L				270,7

1.1.3. Topografia

Consiste no trabalho de medição e demarcação dos lotes, num total de 3520 quilômetros de caminhamento topográfico, a um custo total de 8.104 mil (item 2.4 do capítulo VI).

No primeiro ano (1977) foram executados 2026 quilômetro e os restantes 1494 km estão previstos para 1978.

1.1.4. Estradas e Caminhos

As inversões deste item se referem à implantação de 91,35 km de estradas rurais e 461,75 km de caminhos vicinais, ao custo total de R\$18.825,6 mil.

1.1.5. Construções Cíveis

Compreende as obras físicas de construção do complexo administrativo, escolas, casas residenciais, hospital, postos de saúde, cooperativas e delegacia de polícia.

CUSTO DAS CONSTRUÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (m ²)	CUSTO (R\$ 1.000)	
		UNITÁRIO	TOTAL
Complexo Administrativo	800	1,524	1.219,2
Escola de 1º Grau de 1 a 8	526	2,100	1.104,6
Escola de 1º Grau de 1 a 4 (5 x 195)	975	1,050	1.023,7
Hospital	930	2,370	2.204,1
Posto de Saúde (5x120)	600	1,400	840,0
Unidade de Segurança	85	1,400	119,0
Cooperativa	200	1,050	210,0
Residências Tipo A (5 x 120)	600	1,400	840,0
Residências Tipo B (18 x 60)	1080	1,050	1.134,0
T O T A L	-	-	8.694,6

1.1.6. Campo Experimental

Para implantação do Campo Experimental foi destinado no projeto uma verba total de R\$960 mil, dividida em duas parcelas de R\$400 mil no 2º e R\$ 560 mil no 3º ano. O planejamento detalhado das obras e serviços a serem realizados com este recurso será elaborado oportunamente, em conjunto com os órgãos especializados, envolvidos.

1.1.7. Equipamentos Diversos

São materiais permanentes necessários à complementação dos diversos itens e subitens que compõe as inversões fixas do

projeto, assim distribuídos:

a) Complexo Administrativo

EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	CUSTO - R\$ 1.000	
		UNITÁRIO	TOTAL
Cofre de Aço	1	14,0	14,0
Máquinas de escrever carro grande	2	7,0	14,0
Máquinas de escrever carro medio	4	4,2	16,8
Máquinas de calcular manual	2	3,5	7,0
Máquina de somar de fita	1	2,8	2,8
Arquivo de aço	3	2,8	8,4
Escrivaninha de aço	8	3,5	28,0
Mesa para máquina	6	1,4	8,4
Armário de aço	4	3,5	14,0
Cadeiras	12	0,41	5,0
Poltrona conjunto	1	7,0	7,0
Utensílios diversos	div.	-	7,0
T O T A L	-	-	132,4

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	CUSTO - R\$ 1.000	
		UNITÁRIO	TOTAL
Jogo de quarto com pleto	12	7,0	84,0
Cozinha completa mo delo comercial	1	56,0	56,0
Refrigerador modelo comercial	1	21,0	21,0
Mesas metálicas	20	0,8	16,0
Cadeira metálicas	60	0,3	18,0
Utensílios dev. de coz. e refeitório	div.	-	14,0
T O T A L			209,0

b) Escolas

EQUIPAMENTOS DAS ESCOLAS

DISCRIMINAÇÃO	Quantidade	CUSTO-E\$1.000	
		UNITÁRIO	TOTAL
Carteiras	700	0,42	294,0
Mesas	28	0,70	19,6
Cadeiras	30	0,42	12,6
Móveis da diretoria* conjunto		14,00	14,00
Móveis de Secretária* conjunto		14,00	14,00
T O T A L	-	-	354,2

c) Casas Residenciais

O equipamento das casas residenciais refere-se a um conjunto de mobiliário para cada casa, num total de 23 conjuntos e no valor global de E\$386,4 mil.

d) Hospital

As inversões deste item, compreendem 30 leitos hospitalares; uma ambulância móveis e equipamentos diversos, no valor total de E\$910 mil.

e) Postos de Saúde

Os equipamentos deste item são estimados em E\$350 mil.

f) Cooperativa

Os equipamentos da cooperativa são constituídos de móveis, balanças, máquinas e implementos agrícolas, no valor global de E\$280 mil.

g) Delegacia de Polícia

Móveis e equipamentos no valor de E\$28 mil.

* somente para a escola de 1 a 8 do núcleo urbano

RESUMO DOS CUSTOS DOS EQUIPAMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR - R\$1.000
Complexo Administrativo	341,4
Escolas	354,2
Casas Residenciais	386,4
Hospital	910,0
Postos de Saúde	350,0
Cooperativa	280,0
Delegacia de Polícia	28,0
T O T A L	2.650,0

1.1.8. Veículos, Embarcações e Máquinas Rodoviárias

São necessários à administração e manutenção do projeto e constituídos por equipamentos já adquiridos anteriormente pela CODEMAT e transferidos para o projeto, pelo seu valor atual, conforme o que se segue:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ATUAL (R\$1.000)
Utilitário Willis Overland Ano 1973	35,0
Caminhão Mercedes Benz Ano 1976	280,0
Caminhão Chevrolet Ano 1974	140,0
Utilitário Chevrolet Ano 1973	35,0
Dois carros oficina c/grupo Gerador	420,0
Dois tratores de pneus malves	280,0
Barco de Alumínio levefort c/ motor de popa	23,0
3 caminhoneta cabine dupla marca Ford Tipo F-100	462,0
T O T A L	1.675,0

1.1.9. Núcleo Urbano

As inversões deste item referem-se a implantação do Núcleo Urbano, compreendendo: sistemas viário e loteamento, abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário, administração das construções, conforme demonstrado no Quadro 6.04, pelo custo total de R\$18.595,8 mil.

1.1.10. Sub Núcleos

Os custos de implantação de cinco unidades de sub núcleos, totalizam R\$5.403,5 mil, conforme mostra o Quadro 6.05.

1.2. INVERSÕES FINANCEIRAS

Foram calculadas com base nas estimativas de despesas administrativas e custo operacional das unidades concluídas, durante os 3 (três) anos previstos para a implantação.

1.2.1. Administração do Projeto

Refere-se às despesas administrativas de execução do projeto, no período de 3 anos, envolvendo custos de pessoal, material de consumo, despesas de viagens e diárias na área do projeto.

Os custos deste item atingem o montante de R\$11.210,3 mil, distribuídos em R\$9.341,9 mil para pessoal conforme Quadro 9.02 e 20% desse valor, ou seja R\$1.868,4 mil, para as despesas de viagens e diárias.

1.2.2. Custos Operacionais

Trata-se das despesas de operação e manutenção de algumas unidades de custos do projeto a partir do 2º ano e a medida que entrarem em funcionamento.

CUSTOS OPERACIONAIS

ESPECIFICAÇÃO	2º ano (1978)		3º ano (1979)		TOTAL
	PESS.	MAT.CONSUM.	PESS.	MAT.CONSUM.	GERAL
Escolas	-	-	1.187	238	1.425
Hospital	-	-	1.470	588	2.058
Posto de Saúde	-	-	232	117	349
Energia Elétrica	101	235	101	235	672
Água	50	117	76	176	419
T O T A L	151	352	3.066	1.354	4.923

1.2.3. Promoção de Vendas

Estimou-se uma despesa total de R\$950 mil distribuída em R\$420 mil no primeiro ano e R\$530 mil no segundo.

2. ESTIMATIVAS DE CUSTOS E RECEITAS

Os custos efetivos no total de R\$83.031,1 mil foram rateados para cada tipo de lote ou categoria de lotes, conforme mostra o Quadro 9.06 item 4 deste capítulo. A estes foi acrescentado um custo imputado de R\$151.694,6 mil atribuído ao valor da terra nua, chegando-se a um total de R\$234.725,7 mil.

A receita total foi estimada de acordo com as quantidades físicas e os preços de vendas de cada categoria de lotes, atribuídos com base nos custos totais rateados. Ao total foi acrescentado 16% a título de taxa de administração e comercialização, que será a remuneração da CODEMAT, pela implantação do projeto.

Os custos e receitas são demonstrados com maiores detalhes no Quadro 9.01 A

O Quadro 9.03 mostra as estimativas de vendas e recebimentos distribuídos do 2º ao 6º ano, conforme o volume de vendas esperado de acordo com os planos de pagamentos adotados.

Para tanto, assumiu-se que 60% dos lotes serão vendidos em 1978, 40% em 1979. Para os lotes do Subnúcleo, as vendas deverão iniciar em 1978. Assumiu-se, também que as vendas serão

efetuadas 50% a vista e 50% a prazo, sendo que as vendas a prazos, de lotes rurais serão recebidos 40% no ano da venda e 40% distribuídos em parcelas iguais nos 3 anos subsequentes. Os lotes urbanos e chácaras vendidos a prazo serão recebidos 50% no ano da venda e 50% nos dois anos seguintes em duas parcelas de 25% por ano.

3. FINANCIAMENTO

O financiamento das inversões totais do projeto, correrá por conta de verbas federais consignadas no programa POLAMAZÔNIA - POLO ARIPUANÃ, verbas estaduais e recursos próprios da CODEMAT, estes últimos, oriundos do seu orçamento e da venda dos lotes.

Os recursos do POLAMAZÔNIA no total de R\$26.465,1 mil encontram-se alocados na programação da SUDECO. As verbas estaduais, referem-se a participação do TESOURO, que alocou recursos do F.P.E. no valor de R\$4 milhões.

Os quadros 9.04 e 9.05, referente a fontes e usos dos recursos e fluxo de caixa anual, respectivamente mostram, com detalhes o esquema de financiamento previsto.

4. JUSTIFICATIVAS DOS PREÇOS DOS LOTES

Os preços de vendas dos lotes foram atribuídos com base no valor da terra nua e os custos de implantação do projeto (inversões fixas e financeiras) gravados diretamente à área de colonização. O valor da terra nua foi estimado em R\$850,00 por hectare, com base em pesquisas do mercado mobiliário na região, relativas a terras de boa fertilidade.

Os custos de implantação refere-se as inversões necessárias a execução do projeto acrescidos de uma taxa de 16% sobre o total a título de administração e comercialização, destinada a remunerar a CODEMAT pela execução do projeto.

As inversões totais foram rateadas para cada categoria de lotes, conforme mostra o Quadro 9.06, elaborado dentro dos critérios a seguir:

a) Dividimos as inversões totais em duas partes:

Uma diretamente atribuída a cada categoria de lotes e outra comum a todas as categorias.

- b) Chamamos de I, o valor das inversões totais e de AI, BI, CI e DI as inversões diretamente atribuídas aos lotes rurais, chácaras, urbanos núcleo e urbanos sub núcleos respectivamente e "S" e sua soma.
- c) Chamamos de A2, B2, C2, e D2, as parcelas das inversões que poderiam ser justificáveis para cada categoria de lote e, de T a sua soma.
- d) Obtemos as diferenças justificáveis (DA, DB, DC e DD) diminuindo as inversões diretas das justificáveis para cada propósito. O total das diferenças chamamos "D".
- e) Feito isso utilizamos a seguinte fórmula:

$$A = (I - S) \times DA/D + AI$$

$$B = (I - S) \times DB/D + BI$$

$$C = (I - S) \times DC/D + CI$$

$$D = (I - S) \times DD/D + DI$$

- f) A partir daí atribuímos os valores das inversões justificáveis ^{1/} para cada categoria de lotes com base nos possíveis preços de vendas e efetuamos os cálculos como segue:

Inversões Justificáveis	Inversões Diretas
A2 = 113.900	AI = 25.129,9
B2 = 3.800	BI = 1.798,7
C2 = 4.100	CI = 18.595,8
D2 = 1.800	DI = 5.403,5
S = 123.600	T = 50.927,9

Diferenças Justificáveis

$$DA = 113.900 - 25.129,9 = 88.770,1$$

$$DB = 3.800 - 1.798,7 = 2.001,3$$

$$DC = 4.100 - 18.595,8 = -14.495,8$$

$$DD = 1.800 - 5.403,5 = -3.603,5$$

$$D = 123.600 - 50.927,9 = 72.672,1$$

$$\text{Inversões totais} = 83.031,1$$

^{1/} Valores em R\$1.000,

Rateio das inversões totais

$$A = 32.103,2 \times \frac{88.770,1}{72.672,1} + 25.129,9 = 64.327,9$$

$$B = 32.103,2 \times \frac{2.001,3}{72.672,1} + 1.798,7 = 2.665,5$$

$$C = 32.103,2 \times \frac{-14.495,8}{72.672,1} + 18.595,8 = 12.207,3$$

$$D = 32.103,2 \times \frac{-3.603,5}{72.672,1} + 5.403,5 = \underline{3.830,4}$$

$$T O T A L \dots\dots\dots 83.031,1$$

O Quadro 9.06 a seguir mostra os custos totais rateados para cada categoria de lotes, inclusive com o valor atribuído a terra nua.

Ao custo das inversões foi acrescentada a parcela atribuída a remuneração da Companhia pela execução do projeto, chegando aos seguintes preços de vendas dos lotes:

- . Lotes rurais - R\$ 1.500,00 por hectare
- . Lotes chácaras - R\$ 2.000,00 por hectare
- . Lotes do núcleo urbano - R\$ 6.200,00 por unidade
- . Lotes dos sub núcleos - R\$ 2.500,00 por unidade

Quanto as inversões, embora uma grande parcela seja oriunda de recursos federais do POLAMAZÔNIA, justifica-se sua apropriação aos preços dos lotes visto beneficiar diretamente a colônia. Ademais, caso não houvesse tais fontes teriam que se alocados recursos de fontes próprias do Governo do Estado. Portanto, não se trata de um custo privado.

QUADRO 9.01 - INVERSÕES TOTAIS

Preços constantes - (R\$1.000,00)				
ESPECIFICAÇÃO	1.977	1.978	1.979	TOTAL
<u>1. FIXAS</u>				
.Estudos e Projetos	769,7	-	-	769,7
.Discriminatórias	14,6	256,1	-	270,7
.Topografia	4.052,0	4.052,0	-	8.104,0
.Sistema Viário	3.559,1	11.295,5	3.971,0	18.825,6
.Núcleo Urbano	6.247,9	6.622,3	5.725,6	18.595,8
.Sub Núcleos	-	1.998,4	3.405,1	5.403,5
.Construções Cíveis	1.824,2	4.904,0	1.966,4	8.694,6
.Campo Experimental	-	400,0	560,0	960,0
.Equipamentos	265,0	1.855,0	530,0	2.650,0
.Veículos, embarcações e máquinas rodoviárias	1.213,0	462,0	-	1.675,0
TOTAL (DAS INVERSÕES FIXAS)	17.945,5	31.845,3	16.158,1	65.948,9
<u>2. INVERSÕES FINANCEIRAS</u>				
.Administração do projeto	2.859,4	4.510,3	3.840,6	11.210,3
.Operação e manutenção	-	503,0	4.420,0	4.923,0
.Promoção de vendas	420,0	530,0	-	950,0
TOTAL (DAS INV. FINANCEIRAS)	3.279,4	5.543,3	8.260,6	17.083,3
TOTAL GERAL	21.224,9	37.388,6	24.418,7	83.032,2

Quadro 9.01 A - ESTIMATIVA DE CUSTOS E RECEITAS TOTAIS

ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (R\$1.000,00)	
			UNITÁRIO	TOTAL
I -Rec.Totais				273.363,2
V. de Lotes Rurais	ha	175.104,83	1,5	262.657,8
V. de Lotes Chacaras	ha	3.202,35	2,0	6.405,0
V. de Lotes Nucleo 1/	UD	626,0	6,2	3.881,2
V. de Lotes Subnucleo 1/	UD	168,0	2,5	420,0
II-C. Totais				234.725,6
1.C.efetivos				83.031,0
Lot. Rurais	ha	175.280,00	0,367	64.327,9
Lot. Chacaras	ha	3.200,00	0,833	2.665,5
Lot. Nucleo	UD	1.044,0	11,693	12.207,2
Lot. Subnucleo	UD	840,0	4,560	3.830,4
2.Valor da Terra nua	ha	178.464,2	0,850	151.694,6
Rédito Financeiro		-	-	38.637,6

1/ Somente as previsões de vendas até 1979

QUADRO 9.02 - CUSTO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO

(R\$1.000,00)

ESPECIFICAÇÕES	SALÁRIO MÉDIO	QUANTIDADE EM HOMENS/MÊS							
		1977		1978		1979		TOTAL	
		QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
• Gerente	26,7	12	320,4	12	320,4	12	320,4	36	961,2
• Engenheiro Agrônomo	18,8	8	150,4	12	225,6	12	225,6	32	601,6
• Topógrafo	12,5	24	300,0	16	200,0	16	200,0	56	700,0
• Técnico Agrícola	12,5	8	100,0	30	375,0	30	375,0	68	850,0
• Agente Administrativo	7,0	32	224,0	60	420,0	50	350,0	142	994,0
• Rádio Operador	6,3	12	75,6	12	75,6	12	75,6	36	226,8
• Motorista	5,0	48	240,0	90	450,0	70	350,0	208	1.040,0
• Tratorista	5,8	24	139,2	48	278,4	30	174,0	102	591,6
• Mecânico	6,6	12	79,2	24	158,4	18	118,8	54	356,4
• Sem qualificação	2,6	60	156,0	120	312,0	80	208,0	260	676,0
Sub total	-	240	1.784,8	424	2.815,4	330	2.397,4	994	6.997,6
Encargos Sociais	33,5	-	598,0	-	943,2	-	803,1	-	2.344,3
T O T A L	-	-	2.382,8	-	3.758,6	-	3.200,5	-	9.341,9

QUADRO 9.03 -- ESTIMATIVA DE VENDAS - RECEBIMENTOS ^{1/}

(R\$1.000,00)

RECEBIMENTOS	1978	1979	1980	1981	1982	TOTAL
VENDAS						
<u>ÁREA RURAL</u>						
<u>LOTES RURAIS</u>						
Ano 2 (60%)	110.317	15.759	15.759	15.759		157.594
Ano 3 (40%)	-	73.545	10.506	10.506	10.506	105.063
TOTAL	110.317	89.304	26.265	26.265	10.506	262.657
<u>LOTES CHÁCARAS</u>						
Ano 2 (60%)	2.883	960	-	-	-	3.843
Ano 3 (40%)	-	1.922	640	-	-	2.562
TOTAL	2.883	2.882	640	-	-	6.405
<u>LOTES URBANOS (Núcleo)</u>						
Ano 2 (30%)	970,3	970,3	-	-	-	1.940,6
Ano 3 (30%)	-	970,3	970,3	-	-	1.940,6
TOTAL	970,3	1.940,6	970,3	-	-	3.881,2
<u>LOTES URBANOS (Sub núcleos)</u>						
Ano 2 (60%)	-	-	-	-	-	-
Ano 3 (40%)	-	210	210	-	-	420
TOTAL	-	210	210	-	-	420
TOTAL GERAL	114.170,3	94.336,6	28.085,3	26.265	10.506	273.363,2

1/ Não foram incluídos os acréscimos previstos para as vendas a prazos considerados extra projeto.

QUADRO 9.04 - FONTES E USOS DE RECURSOS

(R\$1.000,00)

USOS DOS RECURSOS	FONTES DE RECURSOS					TOTAL
	POLAMAZÔNIA	GOVERNO DO ESTADO (F. P. E.)	RECURSOS PRÓPRIOS			
			ORÇAMENTÁRIOS	VENDAS DE TER RAS NO ROOSEVELT	VENDAS DE TER RAS NO JUINA	
01. Estudos e Projetos	-	-	769,7	-	-	769,7
02. Discriminatória	-	-	-	270,7	-	270,7
03. Topografia	-	4.000,0	-	-	4.104,0	8.104,0
04. Sistema Viário Rural	13.157,1	-	-	2.580,0	3.088,5	18.825,6
05. Núcleo Urbano	13.308,0	-	-	500,0	4.787,8	18.595,8
06. Sub núcleos	-	-	-	-	5.403,5	5.403,5
07. Construções Cíveis	-	-	-	1.342,0	7.352,6	8.694,6
08. Campo Experimental	-	-	-	-	960,0	960,0
09. Equipamentos	-	-	-	352,0	2.298,0	2.650,0
10. Veículos, Embarcações e Máquinas Rodoviárias	-	-	866,0	462,0	347,0	1.675,0
11. Adm. do Projeto	-	-	3.730,0	3.286,1	4.194,2	11.210,3
12. Operação e manutenção	-	-	-	492,3	4.430,7	4.923,0
13. Promoção de Vendas	-	-	-	420,0	530,0	950,0
T O T A L	26.465,1	4.000,0	5.365,7	9.705,1	37.496,3	83.032,2

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

QUADRO 9.05 - FLUXO DE CAIXA

(R\$1.000,00)

ESPECIFICAÇÕES	1.977	1.978	1.979	TOTAL
I - INVERSÕES FIXAS	17.945,5	31.845,3	16.158,1	65.948,9
01. Estudos e Projetos	769,7	-	-	769,7
02. Discriminatória	14,6	256,1	-	270,7
03. Topografia	4.052,0	4.052,0	-	8.104,0
04. Sistema Viário	3.559,1	11.295,5	3.971,0	18.825,6
05. Núcleo Urbano	6.247,9	6.622,3	5.725,6	18.595,8
06. Sub núcleos	-	1.998,4	3.405,1	5.403,5
07. Construções Cíveis	1.824,2	4.904,0	1.966,4	8.694,6
08. Campo experimental	-	400,0	560,0	960,0
09. Equipamentos	265,0	1.855,0	530,0	2.650,0
10. Veículos, Embarcações e Máquinas Rodoviárias	1.213,0	462,0	-	1.675,0
II - INVERSÕES FINANCEIRAS	3.279,4	5.543,3	8.260,6	17.083,3
11. Administração do projeto	2.859,4	4.510,3	3.840,6	11.210,3
12. Operação e manutenção	-	503,0	4.420,0	4.923,0
13. Promoção de vendas	420,0	530,0	-	950,0
III - TOTAIS DAS SAÍDAS (I+II)	21.224,9	37.388,6	24.418,7	83.032,2
IV - MOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS				
1. POLAMAZÔNIA	7.603,1	14.920,4	3.941,6	26.465,1
2. Gov. do Estado (FPE.)	4.000,0	-	-	4.000,0
3. Recursos Próprios				
a- Orçamentário	4.135,7	1.230,0	-	5.365,7
b- Venda de Terras no Roosevelt	5.486,1	4.219,0	-	9.705,1
c- Venda de Terras no Juína 1/	-	114.028,3	94.336,6	208.364,9
V - TOTAL DAS ENTRADAS	21.224,9	134.397,7	98.278,2	253.900,8
VI - SALDO DISPONÍVEL (V-III)	-	97.009,1	73.859,5	170.868,6

1/ Exclusivas parcelas relativas ao 4º, 5º e 6º ano, no total de R\$64.856,6mil

QUADRO 9.06 - RATEIO DAS INVERSÕES DO PROJETO POR CATEGORIA
DE LOTES

ESPECIFICAÇÃO	LOTES RURAIS "A"	CHÁCARAS "B"	ÁREA URBANA		TOTAL
			NÚCLEO "C"	SUB NÚCLEO "D"	
INVERSÕES DIRETAS	R\$1,00				
Sistema Viário Rural	17.241,9	1.583,7	-	-	18.825,6
Topografia	7.889,0	215,0	-	-	8.104,0
Núcleo Urbano	-	-	18.595,8	-	18.595,8
Sub Núcleos	-	-	-	5.403,5	5.403,5
TOTAL DAS INVERSÕES DIRETAS	25.130,9	1.798,7	18.595,8	5.403,5	50.928,9
INVERSÕES COMUNS	-	-	-	-	32.103,2
INVERSÕES TOTAIS RATEADA	64.327,9	2.665,5	12.207,3	3.830,4	83.031,1
VALOR DA TERRA NUA ^{1/}	148.839,1	2.722,0	91,0	42,5	151.694,6
TOTAL GERAL	213.167,0	5.387,5	12.298,3	3.872,9	234.725,7

^{1/} Custo imputado - @R\$850,00 p/ha

CAPÍTULO X

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma de execução do projeto, compreende um período de 3 (três) anos, tanto para a execução física como financeira. O cronograma físico se refere a um período efetivo de 3 anos, distribuídos em ano 1, 2 e 3 conforme o quadro 10.01, enquanto o cronograma financeiro, se prende a definição dos anos 1.977 - 1.978 - 1.979, respectivamente, visto que os recursos foram alocados nos exercícios financeiros correspondentes a cada ano civil. (Quadro 10.02).

QUADRO 10.01 - CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

E S P E C I F I C A Ç Ã O	UNIDADE	A N O S			TOTAL
		ANO 1	ANO 2	ANO 3	
1. Estudos e Projetos	%	100	-	-	100
2. Discriminatória	%	5	95	-	100
3. Topografia	km	2.026	1.494	-	3.520
4. Estradas Rurais	km	80	11,35	-	91,35
5. Caminhos Vicinais	km	-	334,27	127,48	461,75
6. <u>Núcleo Urbano</u>					
.Sistema Viário e Loteamento	%	34	33	33	100
.Abastecimento d'água	%	32	28	40	100
.Energia Elétrica	%	38	26	36	100
.Esgoto Sanitário	%	-	40	60	100
7. Sub-núcleo	%	-	37	63	100
8. <u>Construções Cíveis</u>					
.Complexo Administrativo	ud	1	-	-	1
.Escola de 1º grau de 1 a 8	ud	-	1	-	1
.Escola de 1º grau de 1 a 4	ud	-	3	2	5
.Hospital	ud	1/3	2/3	-	1
.Posto de Saúde	ud	-	2	3	5
.Unidade de Segurança	ud	-	-	1	1
.Cooperativa	ud	-	1	-	1
.Residência tipo A	ud	-	3	2	5
.Residência tipo B	ud	-	6	12	18
9. Campo Experimental	%	-	42	58	100
10. Compra de Equipamentos	%	10	70	20	100
11. Veículos Emb., Máq. Rodoviárias	%	70	30	-	100

QUADRO 10.02 - CRONOGRAMA FINANCEIRO

(R\$1.000,00)

ESPECIFICAÇÃO	1.977	1.978	1.979	TOTAL
01. Estudos e Projetos	769,7	-	-	769,7
02. Discriminatória	14,6	256,1	-	270,7
03. Topografia	4.052,0	4.052,0	-	8.104,0
04. Sistema Viário Rural	3.559,1	11.295,5	3.971,0	18.825,6
05. Núcleo Urbano	6.247,9	6.622,3	5.725,6	18.595,8
06. Sub-núcleos	-	1.998,4	3.405,1	5.403,5
07. Construções Cíveis	1.824,2	4.904,0	1.966,4	8.694,6
08. Campo Experimental	-	400,0	560,0	960,0
09. Equipamentos	265,0	1.855,0	530,0	2.650,0
10. Veículos, Embarcações e Máquinas Rodoviárias	1.213,0	462,0	-	1.675,0
11. Adm. do Projeto	2.859,4	4.510,3	3.840,6	11.210,3
12. Operação e Manutenção	-	503,0	4.420,0	4.923,0
13. Promoção de vendas	420,0	530,0	-	950,0
T O T A L	21.224,9	37.388,6	24.418,7	83.032,2

CAPÍTULO XI
EXECUÇÃO DO PROJETO

1. ESTRUTURA DA EMPRESA

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, criada pelo Decreto 486 de 29.12.67, tem como principais objetivos, a promoção da ocupação produtiva dos espaços vazios do território estadual através de projetos de colonização, implantação de projetos destinados a impulsionar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado; realizar estudos de identificação das potencialidades econômicas do Estado, entre outros constantes do seu estatuto social.

Para o seu funcionamento a CODEMAT tem a seguinte estrutura:

Presidência - que tem a direção geral da empresa e possui como órgãos de assessoramento, o Gabinete, a Assessoria Jurídica e a Auditoria Interna.

Para desenvolvimento das suas atividades fins a Diretoria Técnica tem como executores a Divisão de Colonização, Divisão de Estudos e Projetos, Setor de Desenho, Setor de Titulação e Setor de Atividades Especializadas.

Para atender as atividades meios a Diretoria Administrativa garante o apoio à empresa, através do Grupo de Licitação; Setores: Contábil, Pessoal, Financeiro, de Serviços Auxiliares, de Material e Transporte, e Tesouraria.

Sua organização encontra-se em detalhes no organograma funcional em anexo.

2. ASSINATURA DOS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DOS LOTES

A assinatura dos contratos de Compra e Venda dos lotes estão sob a responsabilidade dos Diretores Presidente e Técnico da CODEMAT, seguidas da assinatura do promitente comprador e testemunhas.

3. ENTIDADES PARTICIPANTES DO PROJETO

A CODEMAT será o órgão executor do Projeto, implantando a infraestrutura urbana e econômica utilizando os recur

tos de convênios com a SUDECO, oriundos do Programa POLAAMA ZÔNIA. O DERMAT encarregar-se-á da abertura e conservação das estradas.

Os projetos específicos de urbanização referentes ao abastecimento de água e energia elétrica terão a participação da SANEMAT e CEMAT respectivamente.

As Secretarias de Educação, Saúde e Segurança participaram na elaboração do projeto e assumirão os encargos de operação e manutenção dos serviços inerentes a suas áreas de atuação, após a conclusão, pela CODEMAT, das obras de construções civis previstas no Projeto.

As atividades de promoção agrícola e adaptação de culturas serão desenvolvidas através de convênios com a CEPLAC, IBC e outros órgãos voltados especificamente para as culturas que serão desenvolvidas na área.

No sistema de financiamento prevê-se a participação do Banco do Brasil e do BASA pois as linhas de crédito preconiza das são as do PROTERRA, seja crédito fundiário, custeio e de investimento, além das perspectivas de créditos especiais do PROCAU e crédito para café.

Além da assistência técnica pela CEPLAC, que é específica à cultura de cacau, a CODEMAT proporcionará ao parceleiro toda a assistência necessária, até que a EMATER assuma gradativamente a tarefa extensionista e a Cooperativa a assistencial. Estas atividades serão desenvolvidas em perfeito entrosamento com os órgãos responsáveis pela pesquisa e experimentação.

A CODEMAT coordenará o programa de armazenagem utilizando o prédio destinado a Cooperativa. Uma suficiente e adequada infraestrutura para o armazenamento será implantada pela CASEMAT, que gradualmente assumirá a responsabilidade deste programa.

Na medida em que se desenvolver o Projeto outros órgãos governamentais e particulares participarão do processo.

A N E X O S

1 - FICHA CADASTRAL DO
MINISTÉRIO DA FAZENDA

ESTADO DE MATO GROSSO		
FICHA DE INSCRIÇÃO CADASTRAL		
 MINISTÉRIO DA FAZENDA	 SECRETARIA DA FAZENDA	
INSCRIÇÃO NO C.G.C.	R.P. - ATIV.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
03474053 / 0001	NL-918	130598755
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL		
COMPANHIA DESENVOLVIMENTO ESTADO MATO GROSSO		
RUA PEDRO CELESTINO		24
CENTRO		78000
ENDEREÇO		
AGD / 76	90403 CUIABA	
EMIÇÃO	MUNICÍPIO	
00034 / 02215		

2 - CERTIDÃO DE INSCRIÇÃO
NA RECEITA FEDERAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM CUIABÁ - MT.
NÚCLEO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO - FISCAIS.

CERTIDÃO
Nº 007/77



CERTIFICO, atendendo solicitação verbal, que a firma "CODEMAT", estabelecida à (rua) Palácio Paigua C.P.A., Bloco da Seplan, nesta Capital, é inscrita no cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob. C.G.C. 03.474.053/0001-32, conforme consta em nosso arquivo.

Do que, para constar e fins de direito eu, ALCIDES CÁCAVO, Funcionário Mat. 101.144 - 8, encarregado do Cadastro, datilografei a presente que assino.

NIEF/DRF/MT. CUIABÁ, em 15/06/77

VISTO DO CHEFE

DRF-1. REGIÃO F.	CUIABÁ MT. 15/06/77
	<i>[Assinatura]</i> Ass. do N.º de Arru. C. do NIEF... de 10078

[Assinatura]
ALCIDES CÁCAVO
ENC. DO C.G.C.
MAT. 101.144-8

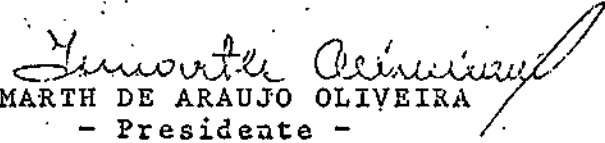
3. CERTIDÃO DA FUNAI

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI
Gabinete do Presidente

032

C E R T I D ã O

Em atendimento ao que solicita a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT., em petição protocolada nesta Fundação em data de 26 de janeiro de 1.978 - Processo nº FUNAI/BSB/429/78, cujos os Departamentos Gerais do Patrimônio Indígena e do Planejamento Comunitário, CERTIFICO não haver conhecimento da existência de aldeamentos indígenas na área da peticionária, localizada no Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso e compreendida pelas seguintes Coordenadas Geográficas: LATITUDE de 11° 15' 50'' S (B) a 11° 44' 12'' S (D) e LONGITUDE de 59° 15' 50'' WGr. (A) a 58° 33' 16'' WGr. (C) não havendo em consequência, restrição à opor à plena utilização da mencionada área pela interessada. A FUNAI NÃO SE RESPONSABILIZA PELOS DADOS FORNECIDOS PELA REQUERENTE SE ESTES NÃO CORRESPONDEREM À REAL LOCALIZAÇÃO DA ÁREA SOBRE A QUAL ESTÁ SENDO EMITIDA ESTA CERTIDÃO, BEM COMO QUANTO A LEGITIMIDADE DO TÍTULO DE PROPRIEDADE APRESENTADO PELA REQUERENTE. Brasília, 22 de junho de 1.978.


ISMARTH DE ARAUJO OLIVEIRA
- Presidente -

4. CERTIDÃO E PORTARIA DA
DISCRIMINATÓRIA, REGIS
TRO DE IMÓVEL E CONVÊ
NIO PARA COLONIZAÇÃO DA
ÁREA.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DA AGRICULTURA
INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO - INTERMAT

Nº _____

Cuiabá - Mt.

CERTIDÃO Nº 352/78

CERTIFICO, em atendimento ao requerimen-
to da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso-
CODEMAT, datado em 15 de junho de 1.978, subscrito por Bento
de Souza Porto - Diretor Presidente; que este Instituto pro-
moveu Discriminatória Administrativa no Município de Aripua-
nã - MT., na área do Projeto Juína, cujos limites são os se-
guintes:

Ao Norte: com terras devolutas, tendo como limite natural o
rio Guarantã e Ribeirão do Encontro;

Ao Sul : com o rio Juína-Mirim margem esquerda e rio "21" ,
margem direita;

Ao Leste: com terras devolutas, rio Vermelho margem esquer-
da estrada rural ER-05 e rio Perdido;

A Oeste: com os rios "21", e Aripuanã, margem direita de
ambos.

Sendo o que me foi requerido, é o que
me cumpre certificar.

Cuiabá-Mt., 15 de junho de 1.978


ANTONIO MOYSÉS NADAS
PRESIDENTE

valor unitário em cruzeiros, para melhor clareza das propostas apresentadas. Assim sendo, foram adjudicados os concorrentes que ofereceram maior preço por lote.

Nada mais havendo a consignar, eu, Antonio de Oliveira, lavrei a presente ATA que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão e com o visto do Presidente da EMATER-MT.

Cuiabá, 10 de junho de 1978

COMISSÃO:

Sebastião Correia da Silva

Raimundo Wilson Neves

Ana Alencar de Barros

Antonio de Oliveira

Visto: Eucário Antunes Queiróz - Pres. da Emater-MT

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/78

Referência: Prestação de Serviços de Vigilância para os Escritórios da EMATER-MT. situados em Campo Grande-MT.

Recurso: EMBRATER/MAG

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso - EMATER-MT., através da Comissão de Licitação designada pelo Presidente da Empresa, conforme Resolução nº 046/78, torna público para conhecimento dos interessados Cadastrados que se acha aberta a Licitação acima referida nos termos das Leis nºs 3.723 de 31 de maio de 1976 e 3.796 de 19 de outubro de 1976 respectivamente, bem como do Decreto nº 904 de 18 de março de 1977.

DA HABILITAÇÃO:

Os Licitantes deverão estar inscritos e devidamente atualizados no Registro Cadastral da Empresa, na "Especialidade" referente a esta Licitação, devendo apresentar no ato da Abertura e Julgamento das Propostas o Certificado de Registro de Fornecedor expedido por esta Empresa, devidamente atualizado.

DA ENTREGA DAS PROPOSTAS:

As Propostas deverão ser entregues até às 8:30 horas do dia 29 de junho de 1978, nas dependências da Assessoria Jurídica (ASSEJUR), desta Empresa, sito à Avenida 15 de Novembro n. 830, Porto, a fim de proceder à Abertura e Julgamento.

Os interessados poderão obter Edital Completo e demais esclarecimentos sobre a presente Licitação, a partir desta data no endereço acima mencionado.

Cuiabá-Mt., 21 de junho de 1978.

NEIDE DA SILVEIRA BORGES GOMES

Presidente da Comissão de Licitação

VISTO: EUCARIO ANTUNES QUEIROZ

CREA 132/D 14a. R - Presidente da EMATER-MT.

3 - 3

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DOS VENCEDORES

Da alienação de Bens Insuscetíveis de Aproveitamento nº 0001/05/78 da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso - EMATER-MT.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso - EMATER-MT., conforme ATA de abertura das propostas à Alienação de bens insuscetíveis de Aproveitamento nº 0001/05/78, torna-se público o resultado dos vencedores conforme relação abaixo:

LOTE Nº 1 - Vencedora - Izabel Rosa Ramos, com lance de Cr\$ 5.550,00 (Cinco mil quinhentos e cinquenta cruzeiros).

LOTE Nº 2 - Vencedor - Arivaldo de Lima, com lance de Cr\$ 5.600,00 (Cinco mil e seiscientos cruzeiros).

LOTE Nº 3 - Vencedor - Celso Mendes Cardoso, com lance de Cr\$ 6.070,00 (Seis mil e setenta cruzeiros).

LOTE Nº 4 - Vencedor - Celso Mendes Cardoso, com lance de Cr\$ 6.150,00 (Seis mil cento e cinquenta cruzeiros).

LOTE Nº 5 - Vencedor - Otávio Nunes Barreto, com lance de Cr\$ 5.750,00 (Cinco mil e setecentos e cinquenta cruzeiros).

LOTE Nº 6 - Vencedor - Wilson Araújo Coutinho,

com lance de Cr\$ 12.120,50 (Doze mil cento e vinte cruzeiros e cinquenta centavos).

LOTE Nº 7 - Vencedor - João Mariano Oliveira, com lance de Cr\$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos cruzeiros).

LOTE Nº 8 - Vencedor - Joel de Souza, com lance de Cr\$ 7.511,00 (Sete mil quinhentos e onze cruzeiros).

LOTE Nº 9 - Vencedor - Erasmo José dos Santos, com lance de Cr\$ 6.337,00 (Seis mil trezentos e trinta e sete cruzeiros).

LOTE Nº 10 - Vencedor - Francisco Pereira de Jesus, com lance de Cr\$ 5.255,00 (Cinco mil duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros).

LOTE Nº 11 - Vencedor - Otávio Nunes Barreto, com lance de Cr\$ 1.100,00 (um mil e cem cruzeiros).

LOTE Nº 12 - Não houve propostas

LOTE Nº 13 - Não houve propostas

LOTE Nº 14 - Não houve propostas

LOTE Nº 15 - Não houve propostas

LOTE Nº 16 - Vencedor - Otávio Nunes Barreto, com lance de Cr\$ 1.100,00 (um mil e cem cruzeiros).

LOTE Nº 17 - Não houve propostas

LOTE Nº 18 - Vencedor - Isler Silveira Leite, com lance de Cr\$ 2.250,00 (Dois mil duzentos e cinquenta cruzeiros).

LOTE Nº 19 - Vencedor - Washington Benigno Fonseca, com lance de Cr\$ 3.980,00 (Tres mil novecentos e oitenta cruzeiros).

LOTE Nº 20 - Vencedor - Washington Benigno Fonseca, com lance de Cr\$ 3.100,00 (Tres mil e cem cruzeiros).

LOTE Nº 21 - Vencedor - Washington Benigno Fonseca, com lance de Cr\$ 4.685,00 (Quatro mil seiscentos e oitenta e cinco cruzeiros).

Nada mais havendo a consignar, eu, ANTONIO DE OLIVEIRA, lavrei a presente publicação que vai assinada por mim e pelos demais membros da comissão e com visto do Presidente da EMATER-MT.

Cuiabá, 10 de junho de 1978

COMISSÃO:

Sebastião Correia da Silva

Raimundo Wilson Neves

Ana Alencar de Barros

Antonio de Oliveira

VISTO:

Eucário A. Queiróz - Presidente da EMATER-MT.

INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO - INTERMAT

PORTARIA Nº 007/78

O Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei 3.922 de 20 de setembro de 1.977, artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 1.260 de 14 de fevereiro de 1.978.

Considerando, a faculdade prevista nos artigos 27 e 28 da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1.976.

Considerando, a inexistência de domínio particular apurada através de pesquisa nos Cartórios do 2º e 6º Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, sobre a área denominada "Projeto Juína - 1ª Fase", com 248.239,50 ha (duzentos e quarenta e oito mil duzentos e trinta e nove hectares e cinco mil metros quadrados) localizada no Município de Aripuanã neste Estado.

Considerando, que sobre o referido imóvel não há contestação ou reclamação administrativa promovida por terceiros, quanto ao domínio e posse, consoante certidões expedidas pela Delegacia Estadual do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - I.B.D.F.; Instituto Nacional de Celo

nização e Reforma Agrária - INCRA e Serviço de Patrimônio da União - S.P.U.

Considerando, especialmente, a proposição apresentada pelo Senhor Presidente da Comissão Especial de Discriminação de Terras Devolutas do Estado de Mato Grosso, conforme Processo protocolado neste Instituto sob ficha 283 - entrada 319;

RESOLVE:

I - Arrecadar, como terra devoluta, incorporando-a ao patrimônio do Estado de Mato Grosso a área de 248.239,50 ha (duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e nove hectares e cinco mil metros quadrados), com a denominação de "Projeto Juína - 1ª Fase", localizada no Município de Aripuanã, neste Estado, jurisdicionada à 3ª Circunscrição Judiciária do Cartório do Sexto (6º) Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Cuiabá-MT, cujo imóvel tem as seguintes características e confrontações:

— Norte: com terras devolutas, tendo como limite natural o rio Guarantã e ribeirão do Encontro.

— Sul: com rio Juína-Mirim margem esquerda e rio "21" margem direita.

— Leste: com terras devolutas, rio Vermelho margem esquerda estrada rural BR-05, e rio Perdido.

— Oeste: com os rios "21" e Aripuanã, margem direita de ambos.

CAMINHAMENTO:

Escolheu-se a 1ª estação junto a ponte de cruzamento da rodovia - AR-1 com o rio "21", aí a 20m da margem direita deste e da margem esquerda da-quele, sentido Vilhena - Fontanillas, cravou-se o MP-I. Partindo deste sentido rio abaixo com o R.M. de 5º 00' NW, distante 4.460,00 m, limitando com a margem direita do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-II; seguindo com o R.M. de 26º 10' NE, distante 5.600,00 m, limitando com a margem direita do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-III; seguindo com o R.M. de 25º 55' NW, distante 7.510,00 m, limitando com a margem direita do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-IV; seguindo com o R.M. de 4º 00' NW, distante 4.370,00m, limitando com a margem direita do rio, a 20 m desta na confluência de um córrego cravou-se o MP-V; seguindo com o R.M. de 48º 30' NW, distante 3.000,00 m, na confluência do rio "21" com o Aripuanã a 20 m da margem direita de ambos cravou-se o MP-VI; descendo o rio Aripuanã com o R.M. de 31º 45' NE distante 3.200 m, limitando com a margem direita do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-VII; seguindo com o R.M. de 39º 00' NW, distante 2.850,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-VIII; seguindo com o R.M. de 32º 05' NE distante 9.700,00 m, na confluência dos rios Cinta Larga com o Aripuanã e 20 m da margem direita de ambos cravou-se o MP-IX; seguindo rio Aripuanã abaixo, com o R.M. de 6º 25' NE, distante 6.250,00 m, limitando com a margem direita desta e a 20 m desta cravou-se o MP-X; seguindo com o R.M. de 44º 00' NE, distante 2.550,00 m, limitando pela margem direita do rio e a 20 m cravou-se o MP-XI; seguindo com o R.M. de 6º 30' NW, dis-

tante 2.190,00 m, limitando com a margem direita do rio a 20 m desta cravou-se o MP-XII; seguindo com o R.M. de 32º 00' NW, distante 5.640,00 m, na confluência dos rios Guarantã com o rio Aripuanã e 20 m da margem direita de ambos cravou-se o MP-XIII; subindo o rio Guarantã com o R.M. de 55º 35' NE, distante 6.860,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XIV; seguindo com o R.M. de 76º 25' SE, distante 10.950,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XV; seguindo por uma linha seca com o R.M. de 38 30' SE, distante 3.450,00 m, limitando com terras devolutas cravou-se o MP-XVI; seguindo por uma linha seca com o R.M. de 61º 00' NE, distante 9.175,00m, limitando com terras devolutas e a 20m da margem direita do ribeirão do Encontro cravou-se o MP-XVII; descendo o ribeirão do Encontro com o R.M. 39º 00' SE, distante 3.420,00 m, limitando com a margem direita do ribeirão e a 20 m desta cravou-se o MP-XVIII; seguindo com o R.M. de 85º 30' SE, distante 6.450,00 m, limitando com a margem esquerda do ribeirão e 20 m desta cravou-se o MP-XIX; seguindo por uma linha seca com o R.M. de 3º 30' SW, distante 2.600,00 m, limitando com terras devolutas cravou-se o MP-XX; seguindo por uma linha seca com o R.M. 42º 00' SE, distante 3.020,00 m, limitando com terras devolutas e a 20 m da margem esquerda de um afluente do rio Vermelho cravou-se o MP-XXI; descendo este afluente com o R.M. de 46º 30' NE, distante 2.950,00 m, na confluência deste com o rio Vermelho cravou-se o MP-XXII; subindo o rio Vermelho, com o R.M. de 4º 00' SW, distante 6.350,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m da ponte de cruzamento deste com a estrada rural ER-05 cravou-se o MP-XXIII; seguindo com o R.M. de 35º 30' SW, distante 10.100,00 m, limitando com terras devolutas de domínio da estrada rural ER-05 e a 15 m do eixo desta cravou-se o MP-XXIV; seguindo com o R.M. de 26º 00' SE, distante 9.160,00 m, limitando com terras devolutas de domínio da estrada e a 15 m, do eixo desta cravou-se o MP-XXV; seguindo com o R.M. de 47º 00' NE, distante 1.400,00 m, limitando por terras devolutas cravou-se o MP-XXVI; seguindo com o R.M. de 43º 00' SE, distante 7.260,00 m, limitando com terras devolutas e a 20 m da ponte de cruzamento da rodovia AR-1 com o rio Perdido cravou-se o MP-XXVII; descendo o rio Perdido com o R.M. de 4º 30' SW, distante 4.800,00 m, limitando com a margem direita do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XXVIII; seguindo por uma linha seca com o R.M. de 11º 08' SW, distante 4.095,00 m, limitando com terras devolutas e a 15 m do eixo da estrada rural ER-04 cravou-se o MP-XXIX; seguindo por uma linha seca com o R.M. de 24º 50' SW, distante 3.256,00 m, limitando com terras devolutas e a 20 m da margem direita de um afluente do rio Juína - Mirim cravou-se o MP-XXX; seguindo com o R.M. 9º 00' SE, distante 3.450,00 m, na confluência do Juína-Mirim com um de seus afluentes e a 20 m da margem esquerda de ambos cravou-se o MP-XXXI; seguindo o rio Juína-Mirim acima com o R.M. de 78º 00' SW distante 3.360,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XXXII; seguindo com o R.M. de

58° 30' NW, distante 5.130,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XXXIII; seguindo com o R.M. de 79° 00' SW, distante 7.350, m, na confluência dos rios Juina-Mirim com o Juininha, margem esquerda de ambos cravou-se o MP-XXXIV; seguindo com R.M. de 39° 30' SW, distante 3.780,00 m, limitando com a margem direita do rio cravou-se o MP-XXXV; seguindo com o R.M. de 77° 45' NW, distante 8.960,00 m, na confluência do rio Juina-Mirim com o um de seus afluentes, margem esquerda de ambos cravou-se o MP-XXXVI; seguindo o rio Juina-Mirim acima com o R.M. de 55° 30' SW, distante 4.900,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XXXVII; seguindo com o R.M. de 13° 00' SW, distante 10.700,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XXXVIII; seguindo por uma linha seca com o R.M. de 88° 00' NW, limitando com terras devolutas, distante 8.030,00 m e 20 m da margem direita do rio "21" cravou-se o MP-XXXIX; descendo o rio "21" com o R.M. de 62° 00' NW, distante 5.550,00 m, limitando com a margem direita do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XL; seguindo com o R.M. de 64° 15' NW, distante 12.280,00 m, limitando com a margem direita do rio encontrou-se o MP-I, ponto de partida do caminhamento.

II - Determinar à Procuradoria Jurídica deste Instituto, a adoção das medidas subsequentes, com vistas à matrícula da aludida área em nome do Estado de Mato Grosso, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cuiabá-MT, sexto (6º) Ofício - 3ª Circunscrição, que jurisdiciona o mencionado Imóvel.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cuiabá-Mt., 13 de junho de 1.978

ANTONIO MOYSÉS NADAF
PRESIDENTE

Tribunal de Contas

PORTARIA N.º 158/78

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo n. 1.446/78.

RESOLVE:

Conceder a JOSE AUGUSTO LEITE NETO, funcionário deste Tribunal, 60 (sessenta) dias de Licença Especial, relativa ao quinquênio de 03.04.73 a 02.04.78, de acordo com o Artigo 120 da Lei n. 1.638, de 28.10.61, a partir do dia 09 do corrente mês.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 08 de junho de 1978.

HELIO JACOB — Conselheiro Presidente

PORTARIA N.º 159/78

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo n. 1.437/78.

RESOLVE:

Conceder a ODENIR LUIZ DE CARVALHO, Diarista deste Tribunal, 30 (trinta) dias de férias regulamentares relativas ao exercício de 1975, a partir do dia 1º de julho do corrente ano.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.
Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 08 de junho de 1978.
HELIO JACOB — Conselheiro Presidente

PORTARIA N.º 160/78

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria n. 118/78, de 20.04.78, que determinou que a partir do mês de maio, do corrente ano, a elaboração das Folhas de pagamento de pessoal e o seu recebimento fossem da responsabilidade da Diretoria do Departamento Administrativo.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 08 de junho de 1978.

HELIO JACOB — Conselheiro Presidente

PORTARIA N.º 161/78

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o Diarista PAULO ROBERTO POMMOT MAIA, para exercer as funções de Operador de Máquinas — Padrão — CC-06, a partir de 08 de junho do corrente ano.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 08 de junho de 1978.

HELIO JACOB — Conselheiro Presidente

PORTARIA N.º 162/78

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Dispensar, o Mirim BENEDITO NUNES MOTA, das funções de Diarista deste Tribunal, a partir do dia 01 de junho do corrente ano.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 09 de junho de 1978.

HELIO JACOB — Conselheiro Presidente

PORTARIA N.º 163/78

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo n. 1.465/78,

RESOLVE:

Conceder a TERESINHA DE ARRUDA PEREIRA, servidora deste Tribunal, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, de acordo com o Artigo 101 da Lei n. 1.638, de 28.10.61, conforme Atestado Médico apresentado, a partir do dia 03.06.78.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 09 de junho de 1978.

HELIO JACOB — Conselheiro Presidente

PORTARIA N.º 164/78

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Admitir como estagiário neste Tribunal, EURÍPEDES MELHORANÇA, Técnico em Contabilidade, com a remuneração mensal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), a contar do dia 1º de junho do corrente ano.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 14 de junho de 1978.

HELIO JACOB — Conselheiro Presidente

PORTARIA N.º 165/78

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o servidor ROSINO MARQUES DE MORAIS FILHO, funcionário deste Tribunal, para exercer as funções de Diretor da Divisão de Pessoal, Padrão — CC-04, durante

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL



COMARCA DE CUIABÁ — ESTADO DE MATO GROSSO

6.º OFÍCIO

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

3.ª CIRCUNSCRIÇÃO

(Município de Chapada dos Guimarães e Aripuanã)

Cartório do Sexto Ofício

Rua Pedro Celestino, 180 — Fone 2025

Joaquim Francisco de Assis

Oficial do Registro de Imóveis

Joani Maria de Assis

Substituta

LIVRO Nº 2-C

MATRICULA: 3352

DATA: 03-07-78

IMÓVEL: Uma área de terra rural, com a superfície de 248.239,50 Has. (Duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e nove hectares e cinco mil metros quadrados), com a denominação de "PROJETO JUÍNA- 1ª FASE", localizada no Município de Aripuanã, neste Estado, com as seguintes características e confrontações:- Norte: com terras devolutas, tendo como limite natural o rio Guarantã e ribeirão do Encontro. Sul: com Rio Juína- Mirim margem esquerda e rio "21" margem direita. Leste: com terras devolutas, rio Vermelho margem esquerda estrada rural BR-05, e rio Perdido. Oeste: com os rios "21" e Aripuanã, margem direita de ambos. CAMINHAMENTO: Escolheu-se a 1ª estação junto a ponte de cruzamento da rodovia -AR 1 com o rio "21", aí a 20m da margem direita deste e da margem esquerda daquele, sentido Vilhena - Fontaíllas, cravou-se o MP-I. Partindo deste sentido rio abaixo com o R.M. de 5º00'NW, distante 4.460,00 m, limitando com a margem direita do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-II; seguindo com o R.M. de 26º10'NE, distante 5.600,00 m, limitando com a margem direita do rio e a 20 m, desta cravou-se o MP-III; seguindo com o R.M. de 25º55'NW, distante 7.510,00 m, limitando com a margem direita do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-IV; seguindo com o R.M. de 4º00'NW, distante 4.370,00m, limitando com a margem direita do rio, a 20 m desta na confluência de um córrego cravou-se o MP-V; seguindo com o R.M. de 48º30'NW, distante 3.000,00 m, na confluência do rio "21" com o Aripuanã a 20 m da margem direita de ambos cravou-se o MP-VI; descendo o rio Aripuanã com o R.M. de 31º45'NE distante 3.080 m, limitando com a margem direita do rio e a 20 m, desta cravou-se o MP-VII; seguindo com o R.M. de 39º00'NW, distante 2.850,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-VIII; seguindo com o R.M. de 32º05'NE distante 9.700,00 m, na confluência dos rios Cinta Larga com o Aripuanã e 20 m da margem direita de ambos cravou-se o MP-IX; seguindo rio Arápu

abaixo, com o R.M. de 6225'NE, distante 6.250,00 m, limitando com a margem direita desta e a 20 m desta cravou-se o MP-X; seguindo com o R.M. de 44200'NE, distante 2.550,00m, limitando pela margem direita do rio e a 20 m, cravou-se o MP-XI; seguindo com o R.M. de 6230'NW, distante 2.190,00 m, limitando com a margem direita do rio a 20 m desta cravou-se o MP-XII; seguindo com o R.M. de 32200'NW distante 5.040,00 m, na confluência dos rios Guarantã com o rio Aripuanã e 20 m da margem direita de ambos cravou-se o MP-XIII; subindo o rio Guarantã com o R.M. de 55235'NE distante 6.860,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XIV; seguindo com o R.M. de 76225'SE, distante 10.950,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XV; seguindo por uma linha seca com o R.M. de 38 30'SE, distante 3.450,00 m, limitando com terras devolutas cravou-se o MP-XVI; seguindo por uma linha seca com o R.M. de 61200'NE, distante 9.175,00 m, limitando com terras devolutas e a 20 m da margem direita do ribeirão do Encontro cravou-se o MP-XVII; descendo o ribeirão do Encontro com o R.M. 39200'SE, distante 3.420,00 m, limitando com a margem direita do ribeirão e a 20 m desta cravou-se o MP-XVIII; seguindo com o R.M. de 85230'SE, distante 6.450,00 m, limitando com a margem esquerda do ribeirão e 20 m desta cravou-se o MP-XIX; seguindo por uma linha seca com o R.M. de 3230'SW, distante 2.600,00m, limitando com terras devolutas cravou-se o MP-XX; seguindo por uma linha seca com o R.M. 42200'SE, distante 3.020,00 m, limitando com terras devolutas e a 20 m da margem esquerda de um afluente do rio Vermelho cravou-se o MP-XXI; descendo este afluente com o R.M. de 46230'NE, distante 2.950,00 m na confluência deste com o rio Vermelho cravou-se o MP-XXII; subindo o rio Vermelho, com o R.M. de 4200'SW, distante 6.350,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20m da ponte de cruzamento deste com a estrada rural ER-05 cravou-se o MP-XXIII; seguindo com o R.M. de 35230'SW, distante 10.100,00 m, limitando com terras devolutas de domínio da estrada rural ER-05 e a 15 m do eixo desta cravou-se o MP-XXIV; seguindo com o R.M. de 26200'SE, distante 9.160,00 m, limitando com terras devolutas de domínio da estrada e a 15 m do eixo desta cravou-se o MP-XXV; seguindo com o R.M. de 47200'NE, distante 1.400,00 m, limitando por terras devolutas cravou-se o MP-XXVI; seguindo com o R.M. de 43200'SE, distante 7.260,00 m, limitando com terras devolutas e a 20 m da ponte de cruzamento da rodovia AR-1 com o rio Perdido cravou-se o MP-XXVII; descendo o rio Perdido com o R.M. de 4230'SW distante 4.800,00 m, limitando com a margem direita do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XXVIII; seguindo por uma linha seca com o R.M. de 11208'SW, distante 4.095,00 m, limitando com terras devolutas e a 15 m do eixo da estrada rural ER-04 cravou-se o MP-XXIX; seguindo por uma linha seca com o R.M. de 24250'SW, distante 3.256,00 m, limitando com terras devolutas e a 20 m da margem direita de um afluente do rio Juina-Mirim cravou-se o MP-XXX; seguindo com o R.M. 9200'SE, distante 3.450,00 m, na confluência do Juina-Mirim com um de seus afluentes e a 20 m da margem esquerda de ambos cravou-se o MP-XXXI; seguindo o rio Juina-Mirim acima com o R.M. de 78200'SW distante 3.360,00 m, limitando com a margem esquerda do rio-

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL



COMARCA DE CUIABÁ — ESTADO DE MATO GROSSO

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

3.ª CIRCUNSCRIÇÃO

(Município de Chapada dos Guimarães e Aripuanã)

Cartório do Sexto Ofício

Rua Pedro Celestino, 180. — Fone 2025

Joaquim Francisco de Assis

Oficial do Registro de Imóveis

Joani Maria de Assis

Substituto

Cont. 3352

do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XXXII; seguindo com o R.M. de 580'30"NW, distante 5.130,00m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XXXIII; seguindo com o R.M. de 79200'SW, distante 7.350 m, na confluência dos rios Juina-Mirim com o Juininha, margem esquerda de ambos cravou-se o MP-XXXIV; seguindo com R.M. de 39230'SW, distante 3.780,00 m, limitando com a margem direita do rio cravou-se o MP-XXXV; seguindo com o R.M. de 77245'NW, distante 8.960,00 m, na confluência do rio Juina-Mirim com o um de seus afluentes margem esquerda de ambos cravou-se o MP-XXXVI; seguindo o rio Juina-Mirim acima com o R.M. de 55230'SW, distante 4.900,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XXXVII; seguindo com o R.M. de 13200'SW, distante 10.700,00 m, limitando com a margem esquerda do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XXXVIII; seguindo por uma linha seca com o R.M. de 88200'NW, limitando com terras devolutas, distante 8.030,00m e 20 m da margem direita do rio "21" cravou-se o MP-XXXIX; descendo o rio "21" com o R.M. de 62200'NW, distante 5.550,00 m, limitando com a margem direita do rio e a 20 m desta cravou-se o MP-XL; seguindo com o R.M. de 64215'NW, distante 12.280,00 m, limitando com a margem direita do rio encontrou-se o MP-I, ponto de partida do caminhamento. — ADQUIRENTE: O ESTADO DE MATO GROSSO. — FORMA DO TÍTULO: Portaria de Arrecadação Nº 007/78 do Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso-INTERMAT no uso das atribuições conferidas pelo artigo 52 da Lei 3.922 de 20 de setembro de 1.977, artigos 32, 62 e 72 do Decreto 1.260 de 14 de fevereiro de 1.978 e pela faculdade prevista nos artigos 27 e 28 da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1.976, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 23-06-78. — Cuiabá, 03 de Julho de 1.978. — Eu *Joani*

Joani de Assis
far e conferi.

Oficial que fez datilografar
Joaquim Francisco de Assis
FONE 20-25
SUBSTITUTO
Mariloo do F.

CONVENIO QUE ENTRE SI FAZEM E CELEBRAM
A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTA
DO DE MATO GROSSO - CODEMAT E O INSTI-
TUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO - INTER-
MAT, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA
DA AGRICULTURA E A SECRETARIA DE PLANE
JAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPLAN ,
DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Vnt

Aos 06 dias do mes de julho do ano de hum mil
novecentos e setenta e oito (1978), o Estado de Mato Grosso, aqui
representado pelo seu Governador, Doutor JOSÉ GARCIA NETO, a Com-
panhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, so-
ciedade de economia mista, inscrita no C.G.C. sob o nº
03.474.053/0001-32, sediada no Bloco da SEPLAN no CPA, nesta cida-
de, doravante designada CODEMAT, aqui representada por seu Dire-
tor Presidente, na pessoa do Dr. TITO ALVES DE CAMPOS, e o Insti-
tuto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT, sediado à Rua Batista
das Neves, nº 442, nesta cidade, daqui por diante designado sim-
plesmente INTERMAT, neste ato representado por seu Presidente, Dr.
ANTONIO MOYSÉS NADAF, com interveniência da Secretaria da Agricul-
tura e Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, do
Estado de Mato Grosso, representadas por seus titulares, Dr.
MAÇAO TADANO e Dr. CARLOS GENTILUOMO, respectivamente, resolvem
celebrar o presente convenio, visando a elaboração e execução de
Colonização do "Projeto Juina - 1ª Fase", de dominio do Governo
do Estado de Mato Grosso, devidamente transcrita no Registro Ge-
ral de Imóveis do 6º Ofício, terceira Circunscrição no Livro nº..
2-C, matricula 3352 em 03 de julho de 1978, mediante as cláusulas
e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O Instituto de Terras de Mato Grosso - INTER-
MAT, responsável pelo controle das terras devolutas do Estado de
Mato Grosso, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato
Grosso e o Governo do Estado de Mato Grosso firmam o presente Con-
vênio para elaboração e execução do Projeto de Colonização denomi-
nado JUINA - 1ª Fase, município de Aripuanã-MT, na área de

Assinatura

30

248.239,50 ha, discriminada conforme Portaria nº 007/78 do INTERMAT, registrada no Livro nº 2-C, matrícula 3352 de 03/07/78 do Cartório do 6º Ofício.

CLÁUSULA SEGUNDA

Cabe à CODEMAT

- a) - elaborar o Projeto de Colonização, submetê-lo à aprovação do INTERMAT e do INCRA;
- b) - implantar obras de infra estrutura, serviços topográficos, cadastramentos, seleções e assentamentos de colonos, dentro das normas e critérios em vigor;
- c) - administrar a implantação do Projeto;
- d) - preparar todos os processos de titulação, dentro das normas legais em vigor, a fim de serem encaminhados ao INTERMAT para formalização da titulação;
- e) - firmar compromissos com terceiros, necessários à execução dos objetivos do presente convênio.
- f) arrecadar e recolher ao Tesouro do Estado os recursos provenientes das vendas das terras.

CLÁUSULA TERCEIRA

Compete ao Governo do Estado

- a) - através do INTERMAT, fiscalizar a execução do Projeto, assim como analisar os processos de titulação da CODEMAT, encaminhando-os ao Governador para assinatura dos títulos definitivos;
- b) autorizar a liberação dos recursos, de acordo com as necessidades do Projeto, segundo as fontes definidas no seu cronograma de inversões.

CLÁUSULA QUARTA

O prazo deste Convênio será de 3 (três) anos, a partir da assinatura e publicação do mesmo, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, a critério das partes convenientes.

CLÁUSULA QUINTA

As dúvidas que por acaso surgirem a respei-

30

to deste Convênio serão resolvidas pelos Secretários de Planejamento e Coordenação Geral e da Agricultura, tendo como perito de sempatador o Governo do Estado.

E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 06 (seis) vias de igual teor, na presença dos intervenientes e testemunhas abaixo.

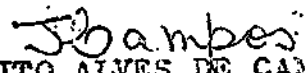
Cuiabá, 06 de julho de 1978

CONVENIENTES :

INTERMAT


ANTONIO MOYSÉS NADER
Presidente
CIC nº 002133571

CODEMAT


TITO ALVES DE CAMPOS
Diretor Presidente
CIC nº 021654651

INTERVENIENTES :

SECRETARIA DA AGRICULTURA

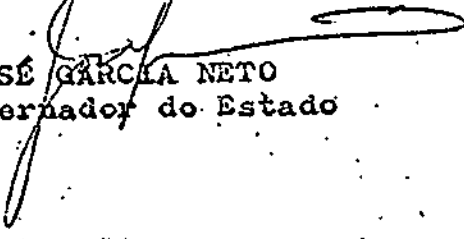
MAÇAO TADANO
Secretário
CIC nº 001 715 721

SEPLAN


CARLOS GENTILUOMO
Secretário

CIC nº 001 95 63 41/87

HOMOLOGO


JOSÉ GARCIA NETO
Governador do Estado

TESTEMUNHAS : 1. _____

2. _____

5. CERTIFICADO DE REGISTRO
DE EMPRESA DE COLONIZA
ÇÃO PARTICULAR.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES
DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICADO DE REGISTRO
DE
EMPRESA DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICO QUE COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COM SEDE Avenida Getulio Vargas, 1208 - Cuiabá - Estado de Mato Grosso
OBTVE REGISTRO, COMO EMPRESA COLONIZADORA, NO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, SOB O N.º 23, DE ACÓRDO COM A AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PELA PORTARIA N.º 683 DE 13.04.1972 DO PRESIDENTE DA MESMA AUTARQUIA, CONFORME CONSTA DOS AUTOS DO PROCESSO INCRÁ 866/72 E EM CONSONÂNCIA COM O ARTIGO 82, DO DECRETO N.º 59.428, DE 23/11/65, E INSTRUÇÃO IBRA/13, DE 13/3/67.

Rio de Janeiro, 19 DE Abril

Helio Sbrana de Azevedo

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES

Rita de Cassia

CHEFE DA DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

DE 1972

INSTR. 683

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

6. LEI Nº 3307 DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1972.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE 26/12/72

ANEXO I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI Nº 3307 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1972

RESERVA E TRANSFERE À CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, terras devolutas no município de Aripuanã e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Ficam reservadas à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso-CODEMAT, as terras devolutas situadas no município de Aripuanã, excluídas as que formam o Parque Indígena do Aripuanã, criado pelo Decreto Federal nº 64.860, de 23 de julho de 1969 e os aldeamentos permanentes de índios, acaso existentes.

Artigo 2º - As terras reservadas e transferidas à CODEMAT, observadas as normas da legislação federal específica, serão destinadas:

- I - a fundação de colônias agrícolas;
- II - à alienação para Companhias de Colonização para fins exclusivos de colonização;
- III - à alienação para implantação de projetos agro-pecuários ou industriais aprovados pela SUDAM e financiados por incentivos fiscais.

Artigo 3º - O preço de alienação das terras nos casos previstos nos incisos II e III do artigo anterior nunca será inferior a R\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros) por hectare.

Artigo 4º - O produto da alienação das terras será aplicado:

I - de 10 (dez) a 20 (vinte) por cento na im-
plantação de obras de infraestrutura no município de Aripuanã, po-
dendo a aplicação ser feita mediante Convênio com a Prefeitura -
Municipal;

II - de 80 (oitenta) a 90 (noventa) por cento -
na implantação do CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, na Capital do
Estado, até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), e o
restante em outros projetos específicos do Governo Estadual.

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo autorizado
a alienar inicialmente, uma área de 2.000.000 (dois milhões) de
hectares, para os fins previstos nesta lei.

Artigo 6º - As licitações para alienação das
terras de que trata esta lei, serão realizadas sempre nos dias
15 e 30 de cada mês.

Artigo 7º - Fica o Poder Executivo autorizado
a baixar, mediante Decreto, normas reguladoras da presente Lei.

Artigo 8º - Esta lei entrará em vigor na data
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, em Cuiabá, 18 de dezembro-
de 1972, 151ª da Independência e 84ª da República.

JOSE M.F. FRAGELLI
SALOMÃO FRANCISCO AMARAL
SEBASTIÃO AROLD KASTRUP
PAULO COELHO MACHADO
ERNESTO VARGAS BAPTISTA
OCTÁVIO DE OLIVEIRA
JOÃO AUGUSTO CORRÊA DE ALMEIDA
GASTÃO NUNES DA CUNHA, Gen.
JOAQUIM ALFREDO SOARES VIANNA.

7. LEI Nº 3.744 DE 10 DE
JUNHO DE 1.976.



DIÁRIO OFICIAL

Do Estado de Mato Grosso

ANO LXXXIII — CUIABÁ —

SEXTA FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1976.

Nº 17.103

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 3.743 DE 38 DE JUNHO DE 1976

Cria o Distrito de Vila Rica, no Município de Vicentina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO: Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º — Fica criado o Distrito de Vila Rica, com sede no núcleo populacional do mesmo nome no Município de Vicentina.

Artigo 2º — O Distrito de Vila Rica, terá os seguintes limites: partindo do córrego Oculto em linha reta pela Linha Carajá, até encontrar o travessão dos Dois Bolichos, divisa do Município de Jateí, e, seguindo por esta em linha reta até encontrar o Córrego do Formoso, divisa com o Município de Caarapó que, seguindo esta linha, vai encontrar o ponto de partida.

Artigo 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Palaguás, em Cuiabá, 08 de junho de 1976, 155º da Independência e 88º da República.

JOSÉ GARCIA NETO

DAVID BALANTIUC

FRANCISCO ANTUNES DA SILVA

CARLOS JOSE AVELINO DE SOUZA VIEIRA

EDWARD REIS COSTA

OCTAVIO DE OLIVEIRA

BENTO SOUZA PORTO

JOSÉ FERREIRA DE FREITAS

ANTONIO ALVES DUARTE

FREDERICO CARLOS SOARES CAMPOS

EDMUNDO DA SILVA TAQUES

MAÇAO TADANO

LOUREMBERG RIBEIRO NUNES ROCHA

ALOYSIO MADEIRA EVORA

LEI Nº 3.744 DE 10 DE JUNHO DE 1976

Altera a Lei nº 3.307, de 18 de dezembro de 1972, que reservou terras devolutas no Município de Aripuanã à CODEMAT, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO: Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º — As terras devolutas, situadas no Município de Aripuanã, excluídas as que formam o Parque Indígena do Aripuanã e os aldeamentos permanentes de índios, se existentes, reservadas à CODEMAT — Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, pela Lei nº 3.307, de 18 de dezembro de 1972, são destinadas à colonização e alienação.

Artigo 2º — A colonização, a cargo da CODEMAT, efetuar-se-á de acordo com as disposições do Decreto nº

1.138, de 30 de abril de 1970, elaborado com base no Estatuto da terra (LEI FEDERAL nº 4.501, de 30.11.64).

Artigo 3º — A alienação de lotes das áreas reservadas à CODEMAT, no Município de Aripuanã, será efetuada mediante licitação pública, até o limite máximo de três mil hectares para cada licitante, pessoas físicas ou jurídicas.

Artigo 4º — Compete à CODEMAT, quanto as terras devolutas a ela reservadas:

a) elaborar os projetos de colonização, submetendo-os à aprovação do INCRA;

b) adotar as providências pertinentes à licitação pública, para alienação;

c) dimensionar os lotes a serem alienados, a partir do módulo da região e de acordo com o tipo de exploração da terra, até o máximo de hectares;

d) os serviços topográficos, quando não efetuados diretamente pela CODEMAT, serão executados mediante licitação pública.

Artigo 5º — A licitação pública a que se refere o artigo 3º, se fará obedecendo o disposto nesta lei.

Artigo 6º — Nenhum licitante poderá adquirir mais de um lote, qualquer que seja a área dimensionada.

Artigo 7º — O pagamento do lote licitado poderá ser feito em prestações, até o prazo máximo de trinta e seis meses.

§ 1º — Acolhida a proposta, o licitante efetuará o pagamento, à CODEMAT, de parcela equivalente a trinta por cento do seu valor, mediante recibo, no qual será descrito e individualizado o lote adquirido.

§ 2º — Os pagamentos subsequentes, serão feitos em parcelas semestrais e de iguais valores.

§ 3º — Na ocorrência de atraso no pagamento, serão cobrados juros de mora de hum por cento ao mês e, sendo o inadimplemento superior a noventa dias, perde o licitante, o lote adquirido, sem direito à devolução das parcelas já pagas.

Artigo 8º — No prazo referido no artigo anterior, o licitante fará prova da exploração agrícola ou pecuária de pelo menos vinte por cento da área explorável, mantendo a reserva florestal de cinquenta por cento da área total do lote, como determina a Lei nº 4.771, de 15.09.1965 (Código Florestal).

Artigo 9º — Cabe à CODEMAT, fiscalizar o cumprimento das exigências previstas nos artigos anteriores, incumbindo-lhe, afinal, encaminhar o respectivo processo de licitação ao Governador do Estado, para autorizar a lavratura da escritura definitiva, em cujo ato será representado pelos Diretores Presidente e Superintendente da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso — CODEMAT.

Artigo 10 — No prazo de noventa dias, o Poder Executivo baixará decreto regulamentando a presente Lei.

Artigo 11 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio Palaguás, em Cuiabá, 10 de junho de 1976, 155º da Independência e 88º da República.

JOSÉ GARCIA NETO

DAVID BALANTIUC

FRANCISCO ANTUNES DA SILVA

8. MINUTA DO CADASTRO
GERAL DO COLONO.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
CODEMAT - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

1. INSCRIÇÃO Nº _____ /

CADASTRO GERAL DO COLONO

2. DADOS PESSOAIS

2.01 NOME: _____
2.02 NATURALIDADE: _____ NACIONALIDADE: _____
2.03 DATA DE NASCIMENTO: _____ / _____ / _____ SITUAÇÃO CIVIL: _____
2.04 FILIAÇÃO: _____ E
2.05 PROCEDÊNCIA: _____
2.06 IDENTIDADE: _____ TÍTULO ELEITORAL: _____
2.07 CERTIFICADO DE RESERVISTA: _____ CIC: _____ /
2.08 CARTEIRA DE SAÚDE: _____ CARTEIRA DE TRABALHO: _____
2.09 INSTRUÇÃO: _____ PROFISSÃO: _____
2.10 OCUPAÇÃO ANTERIOR: _____ ATUAL: _____
2.11 OBSERVAÇÕES: _____

3. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nº DE ORDEM	NOME	TIPO DE DEPENDÊNCIA	SEXO	IDADE	SITUAÇÃO CIVIL	INSTRUÇÃO
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						
11						
12						
13						
14						
15						

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

4. PROPOSTA

4.1 Marcar no quadro correspondente a categoria de Lote e o plano de pagamento desejado.

Lote Rural ☐ Área aproximada do lote pretendido:.....ha, nº.....

Plano A ☐ -À Vista

Plano B ☐ -40% à vista, 20% no 12º mês, 20% no 24º mês e 20% no 36º mês.

Lote Chácara ☐

Lote Urbano (Núcleo) ☐

Lote Urbano (Sub-Núcleo) ☐

Plano "A" ☐ -À Vista

Plano "C" ☐ -50% à vista e 50% na titulação definitiva

- OBS.: 1. As vendas a prazo terão um acréscimo de 12% a.a. sobre o saldo devedor
2. Considera-se à vista o pagamento no ato da assinatura do contrato de compra e venda
3. Para efeito do plano "C" o prazo máximo será de 2 anos, a contar da data de assinatura do contrato.
4. Os percentuais dos planos "B" e "C" são sobre o valor total do Lote.
5. O proponente poderá se candidatar a um único lote; um lote rural e um lote urbano ou uma chácara e um lote urbano.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

5. CAPACIDADE TÉCNICA

5.1 Indicar no quadro abaixo o tempo de experiência, área média cultivada e produção média anual por cultura

CULTURAS	TEMPO DE EXPERIÊNCIA (ANOS)	ÁREA CULTIVADA (MÉDIA ANUAL EM HA)	PRODUÇÃO ANUAL (MÉDIA)
CAFÉ			
CACAU			
ARROZ			
FEIJÃO			
MILHO			
OUTRAS			

5.2 MARCAR NO QUADRO CORRESPONDENTE

5.2.1 Qual o sistema de cultivo praticado?

MANUAL ☐

SEMIMECANIZADO ☐

MECANIZADO ☐

5.2.2 Em que categoria?

MEEIRO ☐

ASSALARIADO ☐

PROPRIETÁRIO ☐

ARRENDATÁRIO ☐

PARCEIRO ☐

5.3. OBSERVAÇÕES

.....

.....

.....

.....

6. CAPACIDADE ECONÔMICO - FINANCEIRA

6.1 RECURSOS DISPONÍVEIS

FINANCEIROS	VALOR (R\$)	ECONÔMICOS	VALOR (R\$)
TOTAL		TOTAL	

6.2. IDONEIDADE FINANCEIRA

Já obteve algum Crédito Rural?

SIM ☐ NÃO ☐

Em caso afirmativo, assinalar o tipo e a finalidade do crédito obtido

FINANCIADOR	LAVOURA	PECUÁRIA	OUTROS	VALOR DO CRÉDITO
BANCO DO BRASIL S/A				
BANCO DA AMAZÔNIA S/A				
BANCO DO ESTADO DE MT.				
COOPERATIVA (S)				
OUTROS				

6.3. OBSERVAÇÕES:

7. DOCUMENTOS

Documentos exigidos do habilitante para formação do Processo de titulação.

01. Atestado de Bons Antecedentes.
02. Atestado de Idoneidade financeira fornecido por Bancos ou outras Enti
dades financeiras que opera com Crédito Rural.
03. Comprovação de Conhecimento de Agricultura mediante atestado fornecido
por Cooperativas Agrícolas, Sindicatos Rurais ou Banco do Brasil.
04. Carteira de Identidade ou Certidão de Nascimento ou Certidão de Casa
mento (Fotocópia Autenticada).
05. CIC (Fotocópia Autenticada)
06. Apresentação da Carteira de Saúde do Proponente e seus Dependentes.

8. LOCAL, DATA E ASSINATURAS

_____ de _____ de 19____

ENTREVISTADO

ENTREVISTADOR

CADASTRO GERAL DO COLONO

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO

I - DA FINALIDADE:

- 1.1 - A identificação e a seleção dos candidatos a lotes urbanos, chácaras e Rurais serão realizadas com base nas informações contidas no Cadastro Geral do Colono.
- 1.2 - O Cadastro Geral do Colono será preenchido em uma única via que será utilizado pela DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO para seleção e formação de processo.

II- DO PREENCHIMENTO:

Quadro 1. INSCRIÇÃO

Anotar o número de inscrição do Candidato em três algarismos, seguido de uma barra e dos dois últimos algarismos do ano da mesma e uma letra de forma.

Ex.: 001/77 A

Quadro 2. DADOS PESSOAIS

- 2.01- Escrever o nome do candidato por extenso.
- 2.02- Anotar o nome da unidade da federação e do País onde nasceu.
- 2.03- Anotar a data de nascimento, indicando a situação civil atual do candidato.
- 2.04- Anotar o nome dos pais por extenso.
- 2.05- Anotar a sigla do Estado e o nome do Município onde reside atualmente.
Ex.: Estado do Paraná, Município de Cascavel: Anotar "PR-CASCADEL".
- 2.06- Anotar o nº e órgão expedidor (abreviado), da carteira de Identidade, na zona e sigla da unidade da federação, do título eleitoral.
- 2.07- Anotar a situação Militar do candidato e o número certificado de identificação do Contribuinte do mesmo.
- 2.08- Anotar o número da carteira de Saúde e da Carteira de trabalho do candidato, caso possuí-las.
- 2.09- Anotar o grau de instrução do candidato e a sua profissão.
- 2.10- Anotar a atividade anterior e a atual do candidato.
- 2.11- Em caso das informações serem incompletas anotar as observações.

Quadro 3. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Escrever o nome dos demais membros do conjunto familiar, por extenso, iniciando o cônjuge seguindo-se os filhos em ordem decrescente de idade.

de e, finalmente os outros tipos de dependentes na mesma ordem. A notar o tipo de dependência, o sexo, a idade, a situação civil e o grau de instrução dos demais membros do conjunto familiar.

Quadro 4. PROPOSTA

Preencher conforme instrução do formulário (item 4.1). Somente no caso de lote rural colocar o tamanho aproximado do lote pretendido em ha.

Quadro 5. CAPACIDADE TÉCNICA

- 5.1 Preencher o quadro das principais culturas. No caso de outras não deverão ser preenchido a produção anual.
- 5.2 Marcar com X os quadros
 - 5.2.1 Referir-se as culturas assinaladas no item 5.1., assinalar o sistema utilizado com mais frequência.
 - 5.2.2 Assinalar a forma de acesso a terra.
 - 5.3. Caso as informações deste quadro forem incompletas, utilize este item sucintamente.

Quadro 6. CAPACIDADE ECONÔMICA-FINANCEIRA

- 6.1 Coluna "Financeira" - Relacionar o tipo de disponibilidade financeira e na coluna seguinte o respectivo valor, podendo ser dinheiro em caixa, depósitos bancários e títulos de liquidez a curto prazo.

Coluna "Econômicos" - Relacionar os bens materiais e na coluna seguinte os respectivos valores.
- 6.2 Assinalar com X os quadrinhos "sim ou "não" e no quadro abaixo a finalidade e o valor total dos créditos por bancos.
- 6.3 Caso as informações forem incompletas, completar neste item.

Quadro 7. DOCUMENTOS

Serão exigidos no ato do cadastramento os documentos referentes aos itens 02 e 03. Devendo o restante, referente aos itens 01, 04, 05 e 06 ser apresentado somente no caso do candidato ser classificado.

Quadro 8. LOCAL, DATA E ASSINATURAS

Deve constar o nome da cidade onde foi realizada a entrevista, dia, mês e ano, bem como, assinatura do entrevistado e do entrevistador.

9. MINUTA DO CONTRATO DE
COMPRA E VENDA.